



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

PAULO HENRIQUE SILVA DE AMORIM

**FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, PRÁTICAS ESPACIAIS E COTIDIANO:
BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO – UBERLÂNDIA (MG)**

UBERLÂNDIA (MG)
2022

PAULO HENRIQUE SILVA DE AMORIM

**FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, PRÁTICAS ESPACIAIS E COTIDIANO:
BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO – UBERLÂNDIA (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGEO) da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU), *Campus Santa Mônica*, como
requisito final para a obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

UBERLÂNDIA (MG)
2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A524 Amorim, Paulo Henrique Silva de, 1996-
2022 Fragmentação socioespacial, práticas espaciais e
cotidiano: bairro Residencial Integração - Uberlândia
(MG) / Paulo Henrique Silva de Amorim. - 2022.

Orientador: Vitor Ribeiro Filho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.290>
Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Ribeiro Filho, Vitor ,1965-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppggeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 519, PPGGEO				
Data:	07 de junho de 2022	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	17h:30m
Matrícula do Discente:	12012GEO017				
Nome do Discente:	PAULO HENRIQUE SILVA DE AMORIM				
Título do Trabalho:	FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, PRÁTICAS ESPACIAIS E COTIDIANO: BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO - UBERLÂNDIA (MG)				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: **Fernando Luiz Araújo Sobrinho - UNB/DF; Beatriz Ribeiro Soares - IG/UFU e Vitor Ribeiro Filho - IG/UFU** orientador do candidato. Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. **Vitor Ribeiro Filho - IG/UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

*Dedico este trabalho à minha mãe, **Ediane**, que sempre batalhou para que eu gozasse das melhores oportunidades, bem como ter o privilégio de adquirir esforços intelectuais em busca de uma vida e de um mundo mais justo.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ediane, pelo apoio, paciência e perseverança em todo o período, sobretudo durante as infinitas ligações em que eu pedia consolo, sendo atendido em todas elas;

Ao meu irmão, Washington, que, apesar de sua timidez (amo esse seu jeitinho), também me apoiou fundamentalmente;

Aos meus amigos(as) e familiares que muito ouviram os meus desabafos e me orientaram sempre que possível, com destaque para as discussões e ajuda dos amigos(as) Beatriz Bicalho, Bianca Rocha, Gabriel Palucci, Rafael César, Tatiana Souza, Victor Almeida, Alexander Leonel, Bruno Mariano, Renan Martins, Caio Fontoura, Helbaneth Macêdo, Matheus Eduardo, entre muitos(as) outros(as) que, de modo igual, manifesto nessa seção o meu grandioso agradecimento;

Ao professor Vitor Ribeiro Filho, amigo, orientador cordial, compreensivo e sempre precioso em suas orientações;

À professora Beatriz Ribeiro Soares, amiga, conselheira e, em grande parte, responsável pelo meu acolhimento durante meus sete anos em Uberlândia;

À Universidade Federal de Uberlândia e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade e apoio ao desenvolvimento do trabalho;

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa durante os 24 meses de elaboração e desenvolvimento do trabalho;

Aos cidadinos do Residencial Integração que se solidarizaram e não mediram esforços para fornecer informações sobre o bairro, bem como durante os momentos em que tiveram de responder às longas questões das entrevistas;

Ao Igino, advogado social e representante dos moradores do Residencial Integração, figura ímpar e detentor de um rico conhecimento sobre o bairro;

Por último, e não menos importante, dedico esse trabalho aos meus dois amigos Gregg Leonny e Nickolas Israel (*in memorian*), os quais, infelizmente, não pude me despedir a tempo....

A todos(as), sem distinção, manifesto o meu carinho como forma de agradecimento!

AMORIM, Paulo Henrique Silva de. **Fragmentação socioespacial, práticas espaciais e cotidiano:** bairro Residencial Integração – Uberlândia (MG). 2022. 161p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

RESUMO

No intento de compreender a produção desigual do espaço urbano, o presente trabalho teve como objetivo analisar, a partir da formação socioespacial, o bairro Residencial Integração, localizado no Setor Leste de Uberlândia (MG). Para atender ao objetivo central do trabalho, tomou-se como componente analítico o cotidiano, condicionado às práticas espaciais dos citadinos entrevistados, como método de expressar formas peculiares de resistência, integração e diferenciação que conduzem o processo de fragmentação socioespacial. Para isso, o processo de fragmentação socioespacial foi analisado a partir de cinco dimensões empíricas (*habitat*, trabalho, mobilidade, lazer e consumo), que, apesar de interdependentes, também carregam sobreposições variantes de acordo com o alcance das possibilidades que um cidadino detém sobre o espaço urbano. Os procedimentos metodológicos que orientaram a investigação científica foram: 1) revisão bibliográfica; 2) pesquisas de campo; 3) entrevistas semiestruturadas; 4) identificação das linhas e do itinerário do transporte público que circula sobre o bairro; 5) identificação das principais infraestruturas comerciais e de serviços que atendem os cidadinos do Residencial Integração. Após a realização de 10 entrevistas e em observações realizadas durante as pesquisas de campo, o trabalho revelou que a fragmentação da vida urbana enfrentada pelos cidadinos do Residencial Integração se apoiou em várias escalas do cotidiano envolvendo: 1) o acesso à moradia, quando o bairro ainda não era reconhecido pelo poder público municipal; 2) a ausência de infraestruturas basilares à manutenção da urbanidade, que se estende desde a inexistência de áreas verdes, praças e de serviços bancários, até a reduzida oferta do serviço de transporte público aos cidadinos; 3) a segmentação do acesso à cidade enquanto direito, tendo em vista a iniquidade socioeconômica que uma grande maioria enfrenta, culminando em desafios ao ponto de não se sentirem pertencentes à cidade que, em tese, fazem parte. Por último, destacamos que a leitura do processo de fragmentação socioespacial realizou-se tomando como objeto analítico uma reduzida quantidade de cidadinos, o que, a grosso modo, pode revelar numa continuidade da pesquisa distorções ou, ainda, uma acentuação da segmentação da vida cotidiana enfrentada por esses cidadinos.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial; Cotidiano; Práticas espaciais; Cidadinos; Residencial Integração.

AMORIM, Paulo Henrique Silva de. **Fragmentação socioespacial, práticas espaciais e cotidiano:** bairro Residencial Integração – Uberlândia (MG). 2022. 161p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ABSTRACT

In an attempt to understand the unequal production of urban space and taking into account its objectives and subjective dimensions, the present work aimed to analyze, from the socio-spatial formation, the Residencial Integração district, located in the East Sector of Uberlândia (MG). To meet the main objective of the work, daily life was taken as an analytical component, conditioned to the spatial practices of the interviewed citizens, was taken as an analytical object, as a method of expressing peculiar forms of resistance, integration and differentiation that lead to the process of socio-spatial fragmentation. For this, the socio-spatial fragmentation process was analyzed from five empirical dimensions (habitat, work, mobility, leisure and consumption), which, despite being interdependent, also carry variant overlaps according to the reach of possibilities that a city dweller has about the urban space. The methodological procedures that guided the scientific investigation were: 1) literature review; 2) field research; 3) semi-structured interviews; 4) identification of public transport lines and itinerary that circulate over the district; 5) identification of the main commercial and service infrastructures that serve the residents of Residencial Integração. After conducting 10 interviews and observations made during field research, the work revealed that the fragmentation of urban life faced by residents of Residencial Integração was based on various scales of daily life involving: 1) access to housing, when the neighborhood it was not yet recognized by the municipal town hall; 2) the absence of basic infrastructure for the maintenance of urbanity, which extends from the lack of green areas, squares and banking services, to the reduced offer of public transport service to city dwellers; 3) the segmentation of access to the city while a right, in view of the socioeconomic inequity that a large majority face, culminating in challenges to the point of not feeling belonging to the city that, in theory, they are part of. Finally, we emphasize that the reading of the socio-spatial fragmentation process was carried out taking as an analytical object a reduced number of city dwellers, which, roughly speaking, can reveal distortions in the continuity of the research or even an accentuation of the segmentation of everyday life faced by these citizens.

Key-words: Sociospatial fragmentation; Daily; Spatial practices; Townspeople; Residencial Integração.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIU – Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia

BNH – Banco Nacional de Habitação

CSEUB – Centro Socioeducativo de Uberlândia

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COHABs – Cooperativas Habitacionais

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

EMCOP – Empresa Municipal de Construção Popular

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

FCP – Fundação Casa Popular

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IAAI – Instituto de Amparo e Assistência aos Idosos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INOCOOPs – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITV – Imobiliária Tubal Vilela

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MG – Minas Gerais

ONG – Organização Não Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

SEPLAN - Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia

SETTRAN – Secretaria de Trânsito e Transportes de Uberlândia

SMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

- Figura 01: Organograma com as etapas gerais da pesquisa
- Figura 02: Cotidiano - dimensões subjetivas e objetivas na produção das práticas espaciais
- Figura 03: Vila Operária, década de 1920. Uberabinha - atual Uberlândia (MG)
- Figura 04: Vila Martins, década de 1950 - casas populares construídas pela Empresa Imobiliária
- Figura 05: Uberlândia – Campus Santa Mônica, junho de 1981
- Figura 06: Uberlândia – Campus Santa Mônica, agosto de 2018
- Figura 07: Uberlândia (MG) - vista parcial da verticalização nos anos 1960
- Figura 08: Retirada de água do caminhão-pipa pelas famílias (1991)
- Figura 09: Uberlândia (MG) – Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI)
- Figura 10: Energia clandestina utilizada pelos moradores do São Francisco e Joana D'Arc
- Figura 11: Barracos construídos pelos moradores do São Francisco e Joana D'Arc
- Figura 12: Famílias no assentamento Joana D'Arc II se abastecendo de água do Caminhão-Pipa
- Figura 13: Uberlândia (MG): Colônia Penal Jacy de Assis
- Figura 14: Planta da unidade habitacional do Residencial Jardim Sucupira, Uberlândia (MG)
- Figura 15: Residencial Jardim Sucupira durante o lançamento do empreendimento, em 2011
- Figura 16 e 17: Uberlândia (MG) – Residências multifamiliares, loteamento Jardim Sucupira.
- Figura 18: Compreensão dos habitats na leitura da produção do bairro Residencial Integração
- Figura 19: Representação da violência criminosa pela mídia no Joana D'Arc e Prosperidade
- Figuras 20 e 21: Habitações localizadas no Jardim Sucupira e Prosperidade
- Figura 22 e 23: Alteração do bairro Prosperidade para bairro Residencial Integração
- Figura 24: Tempo de espera da linha A630 (Terminal Novo Mundo)
- Figura 25 e 26: Linhas A630 – Terminal Novo Mundo

Figura 27: Rodovia BR-452 e percurso clandestino ao bairro Residencial Integração

Figura 28: Percurso realizado entre o bairro Residencial Integração e o Terminal Novo Mundo

Figura 29: Percurso realizado por Socorro às quartas, quintas e sextas-feiras (ônibus)

Figura 30: Percurso realizado por Socorro de segunda a terça-feira (carro)

Figura 31: Fluxo de passageiros no Terminal Central de Uberlândia (MG)

Figura 32 e 33: Simulação de corridas entre os bairros Residencial Integração e Santa Mônica

Figura 34: Avenida Solidariedade, bairro Residencial Integração, Uberlândia (MG)

Figura 35 e 36: Supermercado e Açougueira na Avenida Solidariedade (Residencial Integração)

Figura 37 e 38: Parque Municipal do Sabiá (Uberlândia – MG)

Figura 39 e 40: Crianças utilizando o espaço das ruas para o lazer (Residencial Integração)

Figuras 41 e 42: Crianças brincando nas ruas e em lotes privados do Residencial Integração

Figura 43 e 44: Uberlândia (MG) – Hipermercado Carrefour e Supermercado SuperMaxi

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Uberlândia (MG) - Bairro Residencial Integração, Setor Leste

Mapa 02: Uberlândia (MG) – Bairros do modelo autoconstrução, financiado pela CEF.

Mapa 03: Uberlândia (MG) – Bairro Residencial Integração, Setor Leste (2022)

Mapa 04: Uberlândia (MG) – Ocupações Dom Almir e Prosperidade

Mapa 05: Uberlândia (MG) – Avanço territorial das ocupações São Francisco e Joana D'Arc I e II

Mapa 06: Uberlândia (MG) – Loteamentos do Jardim Sucupira (MCMV e ITV Urbanismo)

Mapa 07: Uberlândia (MG) Percurso urbano realizado por Victor (estudante) de casa à universidade

Mapa 08: Uberlândia (MG) – Atividades bancárias (Lotéricas, Agências Bancárias e Caixas 24h)

Mapa 09: Uberlândia (MG) – Supermercados localizados no bairro Residencial Integração e adjacências

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População residente em Uberlândia (1940-2021)

Tabela 02: Condições de renda e de financiamento dos moradores do Jardim Sucupira

Tabela 03: Perfil dos(as) entrevistados(as) do bairro Residencial Integração

Tabela 04: Distância física e tempo percorrido pelas linhas de ônibus (A630, T610 e A142)

Tabela 05: Principais atividades comerciais e de serviços no bairro Residencial Integração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. FAZER A CIDADE: desigualdade social, cotidiano e fragmentação socioespacial.....	29
1.1. Cidade: um espaço, por essência, desigual.....	29
1.2. Cotidiano, práticas espaciais e apropriação da cidade.....	38
1.3. Diferenciação e segregação em direção à fragmentação?	49
1.3.1. O processo de fragmentação socioespacial	54
2. UBERLÂNDIA E O (DES)COMPASSO COM A FORMAÇÃO DE PERIFERIAS	62
2.1. A produção de espaços periféricos em Uberlândia (MG)	62
2.1.1. O surgimento das primeiras periferias (1920-1950).....	63
2.1.2. Os programas de habitação e a manutenção das periferias (1960-1990)	72
2.2. O Residencial Integração: origem, formação e consolidação de um espaço periférico no Setor Leste de Uberlândia (MG).....	79
2.2.1. Dom Almir e Prosperidade (1989-1994).....	80
2.2.2. São Francisco e Joana D'Arc I e II (1994-1999)	90
2.2.3. Jardim Sucupira (2004 – [2009-2011])	99
3. O RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO E AS VOZES DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL.... 106	
3.1. Roteiro, entrevistas e perfil dos cidadãos do Residencial Integração	106
3.2. Fragmentação do cotidiano na (im)produção das práticas espaciais.....	109
3.2.1. O(s) habitat(s).....	109
3.2.2. Mobilidade e Trabalho.....	120
3.2.3. Consumo e Lazer.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXOS	159

INTRODUÇÃO

"A cidade é uma realidade única, ora homogênea, ora heterogênea, e como tal, deve ser analisada de acordo com sua multiplicidade, ou não, quando possível (RIBEIRO, 2008, p.89).

Toda investigação científica tem sua história. Aquela que se apresenta como o ponto de partida para os nossos questionamentos empíricos. Estes, repetidas vezes, realizam-se a partir de nossas observações cotidianas sobre as manifestações que ocorrem na paisagem, de modo espacial, a urbana. Ao caminharmos pela cidade, pelos bairros, de forma involuntária ou por força do hábito, característica da nossa condição enquanto geógrafos, avistamos como se estivéssemos diante de uma apreensão, objetivando desvelar formas, conteúdos e dinâmicas.

Lançamos, portanto, um olhar sobre a cidade com o objetivo de apreender os timbres e ritmos que configuram o cotidiano dos cidadãos, especialmente abertos aos significados que se expressam a partir de seus sentidos, de suas experiências e das práticas que se desenvolvem. O agrupamento desses elementos produz um amálgama de discursos, imagens e valores compartilhados socialmente que, por sua vez, também produzem o espaço geográfico.

Para construir um caminho que possibilite a compreensão do cotidiano, é necessário entender quais processos se vinculam à análise, bem como o contexto no qual se inserem. Especialmente a partir dos anos 1990, e de forma ainda mais expressiva a partir do século XXI, observam-se na estrutura interna das cidades dinâmicas que têm contribuído para a constituição de processos espaciais cada vez mais excludentes. Trata-se da alteração no conteúdo socioespacial em cidades brasileiras que, durante muitas décadas, estiveram ancoradas pela diferenciação do espaço com base no modelo de urbanização centro-periferia. Esse modelo, apesar de ainda ser utilizado em núcleos urbanos com menor grau de dinamismo, já não mais se encaixa na leitura e interpretação de cidades que apresentam novos papéis, atores, conteúdos e formas, apontando para uma morfologia urbana aberta, policêntrica e que coaduna com uma lógica fragmentária.

Na cidade contemporânea, com a pluralização da paisagem, manifestam-se novas formas de diferenciação que estão muito além do afastamento socioespacial das classes sociais - ou até mesmo a aproximação destas nas periferias. Nesses casos, coube ao processo de segregação residencial a explicação para esses fenômenos, sob o prisma da condição físico-territorial, dividindo o espaço pelo tipo e padrão construtivo das habitações, como fez diversos autores, como Souza (2010), Sposito (2001) e Vasconcelos (2004). Utilizando-se do mesmo processo, mas, no entanto, deixando de lado o elemento residencial a fim de conferir novos adjetivos de exclusão no espaço urbano, observou-se que a sociabilidade também se apresentava como uma forma de segmentação ao desencadear diferenças no nível de compartilhamento de experiências e de vivência no urbano. Nesse processo, "a segregação socioespacial separa e hierarquiza o tecido urbano pela própria expressão da homogeneização do conteúdo social de uma determinada porção espacial" (DAL POZZO, 2011, p.272).

Analisando o espaço geográfico em suas múltiplas escalas e no contexto do modo de produção capitalista, vemos que o processo de segregação socioespacial historicamente possibilitou (e ainda possibilita) a reprodução do controle espacial. Através deste processo, ocorre o aprofundamento das diferenças (no sentido cultural, étnico, religioso, político) e das desigualdades (no sentido econômico), tanto quanto ampliam, até atingir níveis de radicalismo que implicam no consequente não-reconhecimento do direito equitativo à cidade, expressão consagrada por Lefebvre (1991).

Reconhecemos, portanto, as imbricações entre dois processos – diferenciação e segregação –, que vêm caracterizando as cidades ao longo da consolidação da urbanização. Ainda que pese analiticamente o conteúdo e a importância desses processos para a ciência geográfica, é de fundamental importância advir que a sociedade contemporânea, sob intermédio da globalização, redefine paulatinamente a divisão social do trabalho, levando a uma “redefinição da lógica de [re]estruturação das cidades que se articula a mudanças nos papéis exercidos por elas, como parte da reestruturação urbana em curso” (SPOSITO e GÓES, 2013, p.296). E tratando-se de divisão social do trabalho, podemos observar o quanto as relações sociais também têm se alterado como previu Santos (2006) ao discutir o meio técnico-científico-informacional, incutindo em avanços tecnológicos determinantes para a sociedade.

Partindo desse pressuposto, Catalão (2010) infere que, para alcançar um nível de análise do espaço geográfico que contemple não somente o plano espacial como objeto de estudo¹, é de fundamental importância compreender também o componente subjetivo das práticas espaciais cotidianas, que inclui sua não-ocorrência e quais motivações estão por trás dessa não-ocorrência. Assim, no confronto de significados e de experiências que se resultam a partir da vida cotidiana de cidadãos excluídos em relação à cidade, materializa-se num plano duplo (espacial e subjetivo), a emergência analítica de um terceiro processo, e talvez o mais

¹ Afinal, não se apreende somente o espaço de forma singular ao produto material, mas também sob a fruição que se estabelece entre as relações sociais produzidas no contexto dos processos que circunscrevem o espaço.

assertivo para entender as metamorfoses com qual se apresentam o espaço urbano contemporâneo em suas múltiplas escalas: o processo de fragmentação socioespacial.

Ora concebido como um processo, ora como um conceito, a fragmentação socioespacial se apresenta para além da separação física e social, para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre as diferentes classes sociais, bem como entre diferentes áreas da cidade. De acordo com Legroux (2021, p.238), a fragmentação socioespacial expressa: i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções atribuídas a estes (lazer, trabalho, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações. Acrescente-se que a fragmentação socioespacial se relaciona no contexto de um poder explicativo que coaduna com o enfraquecimento do Estado, ao passo em que se observa um fortalecimento gradual das lógicas neoliberais, materializando a existência de um "urbanismo fragmentador", tendo como exemplo os empreendimentos de financiamento estatal do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Face ao exposto, percebemos que a fragmentação, espacialmente, se relaciona diante de um campo lexical no espaço urbano: cortes, muros, confinamentos, descontinuidades físicas, rupturas, fraturas (LEGROUX, 2021, p.239), materializando formas espaciais desconexas, a exemplo da recorrente construção de condomínios fechados afastados do tecido urbano consolidado. Trata-se de uma tendência ao afastamento espacial de segmentos de médio e alto² poder aquisitivo que "reforçam a manifestação de lógicas de produção do espaço internacionalizadas num período de mundialização da economia e globalização das práticas e valores" (VASCONCELOS, 2004, p.266). Ao passo em que, socialmente, a fragmentação consiste em apreender o espaço urbano a partir da análise da vida cotidiana e das práticas espaciais³ dos indivíduos, envolvendo fundamentalmente a qualidade da sociabilidade que se estabelece:

² Também são constatados segmentos de baixo poder aquisitivo que optam por estes modelos de habitação, constituindo o processo de autossegregação [ver Corrêa (2003) e Souza (2005)].

³ Corrêa (1992) e Souza (2010) optam pelo termo "práticas espaciais" considerando-se que toda prática é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais.

I) nos encontros; II) na frequência desses encontros; III) e da forma como ocorrem esses encontros (em termos de mobilidade).

Dessa maneira, apreendemos que, a partir da análise do processo de fragmentação socioespacial, é também possível, parafraseando Lefebvre (1991), "interrogar os fatos, incluindo as pessoas e, principalmente, os seus discursos". Estes últimos, ao estruturar narrativas citadinos de classes sociais distintas, confluem para a intensificação de diversas rupturas e perdas na vida cotidiana.

Apesar de autores como Sposito e Góes (2013), Oliveira (2013) e Dal Pozzo (2015) utilizarem do conceito de fragmentação socioespacial a partir da dinâmica dos espaços residenciais fechados para compreender níveis de sociabilidade na cidade, em sua grande maioria habitada por classes sociais de alto poder aquisitivo, é de fundamental importância estender a análise da fragmentação socioespacial para outras escalas do urbano. Outros "espaços", como as periferias urbanas, incluindo àquelas que estão integradas espacialmente ao tecido urbano consolidado da cidade, também estão passíveis ao processo de fragmentação, pois assinalam a cristalização de heterogeneidades nos modos de uso e apropriação em relação à cidade.

A par dos novos conteúdos e formas que se depreendem a partir das periferias, salientamos que nem todas elas desfrutam dos novos valores característicos da sociedade contemporânea. Especialmente quando observamos espaços cuja formação histórica precede conflitos de direito de propriedade, como bairros que se originaram sob a forma de assentamentos e ocupações irregulares, materializam-se desafios de prevalência do direito à moradia e, fundamentalmente, do direito à cidade, que se associam às dimensões empíricas reduzidas de mobilidade, de acesso ao lazer, ao trabalho e, indubitavelmente, ao consumo por parte dos cidadãos que residem nesses espaços. Além disso, é através da negação da diferença, como dissera Lefebvre (1991), que se constatam exclusões na forma de estigmas em relação aos cidadãos periféricos, incutindo no enfraquecimento dos laços coletivos e da sociabilidade

entre “nós”⁴ e os “outros”⁵, reforçando a composição da lógica fragmentária que se verifica entre os diferentes espaços da cidade.

No bojo de dinâmicas recentes, observamos em Uberlândia (MG), situada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a ocorrência de manifestações que, sob a ótica do cotidiano e das práticas espaciais (CORRÊA, 2007), dinamizam, transformam e evidenciam assimetrias no espaço urbano, tendo como palco principal as periferias. Tratam-se de habitats urbanos, cujo prestígio social destes é reduzido à medida em que se verifica o aumento de desigualdades socioespaciais, acometendo citadinos de menor poder aquisitivo e que se converte em uma distribuição pouco equitativa dos meios de consumo coletivo.

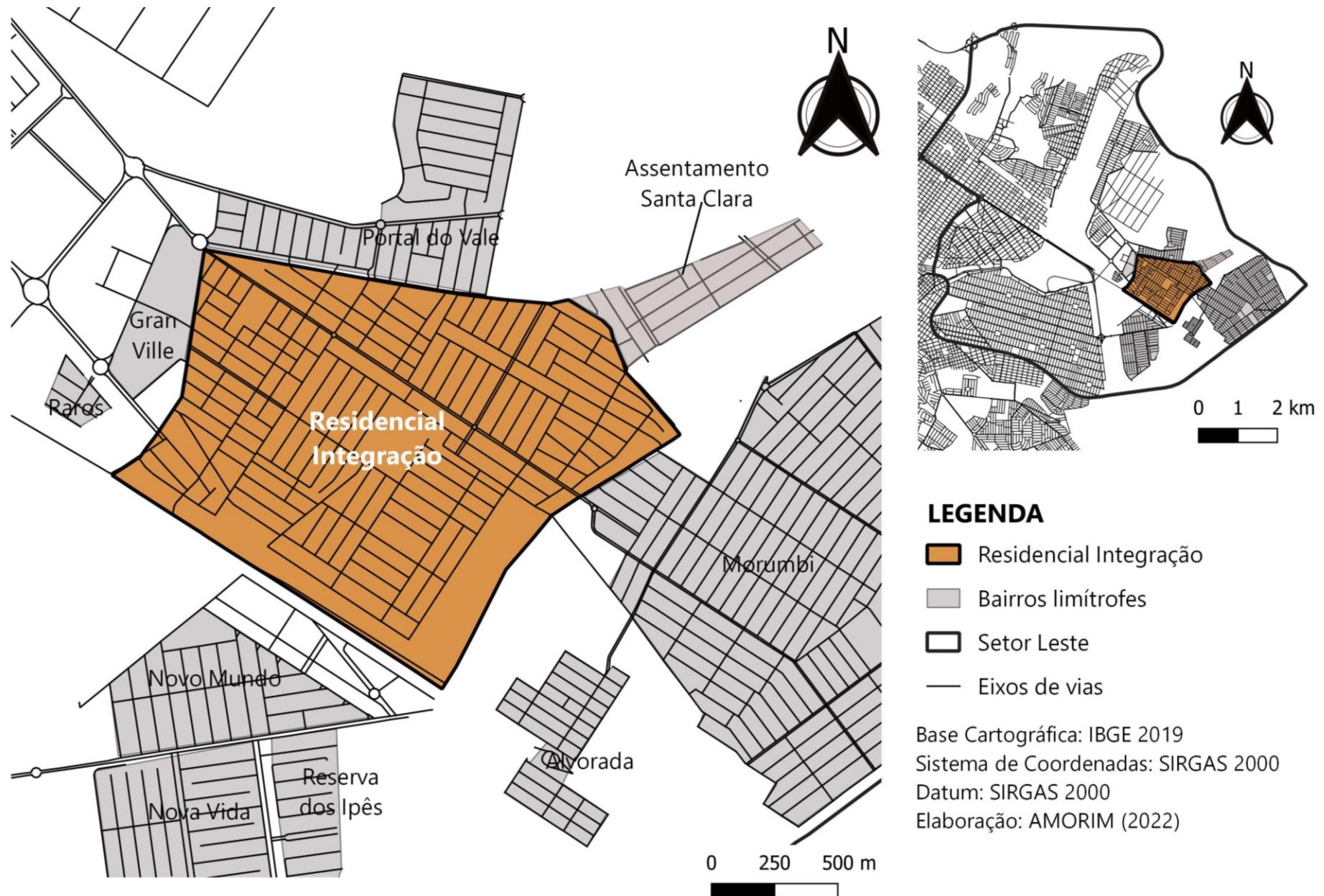
Para tanto, escolhemos como recorte empírico o bairro Residencial Integração⁶ (Mapa 1), localizado no Setor Leste de Uberlândia (MG), composto por antigos assentamentos e ocupações irregulares. O bairro, apesar de ter sido reconhecido em 2014 pelo poder público local, ainda sofre diferenciações tanto localmente, com o *déficit* de equipamentos urbanos e de serviços que atendam aos moradores, quanto externamente na apropriação do espaço urbano em outras espaços da cidade, o que negligencia o acesso às possibilidades e potencialidades próprias da sociedade urbana e acabam por gerar conflitos que estão no âmago do processo de fragmentação socioespacial.

⁴ Nós – Os citadinos que usufruem das potencialidades e possibilidades existentes na “cidade aberta”.

⁵ Os outros – Os citadinos excluídos, estigmatizados e culpados pelo aumento generalizado da violência urbana.

⁶ O bairro Residencial Integração é a denominação de um bairro integrado criado pela Prefeitura de Uberlândia no ano de 2014 e não é reconhecido por toda a população local, como será discutido adiante, especialmente no terceiro capítulo do presente trabalho.

Mapa 01: Uberlândia (MG) – Bairro Residencial Integração, Setor Leste.



Elaboração: AMORIM (2022)

A cobertura midiática local também vem a fortalecer o processo de fragmentação socioespacial ao subjugarem os moradores do Residencial Integração como uma subclasse perigosa, já que além de compor uma massa heterogênea de indivíduos com culturas e origens distintas, utilizam-se de atividades lícitas e ilícitas, tais como prostituição, comerciantes informais, “flanelinhas”, traficantes, entre outros, para reforçar, mais uma vez, a ideia do indivíduo pobre como causador do incremento de insegurança e do medo na cidade.

Tendo os cidadãos do Residencial Integração a visão de si mesmo como não pertencentes da sociedade urbana à qual lhes deveriam ter direitos, convergem-se desafios de prevalência cotidiana sob a forma de consumo do e no espaço urbano em suas múltiplas possibilidades, seja no acesso ao trabalho, à escola, a um espaço público – praças, áreas verdes, além dos *shoppings centers*, apesar de suas medidas segregacionistas –, transporte público e privado, serviços, entre outros.

Deste modo, como questionamentos balizadores desta pesquisa, buscar-se-á, primeiramente, identificar: quais fatores se configuram como determinantes na constituição do processo de fragmentação socioespacial? Fisicamente e subjetivamente, o que significa para os cidadãos do Residencial Integração viver num espaço caracterizado por desigualdades socioespaciais tão marcantes quando comparado à “cidade aberta”? Quais são os limites de realização das práticas espaciais cotidianas, enquanto lugar do encontro, do encanto, do lazer, do trabalho, do consumo (...) de experimentar as potencialidades existentes na cidade? Os tempos desiguais dos cidadãos, em termos de mobilidade, contribui em qual intensidade para o acesso segmentado à cidade?

A partir desses questionamentos, a presente dissertação tem como objetivo central compreender o processo de fragmentação socioespacial, utilizando-se como instrumento de análise as práticas espaciais e o cotidiano dos cidadãos do bairro Residencial Integração, Setor Leste da cidade de Uberlândia (MG). Enquanto objetivos específicos, busca-se:

- I) Compreender, a partir da formação social e territorial, a história do bairro Residencial Integração, incluindo a mobilização e luta que envolveu a resistência dos cidadãos;

- II) Identificar, no tocante às práticas espaciais que possam revelar a segmentação do consumo do espaço, em quais áreas da cidade, em qual sazonalidade, e quais meios de transporte utilizados nos deslocamentos os citadinos do bairro realizam atividades vinculadas ao *habitat*, ao trabalho, ao lazer, ao consumo de bens e serviços;
- III) Analisar, a partir das rupturas cotidianas, se estes fatores contribuem, e em qual intensidade, na constituição do processo de fragmentação socioespacial, de modo a ratificar a consolidação material e simbólica de desigualdades socioespaciais existentes entre os citadinos do bairro Residencial Integração.

Para responder aos questionamentos e aos objetivos propostos nessa pesquisa, busca-se a utilização de uma metodologia fundamentada em uma análise quanti-qualitativa com o objetivo de compreender os atuais desdobramentos que configuram aspectos mais específicos da fragmentação socioespacial, vinculado ao cotidiano e, sobretudo, ao consumo do espaço urbano (práticas espaciais). Desse modo, para a realização desta pesquisa, a metodologia consiste, até a redação e defesa final da dissertação, em cinco etapas, a saber:

- a) Realização de pesquisa e levantamento bibliográfico sobre os conceitos e temas relacionados à investigação através de teses, dissertações, artigos científicos e relatórios oficiais publicados por instituições de pesquisa com o objetivo de compreender o processo de fragmentação socioespacial;
- b) Pesquisa documental, que consiste na busca de fotografias, materiais cartográficos, artigos, registros jornalísticos e sites. Por se tratar de uma pesquisa cujo recorte espacial se apresenta em uma microescala, serão utilizados dados de órgãos locais, vinculados à prefeitura de Uberlândia, com o objetivo de conferir a formação territorial do bairro, da população, a abrangência do transporte público, a regulação e uso/ocupação do solo urbano. Os dados secundários também terão como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Uberlândia;
- c) Associando às etapas anteriores ao trabalho de campo, destaca-se a observação *in loco*, fundamental para a pesquisa. Desse modo, esta etapa tem como objetivo

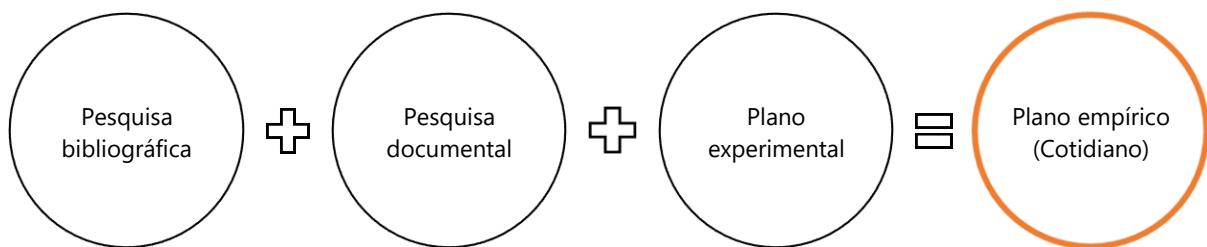
identificar os principais equipamentos urbanos presentes no bairro Residencial Integração, bem como definir se estes podem ser classificados ambientes satisfatórios para e pela população local. Associado ao fato de que o trabalho de campo possibilitar uma maior relação de interação social com a área de estudo e com a relação que se estabelece entre os citadinos do bairro, esta etapa representa um instrumento basilar para a realização de observações diretas, aprofundando as inquietações sobre a realidade vivenciada por esses moradores;

- d) Entrevistas semiestruturadas (Anexo 1), permitindo que os citadinos relatem suas percepções acerca do local e a ocasião da realização de práticas espaciais. O objetivo principal será apreender o cotidiano a partir de cinco dimensões⁷: *habitat*, trabalho, mobilidade, consumo e lazer. As entrevistas contribuirão para entender a realidade socioespacial dos citadinos, a partir de suas práticas espaciais e quais elementos se estruturam na análise do processo de fragmentação socioespacial ao qual se propõe esta pesquisa;
- e) Materiais cartográficos com a finalidade de representar a espacialização dos processos que acometem os citadinos do Residencial Integração. Para tal, serão utilizados softwares livres, tais como ArcGis 10.3, QGIS, *Google Maps*, entre outros Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) para o emprego das metodologias propostas com o registro de materiais iconográficos, na organização e análise das informações e dados obtidos e, posteriormente, afirmações, resultados e considerações finais relativas à investigação.

Para a compreensão da proposta metodológica, apresenta-se o organograma com as etapas da pesquisa de forma resumida a seguir:

⁷ Desse modo, essas dimensões são interdependentes, e também carregam superposições. A casa pode, ao mesmo tempo, representar o espaço do habitat, do trabalhar e do lazer. Assim como os espaços de consumo também podem condicionar o trabalho o lazer. O objetivo não é separar, mas distinguir. A distinção não implica, necessariamente, na separação.

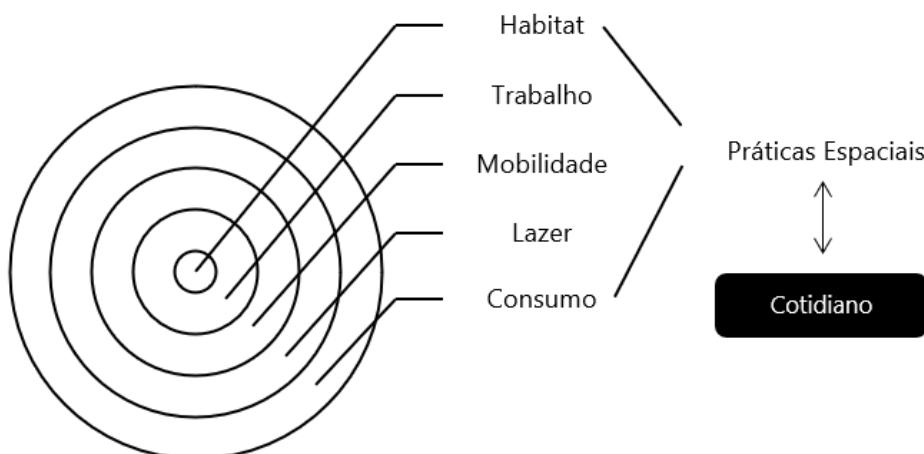
Figura 01: Organograma com as etapas gerais da pesquisa



Elaboração: AMORIM (2022)

De modo específico, o plano empírico, por se tratar de um componente espacial e social (especialmente subjetivo, por compreender as narrativas dos cidadãos que fazem parte do Residencial Integração), se revelará a partir de cinco dimensões, conforme exposto na figura 02 que integra a presente metodologia. Nesse sentido, também é apresentado abaixo um resumo do que vem a ser, portanto, este plano empírico (cotidiano).

Figura 02: Cotidiano – dimensões subjetivas e objetivas⁸ na produção das práticas espaciais



Elaboração: AMORIM (2022)

Posta a metodologia e os elementos que serão utilizados para a elaboração do trabalho, também é de fundamental importância apresentar como todos os dados e informações foram sistematizados. Especialmente com relação às entrevistas transcritas, além de descrevê-las com os termos nativos narrados pelos(as) cidadãos(as) colaboradores, em alguns casos, também foram confeccionados alguns mapas para, assim, estabelecermos uma

⁸ As cinco dimensões subjetivas e objetivas são, atualmente (2022) utilizadas como objeto metodológico pelo projeto de pesquisa intitulado FRAGURB (Fragmentação Socioespacial e urbanização contemporânea: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos) financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) junto a professores e pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente.

análise mais aprofundada do bairro com o objetivo de apreendê-lo sob a visão e experiência vivenciada por quem nele reside e ocupa. Além disso, o plano experimental anteriormente apresentado conduz a pesquisa de campo sob uma análise pessoal, enquanto pesquisador.

De modo a elucidar os objetivos e metodologia apresentados anteriormente, essa dissertação será subdivida em três capítulos, além desta introdução, considerações finais, referências e anexos, basilares para a construção do entendimento sobre o objeto estudado. Dito isso, o uso de materiais cartográficos e iconográficos também estarão presentes ao longo de todo o trabalho a fim de especializar, quantificar e qualificar os resultados da pesquisa, além de torná-las mais compreensíveis ao leitor.

No primeiro capítulo, intitulado "**Fazer a cidade: desigualdade social, cotidiano e fragmentação**", busca-se refletir, por meio de pesquisa teórica, os processos e os rebatimentos que configuram a cidade no tempo presente. Para isso, são discutidos elementos que incidem na produção e reprodução do espaço urbano, com destaque às práticas espaciais que conformam um cotidiano cada vez mais fragmentado. Nesse debate, são discutidas as semelhanças e diferenças entre os processos de diferenciação, segregação e de fragmentação socioespacial – objeto de análise desta dissertação –, apoiando-se, neste processo, nas classes sociais de menor poder aquisitivo ao evidenciar o pressuposto de que são eles os grandes protagonistas da análise das cisões circunscrevem as cidades.

O segundo capítulo, "**Uberlândia (MG) e o (des)compasso com a formação de periferias**", tem como objetivo apresentar, por meio da formação histórica, territorial e socioespacial de Uberlândia o processo de crescimento e de desenvolvimento da cidade. Para isso, buscou-se apresentar, ainda que de maneira breve, quais agentes estiveram por detrás de toda essa história, a fim de identificar, como ocorreu a formação de periferias, bem como a (re)produção destas tomando como objeto de análise a execução das políticas habitacionais em Uberlândia, sob processos mais graves, como o de segregação, e que possibilitou um segundo ainda mais nocivo: o de fragmentação socioespacial.

No terceiro e último capítulo, intitulado "**O Residencial Integração e as vozes da fragmentação socioespacial**", levando em consideração os elementos do cotidiano e das práticas espaciais dos citadinos do Residencial Integração, relacionamos o processo de fragmentação socioespacial com base nas cinco dimensões analíticas objetivas e subjetivas (*habitat*, trabalho, mobilidade, lazer e consumo), interdependentes entre si, mas que carregam sobreposições discursivas que valorizam as vozes dos citadinos excluídos dos timbres, das potencialidades e da urbanidade que constituem (ou pelo menos deveriam constituir) o espaço urbano.

CAPÍTULO 1

FAZER A CIDADE: desigualdade social, cotidiano e fragmentação socioespacial

A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente; talvez eu já tenha falado de Irene sob outros nomes; talvez eu só tenha falado de Irene (CALVINO, 2014, p. 115).

1.1. Cidade: um espaço, por essência, desigual

Refletir sobre a cidade significa estar diante de um caleidoscópio teórico infinito, polissêmico e bastante complexo. Seja através das formas, do conteúdo ou da função, a cidade se apresenta como um organismo vivo, um produto social, como um *lócus* de reprodução da vida humana que se revela através de transformações históricas em suas múltiplas escalas, sejam elas espaciais ou sociais.

Entre os autores que se esforçaram em refletir sobre a cidade, destaco inicialmente Lefebvre (1991), que abriu uma fecunda janela de discussão em muitas de suas obras. Para o autor, a cidade se apresenta como uma força produtiva por permitir a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos meios de produção, intervindo incessantemente no crescimento e no desenvolvimento. A cidade se torna, ao longo da história, o lugar privilegiado onde se elaboram as relações de produção, forças produtivas que se entrecruzam e conferem sentido a diferentes histórias e morfologias físicas e sociais.

É certo que, com o desenvolvimento das técnicas, as transformações que ocorreram nas cidades permitiram uma estruturação do modelo de produção capitalista, o qual, por sua vez, engendrou difusas mudanças em escala global, possibilitando alterações de ordem econômicas, sociais e políticas.

Sobre o assunto, Rolnik (2004, p.27) salienta que,

[...] as cidades pertencem ao capital e podem ser pensadas como um imã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. Ela é, fundamentalmente, o *lócus* da produção, da subserviência dos homens ao capital, do palco centralizador dos meios de produção, do trabalho e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho.

Nessa perspectiva, vemos que a cidade se apresenta como *lócus* da concentração dos meios de produção, bem como de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo (CARLOS, 2009, p.73). Tal fato impõe uma multiplicidade de sujeitos e ações em constante movimento, e revela que a cidade vai se transformando à medida em que a sociedade vai se metamorfoseando. Reconhecemos, outrossim, que essas características, inerentes à cidade, não se sucederam da noite para o dia, uma vez que a leitura e a compreensão se que extrai da cidade se relaciona assertivamente no período histórico com qual se analisa ou se objetiva analisar.

No caso brasileiro, por exemplo, temos cidades que já foram capitais do território nacional: Salvador (BA); seguido do Rio de Janeiro; quando fora, por última, transferida para Brasília (DF). Adiante, verificamos que as três cidades apresentam dinâmicas diferentes em

termos espaciais, populacionais, étnicos, históricos, etc. Apesar disso, apresentam em comum vultosas estruturas metropolitanas, que se constituem pelo conteúdo sucessivo de alterações em suas formas e funções, como resultado das intervenções que incessantemente produzem o espaço urbano.

Em primeiro lugar porque, no caso brasileiro, a ocupação do solo ocorreu sob a égide da propriedade privada do solo, fragmentando o tecido da cidade, vendendo-o em pedaços, e tornando-se cambiável através de relações que se realizam entre aqueles que dispõem de maiores riquezas. Os fragmentos da cidade entram no circuito da troca, são atribuídos diferentes valores ao uso do solo de acordo com o nível de interesse dos agentes que produzem o espaço, e, assim, materializa-se a cidade enquanto mercadoria (MARICATO, 1979). Em segundo porque a cidade se reproduz como condição dos meios de produção, incutindo capitais que migram de diferentes setores, e, portanto, viabilizando a reprodução ampliada da riqueza entre classes sociais limitadas da população.

A cidade, nesse contexto, de acordo com Carlos (2017, p.18),

[...] é banalizada, explorada, e as possibilidades de ocupá-la se redefine constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação da cidade que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado.

A partir das considerações inferidas pela autora, caracteriza-se a existência de uma⁹ cidade que se apresenta como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais (CARLOS, 2007, p.21), que designa, a partir da configuração do plano espacial, a constituição de um espaço social à medida em que se trata da realização do ser social – produzindo o espaço em suas múltiplas escalas – através de consecutivas transformações.

O tempo, assim como vários outros elementos que se realizam a partir da leitura sobre a cidade, também não pode estar dissociado dessa análise, pois não há espaço sem tempo,

⁹ Não se busca objetificar a cidade enquanto unidade territorial singular, interdependente, enquanto sujeito ausente de relações estabelecidas com outras cidades. O objetivo em tela se situa ao concebê-la enquanto espaço social, daí a opção de designá-la a partir de modo imperativo (uma).

bem como tempo sem espaço. Para Santos (2007, p.60), "a sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado."

De acordo com o mesmo autor,

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1978, p. 42).

Assim, no decorrer da história, a materialização do processo espacial – que incute na produção da cidade – realiza-se a partir das relações sociais, produzindo os lugares da vida, ao mesmo tempo em que condiciona sua criação. Via de regra, a produção capitalista encaminha a cidade para, quase exclusivamente¹⁰, à contemporaneidade em função do processo de globalização com seus múltiplos efeitos nocivos. O essencial se torna mutável, pois na cidade a pressa é reservada ao estímulo do consumo. Todo tipo de informação e comunicação são utilizadas para que os cidadãos adquiram produtos supérfluos. O interesse de desfrutar das potencialidades da cidade em termos de cidadania, acaba sendo abandonado. Nem mesmo a apreciação da paisagem da cidade, com o objetivo de apreender os timbres e sentidos da vida cotidiana, escapam, pois não dialogam com os novos ditames do capital e, portanto, aos novos modos de se apropriar da cidade.

Diante disso, a cidade se inclina à velocidade, a rapidez cotidiana dos fluxos, das pessoas, da informação, das relações, dos serviços, do comércio, das mercadorias que vão e voltam compilando na paisagem urbana uma infinitude de transformações que se configuram de forma quase imediata na estruturação de novas construções, como reflexo do conteúdo e da dinâmica que se produz.

¹⁰ É importante destacar que a globalização, ainda que possa ser verificada em escala mundial, não é sentida por todos em termos de integração. O que se verifica, em tese, é o processo imperando de modo desigual no mundo, flagelando classes sociais de menor poder aquisitivo, que se excluem de forma involuntária das potencialidades e possibilidades existentes na cidade "aberta", como resultado das nocivas lógicas neoliberais.

Em virtude dessas alterações, Carlos (2007, p.51), comenta:

A mudança nas relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase desapercebidas, embrulhadas pela ideologia que efetiva a degradação da vida cotidiana. A cidade onde tudo se transforma, onde os estilos se multiplicam passa a ser o lugar em que as pessoas "se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver".

Como resultado, os espaços dos citadinos se condicionam às imposições vigentes do modelo capitalista de produção, incorporando diferentes formas de reproduzir os elementos que constituem tal modelo a fim de garantir sua manutenção nas cidades. Como apontara Harvey (2013, p.42) "o sistema capitalista é, desse modo, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos".

No intento de explicar sua dinâmica e compreender seus limites, uma reflexão se manifesta: por mais soberana que seja o modo de produção capitalista, por mais que exista uma representatividade dominante (rica, branca, ocidental, machista, racista), por mais dominante que seja, continuadamente, a lógica capitalista se adaptará às condições singulares de cada lugar no espaço e no tempo para se realizar. Isto é, mais precisamente, em cada lugar a reprodução do modo de produção de capitalista será desigual e heterogêneo na medida em que depende da confluência entre o externo (fundamentalmente interesses político-econômicos) e o interno (condições sociais, econômicas, políticas, simbólicas).

Nesse mesmo sentido, Harvey (2007, p.23) afirma que

a atividade capitalista está sempre fundada em algum lugar. Diversos processos materiais (físicos, ecológicos e sociais) devem ser apropriados, usados, para os propósitos, caminhos e comércio da acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital tem que adaptar-se e em alguns momentos transformar-se pelas condições materiais que encontra.

Em síntese, o capital em geral busca moldar o ambiente das cidades às suas necessidades, assumindo, deste modo, um caráter destrutivo e autodestrutivo no bojo dos lugares em que se apoderam. Entender, portanto, as cidades, significa estar diante de um

desafio polissêmico do ponto de vista conceitual, mas também funcional, como já fora frisado no início deste capítulo. Lefebvre (1991), já nos alertava afirmando que as cidades são anteriores ao processo de industrialização e, portanto, anterior ao sistema capitalista de produção¹¹. A partir disso constatamos que se configuravam diferentes tipologias de cidades, de acordo com o período em que se propunha analisar. Mesmo com a superação do par cidade-campo, envolvendo a divisão social do trabalho, já se observavam contradições que, pari passu, “engendravam no tecido social presente na cidade, a centralidade, as relações e atividades desenvolvidas por seres concebidos, construídos ou reconstruídos pelo pensamento” (LEFEBVRE, 1991, p. 54).

Isto nos leva a inferir que, antes mesmo do advento do capitalismo e seus efeitos nas cidades, as clivagens socioespaciais já compunham o tecido espacial, dividindo os estratos sociais e os espaços de acordo com diferentes usos. No caso brasileiro, é evidente que a divisão, organização e destinação do espaço sempre fez parte da administração enquanto unidade territorial. Todavia, a organização do espaço urbano, seguindo um planejamento que levava em consideração questões típicas, como o transporte público, o abastecimento de água, a reserva de áreas verdes e a habitação, por exemplo, somente ganhou força após 1970, quando a população urbana superou a população rural. Foi a partir desse período, verificado o inchaço urbano, resultante do crescimento desenfreado das cidades brasileiras, que transcorreram inúmeros problemas, como trânsito, violência, falta de esgoto e água tratada, entre outras, acentuando ainda mais a desigualdade social imperante no país.

Nesse contexto, o espaço urbano é, sobretudo dentro do capitalismo, fragmentado; característica que o torna fortemente desigual. Essa fragmentação ocorre em virtude dos múltiplos usos de diferentes áreas dentro da cidade, com a presença de áreas de trabalho, de lazer, de comércio, de gestão, de uso de residencial, entre outras. Em vista disso, a fragmentação da organização espacial das cidades é, sincronicamente, responsável por

¹¹ Considerando todas os estágios que o sistema capitalista de produção atravessou (comercial, industrial e financeiro), coube às cidades adaptar-se a todas essas transformações, o que, por sua vez, conferiu sucessivas alterações não somente no tecido espacial (forma) das cidades, bem como às consecutivas mudanças que envolve à apropriação da cidade, suas possibilidades e potencialidades.

articular diferentes áreas por meio da movimentação do capital, de informações e de pessoas; e por refletir a sociedade que a estruturou, que por sua vez aparece dividida em classes. Tal circunstância permite que Corrêa (1995, p. 8) reconheça que “o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo”, finaliza o autor.

De modo igual às reflexões acima, destaco a reflexão de Harvey (2013, p. 174), segundo o qual a cidade deve ser compreendida como “o lugar das contradições acumuladas”. À vista disso, ao constituir-se sobre uma égide desigual, o espaço urbano reflete, seguramente, as expressões da luta de classes, o palco de greves, das lutas por direito à moradia, etc., daí a necessidade sempre latente de conferir sustento na discussão: a quem serve, portanto, a cidade, considerando todos esses impasses que mais a tornam desigual do que acessível?

Para Carlos (2017, p.39),

Se de um lado a cidade é expressão e condição para a reprodução do capitalismo no âmbito social, econômico ou político produzindo o espaço, ela é, ao mesmo tempo, forma de apropriação, modo de pensar e de sentir, constituindo-se enquanto prática socioespacial. Desse modo, a cidade também se constitui enquanto modo de vida; modo como as necessidades da reprodução invadem, conflituosamente, a esfera da reprodução da vida, redefinindo-a.

A partir da reflexão da autora, observamos que o fio condutor na leitura da cidade também se baseia nas possibilidades de articulação entre apropriação, inerente à materialização das relações sociais, econômicas e políticas, e na produção do espaço, resultante das metamorfoses que integram os pilares de sustentação do urbano. Nesse movimento diacrônico, o que se pode extrair da cidade, de maneira prévia, é o seu caráter fragmentado, que se explica não somente através do plano espacial, caracterizada por descontinuidades, mas também pelo conteúdo social, que também se explica pelo cotidiano.

Deste modo, entende-se que a vivência, a percepção e as representações também se alteram como resultado das inúmeras transformações que assinalam a gestão das cidades. Estar na cidade não significa necessariamente apreendê-la singularmente como espaço de

moradia, de trabalho, ou de lazer. Ela também representa para muitos indivíduos um espaço de resistência.

Catalão (2010, p.92), acerca das representações comenta que,

As representações do espaço dizem respeito não apenas aos projetos arquitetônico-urbanísticos, aos mapas, às formulações científicas a respeito do espaço, mas também aos mapas mentais que se constroem à medida que a vida se reproduz cotidianamente.

A apreensão que se designa a partir das práticas cotidianas e, portanto, das representações que se constroem na vivência dos cidadãos, como exposto, são diferentes e se alteram de acordo com várias dimensões da vida cotidiana, como o lazer, o trabalho, o habitat, o consumo, etc. Em vista disso, a convivência entre as diferenças traz possibilidades de ampliação dos valores que definem a vida em sociedade, mas exigem constantes confrontações e debates. O que se tem observado, de acordo com Oliveira (2013, p.374), "é a tendência da negação do convívio entre as diferenças – sociais, culturais, espaciais – tem se acirrado, fazendo com que as experiências socioespaciais urbanas sejam ainda mais restritas".

A diferenciação, no seu âmago, não é um problema, pois se constitui como produto inerente da vida em sociedade e, portanto, satisfatória. No entanto, o acirramento dessa diferença, quando relaciona à negatividade, acaba não sendo benéfica para a cidade na conexão entre os cidadãos, pois se reveste como justificativa para o evitamento dos contatos, isto é, o evitamento dos diferentes (leiam-se pobres; estratos sociais de menor poder aquisitivo). Um primeiro aspecto que nos ajuda a refletir sobre a diferenciação enquanto negação (CARLOS, 2007), é o fato de que, em muitas situações, as diferenças são produzidas a partir de desigualdades socioespaciais.

A "oposição" existente entre áreas ricas e pobres é visível nas cidades até para os olhares desatentos, mas, devemos caminhar para além destas diferenças aparentes e buscar compreender essas causas, conteúdos e conflitos que transcorrem a produção e o consumo do/no espaço a partir das desigualdades que, apesar de não se apresentar como um conteúdo novo e exclusivo da contemporaneidade, acentua-se com o progresso do sistema de produção capitalista (RODRIGUES, 2007, p.75).

De modo a ratificar as considerações realizadas por Rodrigues (2007), observamos que os novos valores culturais que imperam sobre o mundo contemporâneo se relacionam estreitamente com a valorização da homogeneização e a produção ampliada de desigualdades no contexto de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A princípio, com a homogeneização colocada como meta, no sentido de igualdade de oportunidades orientada pelo desenvolvimento econômico, inclina-se ao pressuposto de que, para o alcance do desenvolvimento, todos devem estar inseridos num mesmo jogo, tendo que, para isto, ser transformados em jogadores – leia-se consumidores.

Isto se realiza a partir do agrupamento de povos e culturas para o sistema econômico mundial com o objetivo de (des)territorializar (HAESBAERT, 2006) todos os costumes e tradições culturais historicamente produzidas pelos indivíduos e serem submetidos a um novo padrão valorativo referencial. Evidentemente, aqueles indivíduos que não se adequarem a esse padrão serão refugados (LUMMIS, 1992). O padrão valorativo referencial ao qual Lummis (1992) se refere, que deve ser compartilhado por todos para que ocorra o desenvolvimento econômico, baseia-se substancialmente no consumo. Deste modo, os indivíduos passam a se definir e definir os outros de acordo com suas possibilidades de consumir, materializando o âmago dos processos de identificação e de diferenciação nas cidades.

A homogeneização pretendida dos contatos nas cidades em termos de sociabilidade, associa-se antagonicamente com a homogeneização, no plano ideológico, da participação de indivíduos na sociedade de consumo e, portanto, à impossibilidade efetiva de que o consumo seja o mesmo para todos em níveis satisfatórios. É evidente que todos têm o interesse de consumir, todavia, para que alguns indivíduos tenham a possibilidade de consumir mais – e, portanto, se diferenciar a partir deste ato – os outros necessitam, claramente, consumir menos.

Estas reflexões recaem na leitura dos processos de exclusão na escala da cidade contemporânea em termos de desigualdade, uma vez que manifestam, através desta utópica homogeneização, valores de ordem capitalista ao cristalizar diferenciações socioespaciais, sob o pretexto de produzir representações do “eu” e dos “outros”; “meus espaços” e os “espaços

deles” – no sentido ideológico, a “minha cidade” e a “cidade deles”, ou o que ainda resta dela. Na soma dessas representações, nota-se, no plano do cotidiano, o “recesso comunitário”, o crescimento das “lógicas exclusivas” (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001), a “diluição dos laços orgânicos entre pedaços da cidade” (BÉHAR, 1995, p.11), e uma “crescente diferenciação dos distintos segmentos sociais em ter acesso, via mercado, aos espaços necessários à reprodução cotidiana da vida” (OLIVEIRA, 2013, p.376), à qual encontra-se cada vez fragmentada.

Fundamentam-se, assim, práticas socioespaciais que certificam a diferenciação como um aspecto negativo e, com isso, tonificam a produção de desigualdades no plano espacial e, principalmente, social das cidades. As separações que materializam e dão forma à cidade, acabam gerando rebatimentos que recaem substancialmente no agravamento de desigualdades tornando a cidade ainda mais utópica enquanto direito de todos.

Em síntese, são inúmeros os processos que se desdobram na leitura de uma cidade desigual. Os apontamentos e reflexões adotadas até aqui fecundam um amálgama teórico que deve ser ampliado considerando o robusto esforço de autores e pesquisadores que tomam para si a cidade enquanto objeto de análise. Os embates que emergem das contradições expostas são acirrados e bem mais complexos à medida em que o conteúdo das práticas espaciais e do cotidiano se alteram, sobre o qual dissertamos na seção apresentada a seguir.

1.2. Cotidiano, práticas espaciais e apropriação da cidade

De início, um importante e sintético esclarecimento. Ao nos referirmos ao sistema capitalista durante todo o trabalho, mais especificamente nesta seção, parto da seguinte premissa: o capital – base que sustenta e fundamenta o capitalismo de produção – antes de se apresentar na condição de um ente filosófico, um produto ou conjunto de objetos, produzidos e reunidos no espaço geográfico, durante um determinado tempo histórico, se trata, na verdade, de uma série de processos e interações sociais produzidas abstrata e concretamente no espaço e no tempo, cujo alcance de ações, objetos e representações transpassam a sociedade contemporânea através de sua reprodução material e imaterial.

Considerando essa premissa e realidade, constatamos que o movimento complexo da sociedade contemporânea continua sendo apropriado e dominado pelo capital em decorrência das sucessivas transformações em escala global, modificando a relação espaço-tempo e que, "ao ser orientado para a expansão e movido pela acumulação" (MÉSZAROS, 2002, p.100), também altera a noção e a apropriação do espaço geográfico seguindo sua própria lógica. Em outros termos, busca-se entender que a dinâmica inerente à reprodução da vida cotidiana está submetida à subserviência de diferentes agentes que se relacionam para a manutenção destrutiva realizada pelo sistema capitalista de produção.

Para muitos autores, a força transformadora que rege a existência do mundo é o capitalismo e suas contradições. Soja (1983, p.34) admite a existência de uma "espacialidade diferenciada e desigualmente produzida como expressão que se aplica a um capitalismo fundamentalmente desequilibrado". De modo igual, Massey (1981), reconhece que o processo de acumulação capitalista é causa e efeito do desenvolvimento desigual do espaço e, por essa razão, representa um instrumento importante para a compreensão desse mesmo processo.

Nesse mesmo sentido, Harvey (2013, p.415-416), argumenta que,

[...] o capitalismo não se desenvolveu sobre uma planície plana dotada de matérias-primas ubíquas, com oferta homogênea de trabalho e com iguais facilidades de transportes em todas as direções, ao contrário, o capitalismo ... está inserido, cresce e se difunde no interior de um variado ambiente geográfico que engendra uma grande diversidade na generosidade da natureza e na produtividade do trabalho.

Por se tratar de uma lógica que se baseia predominantemente na desigualdade social ao tomar persuasivamente todos os lugares, o modo de produção capitalista intervém de forma coercitiva produzindo e condicionando o processo de produção do espaço geográfico através das ações de sujeitos, grupos e principalmente das classes sociais em diferentes sociedades pelo mundo. Assim, "com suas inerentes contradições, o espaço passa então a contê-las e a ser produzido em seu bojo" (COSTA, 2010, p.47), fazendo com que "o capitalismo se aproprie do espaço e possibilite a criação de *seu próprio espaço*" (OSEKI, 1996, p.114).

Por meio dessas ações promovidas pela lógica capitalista, materializam-se descaracterizações das condições sociais do espaço geográfico que implicam incessantemente em alterações dos sentidos da própria vida cotidiana e, como resultado, repercutem em rebatimentos na condição do ser humano e no modo do ser humano. Em outras palavras, significa dizer que o processo de acumulação capitalista tem apontado para uma tendência de desintegração das relações sociais corpóreas, subjetivas e práticas dos (*e entre os*) indivíduos e, associado esses rebatimentos, acabam gerando conflitos que implicam até mesmo no estilhaçamento das condições do ambiente em que vivem esses indivíduos.

Nessa direção, o espaço geográfico, enquanto produto histórico e social, inerente à lógica capitalista, possibilita a abertura de diferentes perspectivas de análise das relações sociais no bojo de sua materialização espacial, o que nos leva a entender, de acordo com Carlos (2007, p.14) que toda prática social toma para si o espaço da cidade como condição ideal para sua realização. Dessa forma, as relações sociais passam a ocorrer por meio da articulação espaço-tempo, o que confere identidade à vida cotidiana e, portanto, ao lugar dos cidadãos.

Através deste par dialético (espaço-tempo), são produzidos diferentes conteúdos às cidades como resultado de uma interação entre os inúmeros elementos que participam de seu processo e apropriação. Com efeito, as cidades são constituídas, ao mesmo tempo, por materialidades, pelas práticas socioespaciais que nelas (*e a partir delas*) se desenvolvem e pelas representações e imaginários de seus habitantes e também podem ser consideradas como entroncamentos nos quais se relacionam e justapõem espaços, formas, práticas e representações, podendo ser iguais, opostas ou complementares (OLIVEIRA, 2013, p.341).

Nesse processo de compreender e analisar as cidades de acordo com os múltiplos sentidos que lhes dão forma e condicionam sua existência, reconhecemos que os espaços nelas criados, bem como as relações que delas se depreendem, manifestam diferentes representações que dão forma e sentidos distintos à vida cotidiana (urbana).

De acordo com Oliveira (2013, p.365),

É no desenrolar do cotidiano que se estabelece a apropriação de diferentes espaços para a realização das atividades que baseiam

a reprodução da vida social, como moradia, trabalho, consumo, lazer; são instituídas as relações de sociabilidade entre os cidadãos; desenvolvidas as representações acerca dos distintos espaços e de seus moradores.

Em síntese, é no cotidiano que ocorre a possibilidade de realização das experiências urbanas, tendo como exemplo a realização de trajetos, sob o uso do automóvel, do transporte público ou até mesmo a pé; a identificação de espaços e/ou diferentes estratos sociais; a realização dos encontros ou o evitamento de determinados grupos em diferentes bairros, etc., que incidem na construção cotidiana dos modos de vida nas cidades, bem como das lembranças e impressões que delas se extraem (HOLZER, 1993).

É importante salientar que "o cotidiano do espaço urbano da cidade vai muito além da concepção pobre de palco de trivialidades, de mera rotina, o que poderia levar perigosamente ao conformismo, acomodação e imobilismo" (SANTANA, 2014, p.67). No cotidiano urbano se desenvolvem diferentes práticas espaciais de cidadãos que conferem sentidos e representações à cidade. A soma desses elementos, quando analisados no âmago das narrativas e discursos oriundos dos cidadãos, pode revelar diferentes processos espaciais que tonificam a impossibilidade de tomar para si a cidade enquanto direito¹². Deste modo, reconhece-se que a ocorrência de mudanças na forma de realização *deste cotidiano* resulta em alterações tanto no âmbito social quanto no espacial.

De acordo com Carlos (2007, p.52),

A produção do cotidiano vem cada vez mais se vinculando à difusão do consumo, fazendo com que as práticas urbanas sejam mediadas pelo mundo das mercadorias, o que traz consequências tanto para o uso do tempo quanto do espaço nas cidades contemporâneas.

O que restou, portanto, à cidade contemporânea senão um descabido espaço que se conjuga às condições determinantes do capital? Lefebvre (1991) já nos alertava que a cidade, enquanto realidade acabada, se decompõe, ao se referir que o valor de uso – necessidades, desejos subjetivos da realização da vida cotidiana – foi drasticamente submetido pelo valor de

¹² Utilizando-se como objeto analítico a expressão "direito à cidade", consagrada por Henri Lefebvre (1991).

troca, baseando-se no modelo acumulação, que se explica pelo consumo de mercadorias e de produtos que não atendem a uma grande parcela da população. O consumo, neste modo, ao ser concebido como elemento-chave de apropriação da cidade, ocasiona em possibilidades diferenciadas de cada cidadão participar, efetivamente, da cidade enquanto totalidade, uma vez que as práticas espaciais e as representações que produzem o cotidiano se desenvolvem em conformidade com múltiplas dimensões: sociais, econômicas, culturais, políticas, etc.

Não obstante, bem sabemos que a vida cotidiana contemporânea incute em uma produção fragmentada da cidade em termos de possibilidades. Para isso, basta reconhecermos a existência de processos espaciais cada vez mais excludentes que se materializam em diferentes espaços da cidade compondo vários "fragmentos mal articulados entre si com altos níveis de desigualdades em termos de acessibilidade às infraestruturas e aos diferentes serviços urbanos (LEGROUX, 2021, p.239). Por isso, "nas cidades, em consonância com seus diferentes espaços e habitantes, configuram-se distintos cotidianos que a produzem e que são produzidos por elas" (OLIVEIRA, 2013, p.366).

Considerando que a produção do espaço também se apoia no plano imaterial, – campo simbólico e das representações – tomemos como exemplo a construção dos empreendimentos do governo federal: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Estes conjuntos habitacionais que se encontram, em sua grande maioria, afastados de áreas consolidadas de infraestrutura e radicalmente desprovidos de equipamentos urbanos, revelam contradições sobre o verdadeiro interesse do Estado no tocante à realização do direito à moradia às classes sociais de baixo poder aquisitivo.

Apesar da conquista da casa própria, após um longo período de luta e de pressão popular, vemos que "as dificuldades e necessidades básicas permanecem e até aumentaram no cotidiano das famílias, fortalecendo um isolamento social que se explica pela acentuada distância entre a habitação e o conjunto da cidade" (SOUZA, 2020, p.137). Esse distanciamento que se configura em relação ao tecido consolidado da cidade afeta, complexifica e torna ainda

mais desafiadora a manutenção da vida cotidiana, uma vez que acentua a manutenção de desigualdades tanto no plano material quanto imaterial.

Apoiando-se em De Souza (2020) sobre o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo em Dourados (MS), a autora destaca que:

[...] as distâncias não são apenas físicas, uma vez que o cálculo em quilômetros do trajeto entre localização e o destino não é suficiente para identificar o distanciamento socioespacial. Há uma diferença entre o que é "longe" e "perto" para diferentes classes. É necessário considerar as condições para realizá-lo. Ir até sua garagem, retirar seu veículo e se deslocar ao centro principal ou qualquer outro destino, difere substancialmente de um caminho até um ponto de ônibus e gastar cerca de duas horas, com um péssimo serviço de transporte público em um trajeto percorrido, muitas vezes, em pé em ônibus lotado e condicionado às inúmeras paradas (DE SOUZA, 2020, p.137).

Fazer, portanto, da cidade uma via de compreensão da realidade é reconhecer que o tempo desigual dos citadinos, sobretudo em termos de apropriação, torna-se, neste modo, mais um plano que condiciona e orienta diferentes processos excludentes sobre a vida cotidiana. Deste modo, se os processos socioespaciais são redimensionados de acordo com as mudanças que se baseiam em dinâmicas de (re)estruturação da cidade, logicamente acabam alterando as práticas espaciais dos citadinos, podendo revelar diferentes graus de segmentação do espaço urbano.

Como indicado em Dal Pozzo (2015, p.40), apoiando-se nas proposições de Lefebvre (1991), "as práticas espaciais compreendem o conjunto de atividades [incluindo, as relações sociais] realizadas cotidianamente pelos citadinos e/ou grupos familiares" envolvendo, principalmente, os locais utilizados para o *habitat*, o trabalho, formação/educação, consumo de bens e de serviços e realização do lazer. As práticas espaciais a qual Dal Pozzo (2015) se refere, são de acordo com Souza (2013), também, práticas sociais, o que implica entender que "não existem práticas espaciais que não sejam sociais e que não existem práticas espaciais independentes do espaço" (SODRÉ, 2021, p.4). É importante reconhecer, todavia, que nem todas as práticas sociais se apresentam de forma "densa ou complexamente especializadas.

"Elas estão sujeitas à dimensão espacial da sociedade de modo indireto, fraco, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal" (SOUZA, 2013, p.240-246).

Ainda que muitas práticas sociais não se constituam sob a condição do plano espacial, elas não têm de ser desprezadas, "seja porque geram rebatimentos com as práticas espaciais, ou porque são condicionadas ou as condicionam" (SODRÉ, 2021, p.4 *apud* SOUZA, 2013).

Em vista disso, entendemos que as práticas espaciais:

São práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a 'lugaridade'...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais (SOUZA, 2013, p. 241).

Anterior às discussões que deram existência a essas definições, Corrêa (1992) já nos alertava, tomando como objeto de análise a empresa multinacional Souza Cruz, que toda prática espacial envolveria a tomada de decisões, escolhas e estratégias por parte das empresas que objetivavam expandir a obtenção de lucros controlando o território. Percebe-se claramente o vínculo economicista de sua conceituação de prática espacial, estando praticamente submetida e à mercé dos interesses do capital (STRAFORINI, 2018, p.188).

Passados alguns anos, Corrêa (2002) assume uma nova postura conceitual e aperfeiçoa esta discussão ao entender que "as práticas espaciais que se realizam no espaço urbano, delineiam suas particularidades e estabelecem suas relações com a diferenciação socioespacial e os processos espaciais" (SODRÉ, 2021, p.5). Além disso, reitera que ainda não há na Geografia "uma proposição teórica explícita e clara sobre as práticas espaciais [...]. *É um conceito ainda marcado por um caráter vago*" (CORRÊA, 2007, p. 69-70).

Apoiando-se em Santos (1978), Moreira (2009), ao refletir sobre as práticas espaciais, explica elas que constroem a sociedade e criam a dialética de determinação que ao mesmo tempo que faz da sociedade o seu espaço faz do espaço a sua sociedade" (MOREIRA, 2009, p.1). É um elemento do empírico que possibilita realizar "as mediações que fazem da

compreensão do espaço a compreensão da sociedade, e da teoria do espaço uma teoria da sociedade, e vice-versa" (MOREIRA, 2009, p.2).

Em uma produção mais recente, Moreira (2017, p.27) buscou relacionar as práticas espaciais aos saberes espaciais. Segundo o autor,

[...] os saberes espaciais se originam através das práticas; e são as práticas espaciais que, por meio destes saberes que se orientam. São, deste modo, as necessidades da vida cotidiana que condicionam e materializam a constituição das práticas espaciais, relacionando-se, assim, como respostas às necessidades, sua própria realização.

Em outras palavras, significa dizer que incute ao plano espacial, que se espelha às realizações inerentes à vida cotidiana (social), configurar a existência das práticas espaciais, as quais podem "sofrer modificações ao longo do tempo de acordo com a [escala] que está se considerando, bem como a dimensão: técnica, simbólica, econômica, política, cultural" (SODRÉ, 2021, p.7) que se propõe investigar.

Utilizando-se como referência as dimensões simbólicas e do campo das representações, Pádua (2018) segue um caminho equivalente ao compreender as práticas espaciais como um dos principais instrumentos analíticos da ciência geográfica. De acordo com o autor, elas devem ser concebidas como *práxis*, ainda que no seu bojo possa revelar uma inerente relação de dominação do capital. Assim, "de um lado, a noção de prática socioespacial para a Geografia remete ao modo como o espaço é produzido socialmente e, de outro, como "ele é vivido" (PADUA, 2018, p. 41).

Esta proposição realizada pelo autor, que toma como base alicerçante as obras de Lefebvre, expressa a extensão da reprodução das condições de vida de diferentes sujeitos espaço-temporalemente pela e a partir da lógica capitalista. Mas também apontam, de modo contraditório, que no plano espacial nem tudo é produção, mas também apropriação, criação e realização completa da vida cotidiana. A apropriação do espaço-tempo – tomado como análise o espaço da cidade – é essencial para que se desempenhe qualquer atividade produtiva, pois como lembra Carlos (2011), "nenhuma ação é *a-temporal* ou *a-espacial*".

Deste modo, observamos o quanto as práticas espaciais, de modo indissociável às práticas sociais, se relacionam com a produção do espaço ao tomá-lo como *lócus* das relações que se produzem no plano do cotidiano. Nessa direção, este mesmo cotidiano, como dimensão do espaço em que se vive, se produz e se pensa, pode a qualquer momento, sofrer alterações, o que o torna instável e suscetível a tensões. É a partir desta reflexão que podemos nos colocar diante de um questionamento: *afinal, quais razões e motivações podem estar por detrás das sucessivas alterações cotidianas de uma grande parcela da população em termos de acesso, possibilidade, oportunidade e, fundamentalmente, enquanto direito à cidade?*

Em primeiro lugar, é de fundamental importância que reconheçamos a relação inerente das práticas espaciais das lógicas econômicas para conferir sustento discursivo e analítico ao cotidiano. Na abordagem de Sposito (2018), as práticas espaciais, quando são colocadas defronte à perspectiva da cidade, nos leva a pensar em rotinas, em costumes, em hábitos, ou seja, uma soma de tudo aquilo que vivenciamos e vivemos, seja de ordem arbitrária, ou não. Por sua vez, ao adjetiva-la espacialmente, a autora caracteriza as práticas na vertente do:

Possível, pois raramente as práticas poderão ser inteiramente previstas, monitoradas, orientadas, ainda que na contemporaneidade, este se caracterize como o grande interesse de muitas corporações. Orgânico, pois se referem diretamente a atitudes da vida cotidiana, realizadas de acordo com as decisões, motivações, bem como por meio das experiências e intuições. Pensado e do inusitado, pois atendem, mas também são capazes de se rebelar à lógica racional das corporações (SPOSITO, 2018, p.635, grifos do original).

Assim, as práticas espaciais são sempre um "elo entre materialidade (condições objetivas e de ordem físico-territorial) e representações que se produzem a partir do mundo e do espaço (condições subjetivas em que se misturam razões e sentimentos)" (SPOSITO, 2018, p.636). Assim, as práticas espaciais que os cidadãos realizam, seja das mais simples, como um trajeto na cidade, aquelas entre os locais de moradia e os locais de trabalho, ou, ainda, a

escolha de locais em que se realizam o lazer e o consumo de serviços¹³, todas elas, sem exceção, estão entrelaçadas através de condições objetivas e de outras naturezas subjetivas.

De modo a contribuir com a reflexão, Loboda (2008, p.67), afirma que

[...] as práticas espaciais podem designar os usos, possibilidades e limites à apropriação do espaço urbano. Além disso, tais práticas nunca são neutras e, portanto, tendem a exprimir interesses e assumir particularidades e especificidades de acordo com cada segmento social.

No intento de relacionar essas práticas espaciais ao cotidiano e, deste modo, reconhecer que os tempos desiguais da população são resultado de um longo processo histórico, defendemos que a causa-efeito está na insurgência de diferentes processos de diferenciação [uns mais severos que outros, como serão discutidos na próxima seção], como a segregação e a fragmentação socioespacial. Com efeito, as condições de acesso aos cidadãos se diferenciam no espaço urbano e se relacionam substancialmente com as novas formas de apropriação que se difundem na cidade. Afinal, sendo o consumo o elemento chave na garantia de acesso e à possibilidade, logramos, desta maneira, que as práticas espaciais são atinentes no entender do que são, hoje, as cidades na contemporaneidade.

Esse sentido de reconhecer a valorização das subjetividades na abordagem das práticas espaciais tem sido utilizado por diferentes autores, como já fora exposto em linhas anteriores. De modo igual, Gomes (2006), também foi um deles que, ao reconhecer a dimensionalidade existente no estudo das práticas espaciais, baseou-se em Lefebvre afirmando que, “a alternativa de espaços a serem frequentados está, em grande parte, associada às práticas culturais [espaciais] e aos hábitos que antecipam interações que se esperam naqueles locais” (SODRÉ, 2021, p.10 *apud* GOMES, 2018). Isso significa que “o público cria [...] expectativas diretas entre um lugar e a possível experiência de encontros e interações sociais positivas” (GOMES, 2006, p. 367), e estando em uma cidade cuja desigualdade e injustiça se expressam cotidianamente, procuram evitar interações com os “outros” (diferentes).

¹³ A reflexão que se opõe a este raciocínio também confere prestígio, uma vez que o consumo também se estende à esfera do espaço, isto é, consumir o espaço [geográfico] do ponto de vista da apropriação do lugar, da cidade, das possibilidades, também está condicionado à compreensão do são, portanto, as práticas espaciais.

Os *outros* ao qual o autor se refere, trata-se da nomeação utilizada por estratos sociais de maior poder aquisitivo que, ao se isolarem em espaços privilegiados de infraestrutura, como condomínios de alto padrão, por exemplo, acabam por designar o conjunto da cidade, como espaços estranhos, espaços periféricos, espaços dos marginalizados, zona de perigo, etc.

Nota-se, portanto, que a exclusão social no espaço urbano não se explica somente no plano de diferenciação representada pela oposição entre classes sociais; mas também se fundamenta pela estigmatização que se estende aos estratos sociais de menor poder aquisitivo, desguarnecidos de acesso aos serviços coletivos e da própria cidade enquanto direito. Deste modo, "as práticas espaciais envolvem sempre uma dimensão valorativa do cotidiano que busca legitimar como justo o acesso de alguns poucos à cidade e a exclusão da maioria em virtude de sua suposta inabilidade natural" (SODRÉ, 2021, p.11).

Tais aspectos corroboram com a perspectiva de Pedrazzini (2006, p.56-57),

Há mais diferenças e distanciamentos, não somente físicos, mas também simbólicos entre dois bairros de uma mesma cidade, divididos pelas dinâmicas urbanas, que entre duas cidades com elementos comuns de urbanidade, construídas pelos mesmos moldes globalizados de produção.

Nesse sentido, estando muito além de uma deterioração da paisagem urbana, trata-se de compreender que, através das práticas espaciais orientadas pelo consumo, a cidade se fragmenta, incutindo em alterações profundas na vida cotidiana, como a apropriação dos espaços, o convívio com o *outro*, e faz criar novos tipos de enclaves socioespaciais. Estes evitamentos e estigmatizações que se estabelecem em relação a determinadas áreas da cidade, conferem-lhes um caráter excludente, uma vez que, ainda que não sejam demarcados por barreiras físicas como cercas e muros, evidenciam a materialização de fronteiras sociais, explicada pela depreciação em relação ao citadino periférico e, portanto, estigmatizado.

Em que pese os mecanismos de diferenciação envolvendo a realização de práticas espaciais distintas, bem como os sujeitos que fazem parte desse processo, ratificamos, outrossim, que se torna possível compreender, a partir do processo de fragmentação socioespacial, o cotidiano de diferentes classes sociais, especialmente àquelas que são

incessantemente excluídas das potencialidades e possibilidades existentes na cidade, como será discutido afundo na próxima subseção.

1.3. Diferenciação e segregação em direção à fragmentação?

Vimos até aqui que as cidades carregam no seu âmago diferentes leituras e interpretações, muitas das quais se apresentam diante de consecutivos rebatimentos que nos fazem refletir constantemente: a quem se destinam? Como se realiza o processo de produção e de apropriação da cidade? Se através das nossas ações a cidade consome para si tudo aquilo que somos capazes de realizar no cotidiano, o que dela podemos esperar?

Como ponto de partida, consideramos que o espaço urbano se caracteriza, em grande parte, pelo seu conteúdo fragmentado, constituído por áreas distintas entre si, seja pela sua gênese ou dinâmica atual, conteúdo econômico e social, paisagem ou arranjos espaciais de suas formas (CORRÊA, 2002). Essa repartição entre áreas, por outro lado, é vivenciada, percebida e representada de modos diferentes pelos sujeitos que vivem 'dentro' e 'fora' da cidade, abrindo obstáculos e tornando ainda mais complexo o desafio de compreender os processos espaciais que se estabelecem na vida cotidiana.

Tais processos, quando relacionados à justaposição das formas espaciais (CORRÊA, 2002), materializam a produção de cidades que se estruturam cada vez mais na confluência de fragmentos urbanos, seja pelo seu arranjo espacial, ou pela imaterialidade que incute ao espaço, excluindo indivíduos que não detém condições socioeconômicas necessárias para usufruir de direitos, tais quais os indivíduos da "cidade aberta" tanto se regozijam. Desse modo, percebemos que a estruturação do espaço urbano se constitui em um processo conflitante, caracterizado pelo encontro de ações e de interesses das mais variadas origens.

A esse respeito, Harvey (2013, p.30) afirma que,

A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. Mas a diferença também pode resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos.

Nesse sentido, um dos principais desafios, e certamente um dos mais expressivos no tocante à questão urbana é a problemática que envolve a apropriação dos diferentes espaços da cidade na possibilidade de realização das atividades que norteiam as dimensões da vida cotidiana, como moradia, trabalho, consumo, lazer, etc., como já disposto na subseção anterior. Essa constatação volta à tona porque, ao passo em que se tem observado o desenvolvimento [lento] das condições sociais e econômicas da população, acompanhamos de perto o aprofundamento de desigualdades em ritmos que, em tempos remotos, não se conferia de uma forma tão expressiva como tem ocorrido atualmente.

No intento dessas mudanças, Souza (2007) observa que a Geografia tem, ao longo do processo de evolução da história do pensamento geográfico, tratado do termo diferenciação sob diferentes usos e interpretações. Diferenciar áreas por diferenciar, como se fez na Geografia Clássica, com o objetivo de identificar as singularidades de cada conjunto espacial, não era suficiente para compreender o substrato do espaço em sua totalidade. Na Geografia Quantitativa, apesar da evolução que tiveram com o aperfeiçoamento das técnicas, ainda assim, não se podia explicar o espaço geográfico de modo singular ao plano espacial. É somente com a Geografia Crítica que a ciência geográfica passou a enxergar um caminho metodológico oportuno ao utilizar-se da diferenciação socioespacial na tentativa de reconhecer a indissociabilidade dos processos sociais e espaciais (SOUZA, 2007).

Inicialmente, as diferenciações espaciais mais marcantes eram representadas entre a cidade e o campo. Na medida em que novas relações sociais ocorriam, materializavam-se novos processos, os quais, por sua vez, incutiam para o aumento de diferenças na divisão social e territorial do trabalho, dando origem à produção de espaços sustentados sob a lógica da diferenciação. Justificada pelo fato de ser "necessária, inevitável, e em grande parte integrante da ação humana (CORRÊA, 2007, p.62), a diferenciação, neste modo, se manifesta em diferentes escalas em que se realizam as práticas, a reprodução da vida cotidiana e, indubitavelmente, a produção do espaço.

Apesar da existência de elementos que nos são comuns, nós, enquanto indivíduos, somos, de alguma maneira, diferentes. Todavia, quando analisamos afundo essas diferenças, observamos que o conteúdo dela extraído possibilita a revelação aparente de distorções que se apresentam não somente nas formas espaciais, mas também no âmago da produção e da apropriação por diferentes classes sociais. Nesse sentido, nos colocamos diante de uma perspectiva que, a princípio, não pode e nem deve ser apreciada tão-somente como positiva, tendo em vista que a diferenciação também se apoia na perspectiva de revelar o plano de fundo das contradições que são produzidas no espaço urbano.

Como observa Sposito (2011), essas diferenças, apesar de em certas ocasiões expressarem um lado positivo, se assentam numa posição que acentuam os verdadeiros conflitos, lutas e contradições existentes no plano da cidade, fazendo com que tenhamos que utilizar-se de outros critérios e normas para compreendê-las a fim de conferir novos caminhos e proposições. Essas contradições – explicadas através da negação do convívio entre as diferenças (sociais, culturais, espaciais) – tem se ampliado e configurado experiências urbanas ainda mais exclusivas; este fato foi determinante para que vários pesquisadores no campo das ciências humanas, especialmente na Geografia Urbana, reconhecessem que, no bojo da segmentação da vida cotidiana, das práticas e das representações, estava em curso um processo ainda mais severo: o de segregação socioespacial.

De acordo com Sposito (2018, p.65),

[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana.

Nessa direção, ao reconhecer que o processo de segregação se resulta do aprofundamento de diferenças socioespaciais, a autora apresenta duas definições, uma mais limitada e outra mais extensa, o que nos possibilita entendê-lo.

O termo segregar faz referência à ação voluntária de separar e marginalizar, sendo aplicado assim, em sentido mais restrito. Segregar pode referir-se também, num sentido mais amplo, ao afastamento e ao isolamento que, no nível espacial, expressam

um processo de diferenciação, ou ainda, de acentuação da divisão social do espaço, sem que tenha havido, necessariamente, a intenção de marginalizar e excluir (OLIVEIRA, 2013, p.382 *apud* SPOSITO, 1999).

A complexidade com qual este processo se apoia revela, mais uma vez, uma relação inerente com o modo de produção capitalista que, ao tomar o espaço como valor de uso e troca, torna permanente a produção de desigualdades socioespaciais, como condição própria de sua existência (RODRIGUES, 2007). Posto isso, entendemos que o processo de segregação socioespacial resulta da diferenciação ao extremo, que faz com que se materialize o acirramento da sociabilidade entre os cidadãos, da circulação entre os espaços da cidade e do convívio entre as diferenças, constituindo um cotidiano fragmentado, como já opera o capitalismo em suas múltiplas dimensões no processo de produção da cidade.

Cabe destacar que a segregação socioespacial pode ser ainda mais severa levando em consideração aqueles indivíduos que gozam da liberdade de escolher o afastamento, a separação e até mesmo o isolamento socioespacial, por meio da seleção do “onde” morar e do “como” morar, produzindo inúmeros espaços autossegregados¹⁴. Esse é o caso dos indivíduos que desfrutam da opção de residir em áreas mais afastadas do conjunto consolidado da cidade, como já fazem os moradores dos espaços residenciais fechados de alto padrão em várias cidades brasileiras (metropolitanas e médias).

Apoiando-se em Sposito (1996), Guirriec (2008) nesta mesma abordagem comenta que a cidade passa a funcionar como um aparelho regulador ao filtrar, no agrupamento da população urbana, os sujeitos mais qualificados para partilharem dos melhores espaços, e, portanto, desintegrando-os daqueles com atributos – leia-se capital – menores de residirem neles. Nesse sentido, torna-se evidente a análise de que a diferenciação e a segregação se processam a partir da concentração ‘natural’ de indivíduos que compartilham características semelhantes nos mesmos setores das cidades.

¹⁴ Dal Pozzo (2015) propõe e adota este termo para designar os espaços residenciais fechados/loteamentos fechados/condomínios horizontais com o objetivo de ressaltar as novas formas de habitação que se produzem no espaço da cidade.

Deste modo, considerando que as rupturas sociais são condicionantes da produção do espaço e também operante na acentuação delas, a segregação tem de ser compreendida enquanto um processo que se pauta na deturpação das dinâmicas sociais e sociais, o que a torna ainda mais prudente quando a adjetivamos com a expressão socioespacial. Não obstante, outra característica que envolve a segregação socioespacial é o seu caráter transversal, pois, ao considerar que este processo não se assenta somente na variável da diferenciação, logo, manifestam-se novos desafios. Com o agravamento das múltiplas facetas que envolve o plano das diferenças, sejam econômicas, sociais, políticas ou culturais, a segregação socioespacial, assim, também coaduna com a produção de diferentes graus de hierarquias em diferentes camadas do espaço urbano.

Finalmente, relacionado aos processos de diferenciação e de segregação, o espaço é hierarquizado, distinguido entre pontos que se multiplicam entre espaços nobres e vulgares, espaços residenciais de elite, espaços de classes médias, espaços favelizados, o que produz uma série de guetos que, longe de se justaporem, hierarquizam-se no espaço social como consequência da hierarquia social e econômica (SANTANA, 2013, p.55 *apud* CARLOS, 1996, p.30).

Essa hierarquização ao qual Santana (2013), apoiado em Carlos (1996), se refere está relacionada à produção incessante de ‘espaços’ que se conjugam em um mesmo ‘espaço’ – a cidade. Em outras palavras, busca-se entender que na cidade contemporânea configuram-se ilhas (cidades) dentro de uma mesma cidade (ilha), ou seja, compõe uma forma espacial que se ‘norteia’ em fragmentos urbanos amplamente desconexos. Nessa repartição que envolve o total estilhaçamento da forma urbana, visualizam-se ações de diferentes segmentos sociais em busca dos melhores espaços da cidade, mesmo sabendo que garantia de permanência nestes se explicam eminentemente pelo ato de consumo e, portanto, de poder hegemônico em detrimento dos estratos sociais de baixa renda.

O desengajamento entre a cidade e o poder tem, consequentemente, empurrado os indivíduos para uma condição de competição uns com os outros. Tendo em vista as formas pelas quais a segregação socioespacial se revela nos espaços e na vida cotidiana dos cidadãos de forma arbitrária, bem como seus rebatimentos na qualidade da sociabilidade e das

experiências urbanas, Caldeira (2000), menciona que, relacionado a este processo, está o aumento do medo do crime generalizado, fazendo com que o mercado imobiliário, junto do mercado da segurança, reconheçam que na utilização de discursos nocivos a respeito dos espaços periféricos como causadores da insegurança urbana, podem constituir a existência de um setor econômico de rápida expansão, conferindo novos elementos na produção da cidade.

No intento da relação que se estabelece entre esses dois agentes corporativos, é transferida aos estratos sociais de maior e médio poder aquisitivo inicialmente justificativa da violência, seguida da adoção de práticas de evitação sobre os indivíduos de classe social menor, fazendo com que se reduza a nulo qualquer tipo de demonstração de solidariedade e afeto. Produz-se, assim, um distanciamento que sobrepõe o aparato físico, representado pelos "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2000), e circunscreve, desta maneira, um enclave socioespacial que se pauta em barreiras de representação sobre os cidadãos periféricos que passam a ser julgados como sujeitos perigosos, responsáveis pela difusão da violência.

Neste sentido, Sobarzo e Sposito (2003) alertam para o fato de que o processo de que a segregação socioespacial em curso nas cidades, ao produzir novos "*habitats urbanos*" (DAL POZZO, 2015), condiciona a produção de um outro processo: o de fragmentação socioespacial, que se explica no intento de desintegrar o tecido urbano enquanto unidade e de provocar o estilhaçamento dos significados que se expressam através das representações, práticas espaciais, apropriação, etc., indispensáveis para a construção coletiva da cidade.

1.3.1. O processo de fragmentação socioespacial

Inicialmente, é de fundamental importância destacar que, entre todos os processos discutidos até esta subseção, somente o de fragmentação socioespacial se apresenta como o mais recente nas pesquisas urbanas, especialmente no âmbito da ciência geográfica. Em vista disso, antes de iniciar a discussão, torna-se conveniente conceituar – mas longe de outorgar um significado definitivo –, a multidimensionalidade que se expressa no emprego do conceito de fragmentação socioespacial.

Em sua produção mais recente, Legroux (2021, p.235), ao analisar a dinâmica das cidades brasileiras e latino-americanas que se voltam à compreensão do tema, afirma que

A noção de fragmentação deve ser utilizada como ferramenta descritiva e analítica para explicar as principais mudanças urbanas em curso, uma vez que, no seu âmago, o processo de fragmentação expressa uma intensificação e uma complexificação de diversos processos, alguns mais antigos, outros mais recentes.

Esses processos mais antigos ao qual o autor se refere são representativos dos processos de diferenciação e de segregação socioespacial com suas particularidades e dinâmicas no tocante à produção do espaço urbano, como já foram discutidos na subseção anterior. Já os mais recentes se relacionam no eixo de duas dinâmicas gerais que começam a ser estudadas especialmente a partir dos anos 1970 em diante, o que torna ainda mais complexo o desafio de entender o processo de fragmentação socioespacial.

Em primeiro lugar, temos a realização da “fase crítica”, processo cuja sociedade industrial transfere seu foro à “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1991), como consequência das transformações observadas em países em desenvolvimento, especialmente os latino-americanos. Este processo requere novas instrumentos de análise da cidade e da própria sociedade urbana, como, por exemplo, o reconhecimento de superação do modelo centro-periferia, que durante muitos anos esteve ancorado na estruturação das muitas cidades. Em segundo, de modo genérico, envolve a “fase atual do capitalismo” – que implica em rebatimentos provocados pelo neoliberalismo como “nova razão do mundo”, e na propagação e manutenção dos novos valores do mercado na sociedade (PRÉVOT-SCHAPIRA, 2001).

É importante destacar, neste sentido, que a globalização também se expressa como determinante na alteração da divisão social e territorial do trabalho ao apontar para uma redefinição da lógica de reestruturação das cidades que passam a se vincular às modificações dos papéis exercidos por elas. Inclusive, o papel das tecnologias também cumpre um papel fundamental neste processo, como já nos alertava Santos (1978), acerca do “meio técnico-científico-informacional”, uma vez que seus impactos materializam múltiplos efeitos e

dimensões sobre as práticas espaciais e experiências como prevalência dos efeitos nocivos à própria vida cotidiana de diferentes classes sociais.

Morcende (2021), no intento de conferir sustentação à discussão, afirma que com a queda do projeto moderno, novos valores passaram a se expressar na sociedade urbana. Um deles se explica pela “morte do sujeito”, pois, com o fim dos relatos universais, a construção da identidade individual com um mundo único [explicado pela globalização] cria uma estética pós-moderna centrada na imitação neutra dos estilos modernos.

Trata-se de uma padronização de valores que envolve a “criação ativa de mundos próprios e alienação contemplativa do sujeito [...], no qual o recipiente que contém todas essas imitações é o espetáculo”. Nele são reproduzidas todas as dimensões do urbano que vão sendo esvaziadas na medida em que se observam cisões entre indivíduo e sociedade e, assim, entendendo a fragmentação a partir do enfraquecimento do espaço vivido e da compartimentação das dimensões da vida cotidiana (MORCUENDE, 2021, p.3 *apud* DEBORD, 1967).

Produz-se, assim, uma nova relação com o ambiente interno e o ambiente da cidade a partir de uma crise de planejamento. Afinal, toda percepção que se extrai do espaço urbano, está orientada como resultado de um planejamento – no caso da cidade, um planejamento que se volta à negação. Sem qualquer tipo de relação com exterior, os ambientes produzidos não dialogam com um projeto de cidade coletiva, prevalecendo a criação de ambientes onde “tudo se adapta”. Com múltiplas formas e modelos, arquitetam-se ambientes no âmbito residencial, como condomínios fechados; no âmbito comercial e do consumo, como os shoppings centers e galerias comerciais, porém cada vez mais relacionados aos novos ditames de consumo online; no âmbito do lazer, são criadas densas infraestruturas, como os resorts e *lodges*; até atingir todas as dimensões da vida cotidiana.

Essas novas mudanças em curso geram rebatimentos em diferentes âmbitos – social, econômico, institucional, político – e resultam em novos padrões de vida à população. Deste modo, o que se pode entender do processo de fragmentação não estaria, em grande parte, ligado ao fato de estarmos em um processo transitório entre o aniquilamento de uns e a

criação de novos padrões de vida? Ou será que estaria relacionada às mudanças em curso nas cidades com o aprofundamento de inúmeras dimensões da desigualdade social?

No bojo desses questionamentos, Salgueiro (2001), ao analisar a fragmentação socioespacial em Lisboa, aponta para uma relação que se estabelece no intento do regime de acumulação flexível, caracterizando, segundo a autora, a cidade fragmentada em construção com base em três pilares: a) a existência de enclaves, representados através de espaços que apresentam um caráter pontual em sua implantação, introduzindo distinções bruscas em relação ao tecido que os cerca e configurando rupturas entre os tecidos justapostos; b) a tendência para a estruturação das cidades a partir da policentralidade e da organização reticulada; c) a tendência para a mistura de usos nos diferentes espaços das cidades.

A última característica apontada pela autora pode, num primeiro momento, conferir um aspecto positivo. Afinal, a existência de heterogeneidades no espaço urbano possibilita que diferentes citadinos de múltiplos gêneros, faixas etárias, etnias, etc. se misturem, promovendo sociabilidade. Todavia, é importante lembrar que, apesar dessa possibilidade – e já realidade em muitas cidades – de construção de espaços de usos mistos, o principal fator que determina a permanência nesses lugares é tão-somente o consumo. E sendo o consumo um elemento eminentemente individual, este acaba reforçando a produção de enclaves socioespaciais e de experiências fragmentadas na vida cotidiana.

Deste modo, tomamos como hipótese que está em curso nas cidades latino-americanas – especialmente, mas não somente, em contextos não-metropolitanos – a consolidação do processo de fragmentação socioespacial que tanto pode ser concebido no plano espacial, através das descontinuidades territoriais, representadas pelos espaços residenciais fechados, no que concerne os enclaves dos estratos sociais de média e alto padrão, quanto no plano simbólico, através de estigmatizações em bairros periféricos (não somente, mas principalmente), relacionados aos enclaves que se produzem pela e a partir da pobreza urbana.

Com relação às práticas espaciais, atinentes na conjectura do processo de fragmentação socioespacial, verificamos na contemporaneidade o fracionamento de ações e

atividades que configuram a experiência urbana vivenciada por diferentes estratos sociais. De modo radical, evidenciamos a homogeneização de *alguns* (elites) em detrimento de *outros* (cidadinos estigmatizados), especialmente em espaços que favorecem a produção de alteridade. Já com relação ao cotidiano, admitimos que, na prevalência de todas essas diferenças, também compete às representações a geração de distorções entre os cidadinos a partir da propagação de valores que na incutem na produção de narrativas do "eu" e dos "outros", entre "nós" e "eles", os "meus espaços" e os "espaços deles", negando o pressuposto da cidade enquanto unidade espacial de direito coletivo por todas as classes sociais.

Muito além do que se apresenta nos processos de diferenciação e de segregação, trata-se de um esforço analítico em compreender que a segmentação do acesso em áreas de grande prestígio social do espaço urbano não se explica apenas no contexto da desigualdade de renda entre pobres e ricos. Buscamos entender que, na cidade contemporânea, materializam-se clivagens que também se explicam através de distorções na mobilidade, entre gêneros, etnias e, fundamentalmente, entre cidadinos periféricos, ainda que integrem o conjunto da cidade. Em outras palavras, entendemos que a segmentação da vida cotidiana também se constitui como um processo de exclusão ainda mais nocivo, indicando que aquele cidadino realizador de uma quantidade menor de práticas espaciais é, assim, um indivíduo que não partilha das mesmas experiências urbanas como tanto regozijam os indivíduos oriundos de classes médias e alta nos diferentes, mas homogêneos entre si, espaços da cidade.

Essa separação entre espaços, como já exposto, também expressa uma dimensão social, pois a distância entre as classes sociais não se restringe ao plano espacial. Com a dissolução eminente da solidariedade, paralela ao enfraquecimento da classe para si, vem se constituindo, por um lado, uma comunidade de subsistência, nos moldes do espaço banal da escassez que Santos (1978) definiu. Por outro, uma comunidade de iguais, que recai sob a lógica da homogeneidade social. Produz-se, deste modo, "uma distância social estabelecida a partir da recriação em imagens dos modos de vida alheios" (MORCUENDE, 2021, p.5).

Nesse sentido, Sposito e Góes (2013) atentam ao fato de que

o conteúdo, tal como, o sentido da cidade, também deve(ria) ser percebido nas formas fragmentadas do espaço urbano, pois

nessas repartições configuram-se fraturas que implicam ao não conhecimento do direito equitativo de todos à cidade, na grande escala – a da sociedade –, e a indiferença e a intolerância em relação ao outro, nas microescalas – aquelas das relações sociais e interpessoais cotidianas. Tais elementos contribuem para aprofundar as diferenças no sentido cultural, étnico, religioso, político e as desigualdades no sentido socioeconômico, tanto quanto o ampliam.

Em síntese, a fragmentação socioespacial diz respeito às alterações que incidem a partir da radicalização do tecido urbano espacial e em modificações nas relações sociais pré-existentes. No que tange aos novos espaços produzidos, é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas (SPOSITO e GOÉS, 2013), o que contribui para a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas fisicamente e socialmente. Além disso, as relações entre proximidade e contiguidade se alteram, uma vez que o acesso segmentado à cidade implica em rebatimentos diretos na realização de interações espaciais entre diferentes cidadãos aos distintos espaços da cidade, como os espaços de lazer, de trabalho, de consumo, etc.

Na convergência desses elementos,

[...] o sentido da cidade como reunião de todos os elementos definidores da vida humana e simultaneidade dos atos e atividades de sua realização, como possibilidade do uso dos espaços-tempos que compõem a vida, contém aquilo que a nega: a produção da fragmentação como separação e apartamento, implicando uma prática espacial cindida como ato de negação da cidade (CARLOS, 2007, p.33).

Nesse processo, a cidade se estrutura como uma potência estranha na medida em que o cidadão se encontra destituído da atividade criativa constitutiva do humano, contrariando os princípios que regem o direito do acesso à cidade em suas múltiplas escalas e significados. De tal maneira, essa mesma cidade, como decorrência, é percebida como estranhamento, revelando a pobreza do mundo humano, isto é, o mundo como fonte de privação (CARLOS, 2007).

Concordando com esse enfoque, ao conceber a cidade contemporânea com base nos processos entre segregação e fragmentação e, tomando como referência as diferentes tipologias que envolvem os “enclaves socioespaciais”, Capron (2006, p.15) afirma que

A cidade, dividida por fronteiras de todos os gêneros, não será mais “uma”. Se ela não é, efetivamente, mais que uma acumulação de enclaves residenciais, comerciais, turísticos, etc., ela não é mais cidade, como afirmam certos autores. Ela, então, não seria mais somente segregada: seria igualmente fragmentada, o que significa que não haveria mais relações entre os diferentes fragmentos que a compõem, tendo em vista que os enclaves passam a se ignorar mutuamente.

A partir da inferência realizada pelo autor, consideramos que novos elementos se combinam na produção da cidade. Ainda que o processo de segregação se expresse na radicalização das condições desiguais que existem entre os diferentes estratos sociais, devemos reconhecer que compete à fragmentação socioespacial analisar a produção desses novos enclaves, os quais, por sua vez evidenciam marcas e assimetrias ainda mais profundas na produção tanto da forma quanto do conteúdo socioespacial.

Se de um lado as narrativas das práticas espaciais dos moradores dos espaços estigmatizados revelam que existem barreiras no tocante à segmentação espacial diretamente influenciada pelos novos enclaves que se produzem, logo, tal insuficiência, relativa à condição desfavorecida em relação ao espaço-tempo, corrobora para que Harvey (1999) nos alertasse a respeito da importância de entender a compressão espaço-tempo.

A compressão [espaço-tempo] está intimamente ligada ao aumento da velocidade associado ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, influenciando na condição e na qualidade da experiência resultante no espaço geográfico e que depende, em grande parte, do tempo que é necessário para percorrê-lo [ou consumi-lo]. Paralelamente, essa diferença de tempo [e de consumo do espaço], pode ser de curto ou de longo período, materializando diferenças de fluxos em determinadas áreas da cidade, sob diferentes sazonalidades de horários e dias, que pode acentuar-se ou dissipar-se momentaneamente e em diferentes intensidades (OLIVEIRA JUNIOR, 2008, *apud* HARVEY, 1999).

A partir da reflexão do autor, constatamos que a dualidade espaço-tempo calha significativamente na abstração da essência que envolve o espaço urbano contemporâneo.

Partindo do exemplo do uso excessivo do transporte individual em detrimento do transporte coletivo e do pedestre, constatamos a alteração direta na qualidade e possibilidade de acesso aos diferentes espaços de consumo, sejam eles de grande prestígio ou localizados em novas centralidades, cristalizando uma condição e expressão de uma nova divisão social, caracterizada pelas repartições e fraturas materiais e imateriais, atinentes, mais uma vez, na interpretação que se extrai a partir do processo de fragmentação socioespacial.

Tais elementos, intimamente ligado aos processos de exclusão, são reveladores de um componente fundamental do processo de fragmentação socioespacial, que, de acordo com Oliveira (2013), é o estilhaçamento de todas as dimensões que compõe a vida urbana, às quais são se limitam, portanto, a localização das residências, mas envolvem a diferenciação entre os espaços de consumo, [ou ao consumo do espaço]. Nesse sentido, a segmentação do espaço, sob elementos que já coadunam com a segregação socioespacial, combinado com o conteúdo que envolve a realização e a qualidade das práticas espaciais e do cotidiano, respectivamente, integram alguns dos componentes do processo de fragmentação socioespacial em curso.

Por último, mesmo considerando que a fragmentação socioespacial é um processo que necessita de ser compreendido na relação entre práticas espaciais e representações de todos os estratos sociais que produzem e reproduzem a vida cotidiana nas cidades, apoiamo-nos, neste processo, nas classes sociais de menor poder aquisitivo, àquelas que representam estigmatizados das periferias ou, os “causadores da insegurança urbana”, evidenciando o julgamento de que são eles os grandes protagonistas do processo de fragmentação socioespacial.

CAPÍTULO 2

UBERLÂNDIA E O (DES)COMPASSO COM A FORMAÇÃO DE PERIFERIAS

As desigualdades socioespaciais reafirmam a existência de classes sociais, assim como as diferentes maneiras de produção e apropriação do espaço urbano. Isso significa que há classes dominantes que monopolizam a produção do espaço porque detêm uma considerável parte de recursos econômicos e políticos que lhes permite a apropriação e a fragmentação do espaço da maneira que mais lhes beneficia, o que significa a produção desproporcional de benefícios para um pequeno grupo e a diminuição de oportunidades e direitos para uma maioria (CATALÃO, 2010, p.89).

2.1. A produção de espaços periféricos em Uberlândia (MG)

No intento de retomar à história com o objetivo de relembrar as ações realizadas pelas elites tradicionais de Uberlândia na eloquente busca de ordem e de progresso, é de fundamental importância ressaltar o ufanismo em que se assentou a antiga Uberabinha entre os séculos XXI e XX, com destaque à produção desigual do espaço urbano. Trata-se de um período da história local em que não se deve singularizar à formação territorial de Uberlândia com seus emblemáticos números e índices, lavrando a cidade como aquela de maior dinamismo econômico e político, como já fizeram muitos autores.

Ainda que pese a necessidade de retomar alguns desses episódios pretéritos envolvendo a produção do espaço urbano überlandense, é de fundamental importância discutir como ocorreu o processo de produção de espaços periféricos nesta cidade. Para isso, foi realizada uma divisão em dois períodos: 1) o início do processo de expansão urbana e as primeiras periferias, entre os anos 1920 e 1950; 2) os programas de habitação e a manutenção de periferias. Somente assim será possível compreender os velhos e atuais significados que circunscrevem o conteúdo e processo das periferias em Uberlândia.

2.1.1. O surgimento das primeiras periferias (1920-1950)

Na história habitacional brasileira, bem sabemos que as políticas públicas de produção de habitação social, considerando a urbanização das cidades, sem grandes questionamentos, se constituem como uma das principais responsáveis pela configuração urbana das periferias – sejam elas em grandes, médias ou pequenas cidades. Alinhar, deste modo, as propostas de habitação social às questões dos interesses das elites, relacionando a valorização da terra urbana e a própria especulação imobiliária, nos permite entender como a cidade de Uberlândia têm se transformado ao longo de sua história.

Ao longo do século XIX, o crescimento urbano de vários núcleos urbanos seguiu um padrão de preenchimento de espaços vazios em seu interior. Buscava-se estabelecer uma certa homogeneidade a fim de garantir que as relações sociais e econômicas ali criadas acontecessem sem grandes percalços, tendo em vista o baixo nível das técnicas observadas. Apesar de essa ter sido a marca de um período, sua herança permaneceu, principalmente porque a dinâmica de expansão territorial contribuiu para orientar novas formas de produção e gestão do espaço urbano até o século seguinte.

O fato é que o processo de expansão urbana ocorreu de modo concomitante ao aumento da população, sendo, inclusive, resultado dessa dinâmica (demográfica) e possibilitando a acentuação do padrão de urbanização centro-periferia. Com isso, pode-se asseverar que as análises acerca desse fenômeno não são recentes, ainda que, ao longo do século XX, tenha-se notado que a expansão territorial urbana passou a contar com novos determinantes e características que reforçaram ainda mais a estrutura urbana centro-periférica (PACHECO, 2015, p.114).

Mas foi principalmente a partir do século XX em diante que o processo de expansão urbana, de fato, se consolidou nas cidades brasileiras, ocorrendo de forma mais rápida e intensa, possibilitando a estas, além de um vertiginoso crescimento territorial, a emergência de áreas residenciais para atender grupos populacionais cada vez maiores, como resultado de um intensivo dinamismo econômico que não se verificava em outros espaços que não fossem no meio urbano. Em Uberlândia esse processo de expansão urbana não foi diferente, pois, com o acentuado crescimento da cidade observado a partir dos anos 1940, várias transformações ocorreram como resultado do avanço da industrialização, vide o declínio da população rural (êxodo rural), da expansão do setor terciário, bem como o processo de construção da nova capital federal no centro do país.

(...) a intensificação do capitalismo no campo e o fortalecimento da malha rodoviária aprofundaram a divisão social do trabalho, (...), gerando, assim, um espaço de contradições e conflitos, acompanhando a própria dinâmica de formação social brasileira (SOARES, 1988, p.43).

O espaço de contradições¹⁵ que a autora se refere é resultado da crescente população no meio urbano em detrimento do campo que se estabelece com o passar dos anos, contribuindo para a consolidação de espaços periféricos com novas formas de habitação, tais como: favelas, cortiços, conjuntos habitacionais, etc., conforme demonstra Soares (1988).

Tabela 01: População residente em Uberlândia (1940-2021)

Ano	Urbana	Rural	Total	% Urbana	% Rural
1940	22.123	20.056	42.179	52,5%	47,5%
1950	35.799	19.185	54.874	65,1%	34,9%
1960	71.717	16.565	88.282	81,2%	18,8%
1970	111.466	13.240	125.706	89,4%	10,6%
1980	231.598	9.363	240.961	96,1%	3,9%
2000	488.982	12.232	501.214	97,6%	2,4%
2010	587.266	16.747	604.013	97,2%	2,8%
2021*	-	-	706.597	-	-

Fonte: SOARES (1988), Censo IBGE, BID (2021). **Adaptação:** AMORIM (2022).

¹⁵ Não se objetiva nesse parágrafo justificar o crescimento da população como causadora da pobreza e das periferias, tal como se estabelece na Teoria Malthusiana. Busca-se, na verdade, justificar que a migração de pessoas do campo para à cidade, bem como de populações de outros municípios da região, ocasionou em um padrão de urbanização definido pelo modelo *centro-periferia*, definido pela ação conjunta do Estado e da ITV Imobiliária.

O crescimento da cidade, que foi possível com a expansão da indústria e a diversificação do setor terciário, veio a reforçar a posição de importância regional de Uberlândia (MG) resultando em melhorias locais com novas infraestruturas, tais como: paisagismo em ambientes públicos (praças e avenidas), construção do aeroporto municipal, ampliação e modernização da rede de água e esgoto sanitário. Essas condições, inéditas à cidade, aconteciam com o objetivo de “criar conjunturas que possibilissem a acumulação e expansão do capital industrial. Desse modo, o capital imobiliário incentivou a abertura de loteamentos, incorporando novas áreas ao urbano, aumentando, assim, o seu espaço” (SOARES, 1988, p.47).

Ainda de acordo com a autora, a Empresa Imobiliária Uberlandense (atual ITV Imobiliária), teve papel fundamental no processo de estruturação da cidade, uma vez que é o mercado imobiliário, enquanto agente de produção do espaço urbano, um dos responsáveis, junto com o Estado, pela gestão das áreas que serão dotadas de investimentos, estabelecendo, deste modo, valores locacionais à terra urbana. Dessa forma, essa nova dinâmica urbana observada a partir nos anos 1940, e gradativamente intensificada nas décadas seguintes, possibilitou a criação de condições para que houvesse a expansão da malha urbana em Uberlândia (MG), como analisado por Mota (2019, p.89),

[Essa expansão da malha urbana] teve seus ideais embrionários entre 1907-1908, quando o engenheiro Mellor Ferreira Amado elaborou o Projeto Urbanístico denominado “Plano das Avenidas”, interligando a área do antigo núcleo urbano (Fundinho), até a região da Estação Ferroviária, recém construída, onde hoje se encontra o Terminal Central do SIT – Sistema Integrado de Transportes. Adaptado.

Ainda de acordo com o autor, o plano estabeleceu a criação de quadras ortogonais e avenidas largas para o padrão existente à época. Localizadas em uma área elevada e plana da cidade, divisora de águas, entre as bacias do Ribeirão São Pedro e do Córrego Cajubá, os quais foram canalizados e, na atualidade, correspondem às avenidas Rondon Pacheco e Getúlio Vargas, respectivamente. Junto às avenidas, já havia sido construída, na primeira década do

século XX a Estação Ferroviária para atender ao fluxo de passageiros e de mercadorias que chegavam e saíam de Uberlândia com destino a outras cidades.

Estabeleceu-se, assim, uma organização espacial representativa de progresso, atinente aos anseios das elites, a fim de conceber a cidade de Uberlândia como uma das mais desenvolvidas da região. Mas todo esse desenvolvimento, indispensável para a consolidação de grandes infraestruturas, como a própria indústria e a ferrovia, se inicia antes mesmo dos anos 1940. De forma mais precisa, foi a partir da década de 1920 e de forma inerente à emergente necessidade de mão de obra para trabalhar nas indústrias que paulatinamente Uberlândia começava a apresentar notoriedade em seu desenvolvimento. E sendo o trabalho um fator essencial para a manutenção desse progresso, entrava em debate uma outra questão: onde residiriam esses trabalhadores, tendo em vista o *déficit* habitacional existente? A solução foi concentrá-los em bairro de trabalhadores, denominados Vila Operárias (Figura 03).

Um memorável exemplo de Vila Operária foi àquela construída ainda na década de 1920, vizinha à Fábrica de Tecidos, composta inicialmente por 50 casas, sem infraestrutura adequada (ausência de rede de água e esgoto sanitário e energia elétrica), construídas de forma rudimentar numa área considerada como o subúrbio, originando, assim, um dos primeiros espaços periféricos da cidade.

Figura 03:
Vila Operária,
década de 1920.
Uberabinha
(atual Uberlândia)



Fonte: Uberlândia Riguette. Acesso em 02/04/2022

Com o passar dos anos, outras vilas operárias também foram surgindo para atender às atividades industriais e de comércio que progressivamente registravam notório crescimento, tais como: Martins (1925), Osvaldo (1938), Carneiro (1938), Santa Teresinha (1936) e Brasil

(1936). Essas novas habitações, no entanto, não foram construídas por acaso. Tendo em vista a falta de moradia, verificava-se que o problema não apenas se concentrava socialmente, mas também economicamente, uma vez que as indústrias existentes também sofriam com a ausência de mão de obra para a manutenção de suas atividades. É nesse sentido que essas vilas operárias também colaboraram, de certo modo, para a ampliação da área urbana periférica, por meio da incorporação de áreas rurais ao espaço urbano de Uberlândia, tendo em vista as condições insalubres que lhes davam origem.

Além disso, é importante advertir que o crescimento da cidade, assim como a estruturação das vilas operárias ocorreram sem nenhum tipo de planejamento, uma vez que o interesse do Poder Público estava ligado somente à expansão da cidade e, consequentemente, privilegiaria a classe de maior poder aquisitivo da época. Sobre o assunto, Moura (2003, p.64) afirma que "essa atuação estratificada acabou por gerar um espaço urbano também fragmentado, com áreas densamente ocupadas, entremeadas a espaços vazios, fruto da especulação imobiliária".

Retomando a formação histórica de Uberlândia, o antigo jornal local, registrou que o

(...) crescimento da cidade nesse período ocorreu desordenadamente sem nenhum planejamento. A maioria de seus bairros, apesar do desenho regular, nasceu espontaneamente, por iniciativa dos loteadores, sem apresentar nenhuma conexão lógica com a área já urbanizada, uma vez que não existia por parte do Poder Público a preocupação de disciplinar o crescimento. Naquele momento inexistiam quaisquer leis que regulamentassem a expansão urbana. Dominava na cidade o *laissez-faire*¹⁶ típico daquele estágio de nosso desenvolvimento (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2001, p.43).

Foi somente no final dos anos 1940 que o Brasil, enquanto ente federativo, veio a criar uma legislação, ainda que incipiente, definindo critérios sobre o parcelamento do solo com regras técnicas, mas ausente de obrigação entre os municípios. Essa legislação em questão trata-se do Decreto-Lei nº 58 (BRASIL, 1937), que previa características organizacionais acerca

¹⁶ Expressão escrita em francês que simboliza o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade (POLITIZE, 2020, n.p.).

da venda de terrenos a prestações, indicando uma tendência futura envolvendo o processo de urbanização. Com isso, alguns loteamentos importantes que surgiram, como a ampliação das Vilas Carneiro e Martins, foram sendo paulatinamente regulamentados com base nesse decreto.

Essa ampliação das vilas, já acompanhada de um acelerado processo de urbanização e de industrialização, resultando em um número maior de população, como fora exposto em linhas anteriores, também facilitou a aquisição de terrenos, visto que, com a grande demanda, o preço dos terrenos não era tão expressivo. Todavia, uma grande parte dos bairros e vilas eram formados sem as orientações do Decreto-Lei nº 58 (BRASIL, 1937), criando, assim, bairros com terrenos irregulares e ruas consideravelmente estreitas, o que dificultou a instalação de equipamentos e serviços públicos nas décadas futuras.

Apesar dessas inquietações, outras modificações também foram ocorrendo no setor urbano. A verticalização, considerada um processo inédito na história brasileira, deu origem a vários prédios em Uberlândia e, assim, promovendo um status/imagem de progresso à cidade. De modo igual, as vilas existentes (desde a década de 1920, com a Vila Operária) continuaram a ampliar-se, devido, principalmente, à fundação da Empresa Imobiliária Uberlandense, que loteava e vendia os terrenos à prestação e que também começava a exigir do Poder Público novos equipamentos e serviços públicos para atender à demanda consumidora.



Figura 04:
Vila Martins, década de 1950 – casas populares construídas pela Empresa Imobiliária Uberlandense.

Fonte: Arquivo Público de Uberlândia. Consultado em 24/01/2022

Assim, tendo em vista que esse crescimento demográfico e urbano não pararia nessa década, foram muitos os trabalhadores que se utilizaram do financiamento oferecido pela Empresa Imobiliária Uberlandense na aquisição de habitações com o objetivo de estar mais próximo ao local de trabalho, ou ainda, de realmente realizar o sonho da casa própria.

Nas habitações desses bairros residiam famílias, em sua grande maioria, em condições precárias, na qual, muitas das vezes, o valor da prestação do financiamento junto à Empresa Imobiliária Uberlandense, ou do aluguel, tendo em vista que nem todos detinham condições de financiar um imóvel, correspondia em aproximadamente 2/3 do salário recebido. Assim, apesar de a moradia representar para às antigas famílias uma manifestação de alívio, justificado pelo acesso à habitação, manifesta, por outro lado, uma clivagem espacial que, na prevalência de episódios de exclusão social, gradativamente ia se configurando um padrão de urbanização do modelo centro-periferia.

Pois, como atesta Soares (1997),

(...) além de promover o afastamento da população de baixa renda para áreas afastadas daquelas de maior prestígio e infraestrutura, como o comércio e as principais avenidas da cidade onde se manifestavam novos valores e significados com as habitações de teor altamente arquitetônicos, clubes privados, cinemas, etc., também se instaurava o processo de segregação [amplamente nocivo] que nutriu a continuidade do desenvolvimento [seletivo] de Uberlândia nas décadas seguintes, principalmente com o advento das políticas nacionais de habitação (SOARES, 1997, p.6). Adaptado.

De acordo com Motta (2019, p.96), "a expansão das periferias acontece principalmente após o deslocamento da malha viária em direção ao Norte e Leste da cidade", como a Vila Martins (hoje bairro Martins), a Vila Osvaldo e a Vila Carneiro (atual bairro Osvaldo Resende), que proporcionaram o crescimento de áreas suburbanas e também o surgimento de outros bairros para grupos de renda mais elevada em seu entorno.

Esses bairros, de acordo com Moura e Soares (2009, p.27),

eram o Fluminense (atual bairro Brasil), o Belo Horizonte (atual bairro Saraiva), a Vila Vasco Gifone (hoje parte do bairro Martins), Aclimação, Tabajaras e Aparecida (atual bairro Nossa Senhora

das Graças), modificando, assim, a paisagem urbana de Uberlândia/MG, principalmente da sua periferia que começa a abrigar outras formas de moradia, como as favelas e os conjuntos habitacionais.

Observa-se, a partir da citação anterior, que a função desempenhada pela Empresa Imobiliária Uberlandense não se restringia atendendo aos interesses das elites locais. Mas também seria responsável pela criação de loteamentos nas áreas periféricas com o objetivo de atender aos grupos de baixa renda, pois estes eram os empreendimentos que possibilitariam, no futuro, a criação de loteamentos destinados às elites locais. Configurava-se, assim, a existência de áreas de pousio (ou espaços vazios), tendo em vista que nas adjacências dessas áreas, toda a instalação das infraestruturas básicas necessária para atender aos loteamentos periféricos, também já estaria garantida para os novos moradores (leia-se elites), reduzindo consideravelmente os custos para esses últimos.

A responsabilidade da gestão e administração dessas infraestruturas, inerente ao Estado, um outro agente no processo de produção e gestão do espaço urbano, expressa, portanto, a determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano, assim como do seu preço (MARICATO, 1979). Sua atuação, no entanto, só veio a ganhar notoriedade na metade da década de 1950, quando intervém executando o programa Fundação Casa Popular (FCP), criado em 1946, com a finalidade de centralizar a política de habitação, tendo em vista o grave *déficit* enfrentado em todo o país que, nesse período, já apresentava indícios de que a população urbana ultrapassaria rapidamente a rural. Em Uberlândia, por exemplo, esse cenário já se opunha desde a década de 1940, quando mais de 50% da população já era urbana (*consultar tabela 01, página 64*), o que tornava ainda mais emergente a execução de políticas públicas de ordem estatal para resolver o problema da habitação.

No entanto, toda a expectativa criada pelos moradores com o programa não foi muito longe, pois como conta Soares (1988, p.51):

A construção desses conjuntos habitacionais foi bem apropriada à lógica do sistema capitalista, no qual o processo de ocupação do espaço se faz pela expansão do tecido urbano, reservando-se áreas de pousio, que objetivam primordialmente a especulação imobiliária. Evidentemente, os agentes imobiliários contam com

a ação do Estado nessas transações, que se apresenta como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos.

Apesar do objetivo principal da Fundação Casa Popular ter sido o de reduzir o *déficit* habitacional, esta Fundação não atingiu o seu objetivo, pois foram somente oitenta casas construídas na cidade, localizadas no Conjunto Patrimônio – hoje conhecido como bairro Patrimônio e com uma classe social oposta à que lhe deu origem – e, além disso, acabou não atendendo consideravelmente a classe trabalhadora de baixa renda, que, mais uma vez, se viu silenciada diante da grave situação em que se encontravam. Pois, de acordo com Silva Júnior (2017, p.81), “a habitação popular dos primeiros programas não estava destinada a qualquer trabalhador, mas àqueles ligados aos sindicatos e associações que tinham o poder de intermediar, escolher, excluir”.

Simultâneo ao período em que a Fundação Casa Popular falhou nos ideais de seu projeto, coube às empresas imobiliárias existentes – além da Empresa Imobiliária Uberlandense, apesar de toda sua preponderância –, aproveitar-se do expressivo interesse da população financiando terrenos e residências com um número considerável de parcelas – ainda que o percentual de juros fosse elevado. De acordo com Moura (2003, p.81), “o mercado imobiliário reforçou a fragmentação do tecido urbano de acordo com a divisão social de classes”. Em linhas gerais, algumas áreas com melhor localização e infraestrutura pública foram sendo gradativamente ocupadas pelos grupos de maior renda, o que acabou registrando um novo padrão habitacional para esses espaços da cidade.

Do contrário, aquelas áreas que se localizavam mais distantes do centro e com baixo grau de infraestrutura passaram a ser ocupadas por classes sociais de baixo poder aquisitivo, que, por não haver outra opção, acabavam tendo que gastar, do pouco salário que recebiam, com o transporte, já que moravam em uma distância considerável de praticamente todas as amenidades existentes na cidade, inclusive, do seu local de trabalho. Nessas condições, outros bairros foram loteados por empresas imobiliárias, como Dona Zulmira (1954), tendo como responsável a Imobiliária Freitas; Pampulha e parte do Saraiva (1953), pela Imobiliária Tubal Vilela, respectivamente; e o bairro Bom Jesus (1956), pela também Imobiliária Tubal Vilela.

Coadunando com essas reflexões, Mendes (2013, p.15), afirma que

(...) os moradores convivem, assim, com as promessas que se direcionam ao bairro, mas, que na verdade, não passam de discursos para ludibriar a população, sem informação, manobrando a vida dos moradores num jogo de interesses e fazendo dos mesmos uma forma de manutenção de votos, por saberem que nessas áreas sempre terão pessoas à espera de benefícios, que aliás, são de seu direito.

Verifica-se, deste modo, o embrião daquilo que, discretamente, começava a apresentar indícios do processo de segregação espacial e residencial, como também de especulação imobiliária. Tendo em vista o estabelecimento de clivagens no acesso desigual à moradia, que inclui dificuldades pretéritas de renda, bem como as distâncias entre o centro tradicional (onde encontravam-se as principais amenidades da cidade) e as áreas distantes onde os loteamentos eram ocupados – apesar de grandes áreas centrais ainda não estarem densamente ocupadas – estabelece-se, assim, mais uma vez, o padrão de urbanização que se apoia no modelo centro-periferia, tão comum em cidades metropolitanas, mas que gradativamente passou a alcançar cidades de porte médio, como Uberlândia (MG).

2.1.2. Os programas de habitação e a manutenção das periferias (1960-1990)

Os anos 1960-1990 consolida uma das fases mais imponentes na história de Uberlândia, assegurando-a como uma das pioneiras em termos de crescimento e desenvolvimento entre as cidades do interior do país. Associa-se ao seu acelerado crescimento urbano, justificado como um de seus fatores, uma série de infraestruturas locais e regionais:

- a) Abertura de novas estradas anexando a cidade ao estado de Goiás;
- b) Interligação ao sistema elétrico de Furnas, por intermédio da CEMIG (Companhia Elétrica de Minas Gerais), que ficou responsável pelo fornecimento de energia à cidade;
- c) Canalização e início do tratamento e abastecimento de água potável, institucionalizando a criação do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto);
- d) Finalização das obras da UFU (Universidade Federal de Uberlândia) – antiga Faculdade de Engenharia (Figura 05 e 06);

- e) Construção da capital federal, Brasília (DF), consagrando para Uberlândia o título de entreposto comercial, pois, para alcançar o centro do país, a rota mais econômica era àquela que cruzava o Triângulo Mineiro e, portanto, a cidade de Uberlândia (MG);
- f) A criação do “Parque Industrial”, atraindo várias empresas, nacionais e estrangeiras, como a Souza Cruz (1978); Cargill (1986); Sadia Alimentos (1989), fazendo de Uberlândia uma cidade de grande destaque nacional.

Figura 05: Uberlândia – Campus Santa Mônica, junho de 1981.



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia (1981)

Figura 06: Uberlândia – Campus Santa Mônica, agosto de 2018.



Fonte: Prefeitura Universitária, UFU (2018)

Observada a acentuada industrialização na cidade, também foram construídas escolas e instituições sociais; melhorias estruturais na paisagem urbana da área central, aumentando consideravelmente a quantidade de edifícios (Figura 07); além da construção de uma série de conjuntos habitacionais – sendo este um dos mais representativos quando associado à expansão urbana que não estava nem próxima de um fôlego.

Figura 07:
Uberlândia
(MG) - vista
parcial da
verticalização
nos anos 1960



Fonte: Arquivo Público Municipal (1963). Adaptação: AMORIM (2022)

No entanto, acompanhado de todo esse desenvolvimento e crescimento urbano, a cidade ainda apresentava problemas sérios relativos à habitação, tendo em vista que os trabalhadores assalariados industriais não conseguiam acompanhar a evolução dos preços dos alugueis, o que resultava na propagação de habitações suburbanas nas franjas da cidade; locais cuja a especulação imobiliária e o próprio Estado ainda não tinham alcançado.

É nessa mesma década, de modo mais específico no ano de 1964, durante o regime militar (1964-1985), que emerge uma nova possibilidade para tentar solucionar o problema da falta de moradia. Surgia nesse ano o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o SFH (Sistema Financeiro da Habitação), criados com o objetivo de orientar e disciplinar a política habitacional, no tocante à promoção de construção e aquisição de moradias próprias, destinadas, principalmente, às classes sociais de baixa renda (MOURA, 2003, p.88). Os financiamentos das habitações, no entanto, ficariam sob responsabilidade das Cooperativas Habitacionais (COHABs).

De acordo com Soares e Vasconcellos (1997, p.3),

Essa política foi orientada pela lógica empresarial, ocasionando o retorno dos investimentos em forma de lucro, estabelecendo uma contradição, uma ambivalência na dinâmica do BNH, criado para atender objetivos sociais, utilizou mecanismos empresariais, articulando os setores público e privado. A criação do BNH estabeleceu um momento institucional muito peculiar no encaminhamento da política habitacional brasileira, pois mesmo em se tratando de um banco com objetivos sociais, operava com normas do sistema capitalista em termos de retorno de investimentos.

Em Uberlândia, a presença BNH/SFH foi significativa para financiamento de moradias a trabalhadores assalariados que, por seu intermédio, foram construídas aproximadamente 6 mil casas em conjuntos habitacionais pelas COHABs (SOARES e VASCONCELLOS, 1997, p.4). Nesse processo, a prefeitura definia a localização do terreno e, em seguida, comercializava as habitações; ao passo em que a COHAB comprava esse mesmo terreno, financiava e, por fim, fiscalizava a obra. Estabelecia-se, portanto, a manutenção de espaços periféricos em Uberlândia, pois, ainda que houvesse a garantia de infraestrutura nesses conjuntos habitacionais, a descontinuidade com o tecido urbano afetava diretamente o modo de vida

dos moradores; dificultava-se, deste modo, a realização de atividades cotidianas, além de aprofundar as desigualdades intraurbanas ao mesmo tempo em que a cidade desempenha papel de centralidade em sua rede urbana.

Em meio a esse processo, entre 1968 e 1986, foram construídos ao todo quatro conjuntos habitacionais na cidade: Conjunto Industrial, com 300 casas; Luizote de Freitas, com 4.032; Segismundo Pereira, com 1.055; Santa Luzia, com 799 e Alvorada, com 234. De acordo com Soares e Vasconcellos (1997, p.5), “esses conjuntos foram construídos em descontinuidade à malha urbana, deixando grandes áreas em seu entorno, contribuindo com a especulação imobiliária”. Além disso, o *déficit* habitacional ainda não estava resolvido, pois várias famílias não estavam inseridas formalmente no mercado de trabalho e, portanto, não atendiam às exigências estabelecidas no BNH/SFH, permanecendo, mais uma vez sem direito à moradia própria.

Outras cooperativas também tiveram participação na implantação de vários outros conjuntos habitacionais. De acordo com Moura (2003, p.114)

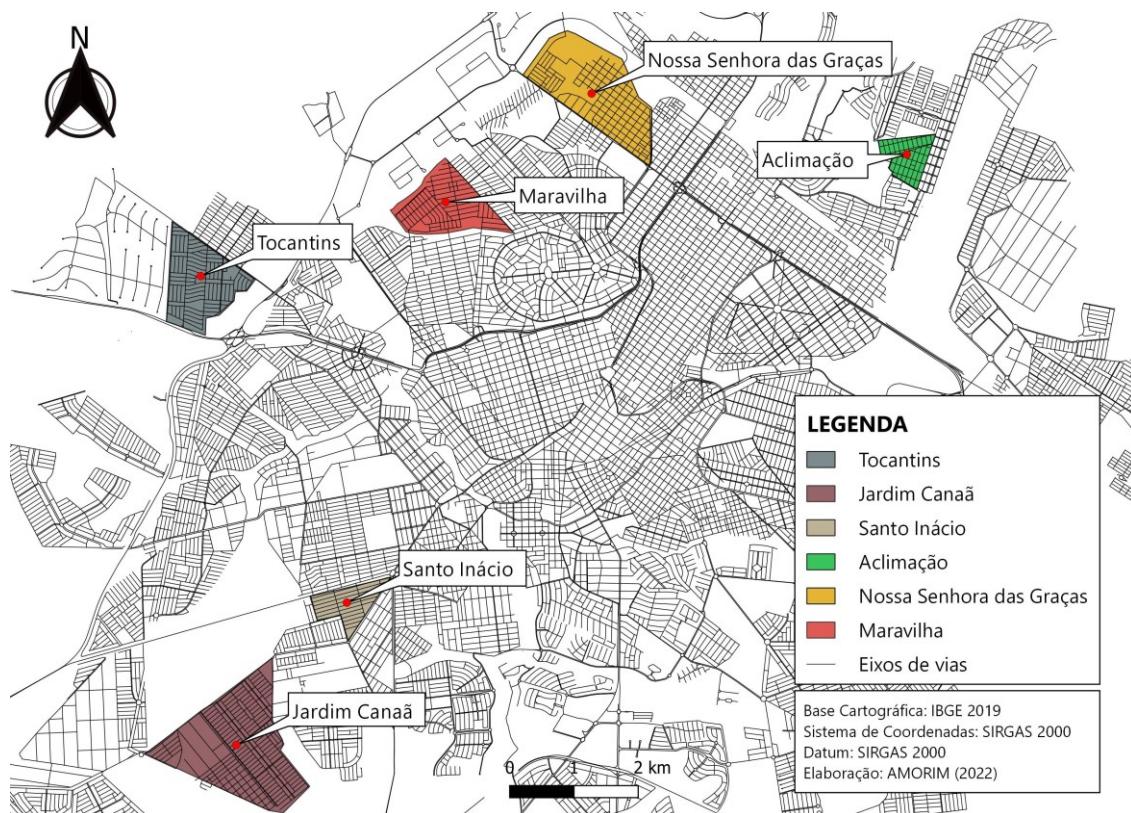
Estes [conjuntos habitacionais], atenderam estratos sociais de médio poder aquisitivo [contrariando o fator locacional, tal como foi feito com as habitações destinadas às famílias de baixa renda], com casas e apartamentos em bairros mais próximos à área central da cidade, tais como: Monalisa (bairro Rossevelt); Higino Guerra (bairro Martins); Cruzeiro do Sul (bairro Marta Helena). E quanto maior a renda, maior era a diversidade na produção dessas moradias tanto em termos de qualidade do material utilizado na construção, como também na robusta instalação de equipamentos públicos desses conjuntos habitacionais.

Em 1985, com a dissolução da Ditadura Militar, também restou ao BNH acompanhar sua própria extinção. Na condição de política pública, os resultados que tanto se esperavam – como reduzir a desigualdade social, por exemplo – mais uma vez não foram alcançados, tendo em vista a emergente atenção que as classes subalternas necessitavam para, enfim, ter acesso à cidade enquanto direito; classes essas que aumentaram demograficamente, pois, com a acelerada intensificação de tecnologias no campo, houve uma migração compulsória da população camponesa para o meio urbano, e a habitação, mais uma vez, se constituiu como um problema *utópico* e sem data de validade para ser, enfim, superada.

Após a dissolução do BNH/SFH, o poder público municipal passou a atuar no provimento de moradias abrindo uma série de loteamentos para atender os grupos de baixa renda residentes em Uberlândia, observada a crise econômica e a má administração do Governo Sarney. Na ocasião, não eram financiadas habitações prontas para morar, tal como era realizado pelo BNH; desta vez, ocorria o financiamento de terrenos e dos materiais de construção, tendo como responsável a própria Caixa Econômica Federal (CEF). Tratava-se de uma nova forma de prover o acesso à moradia àqueles que, outrora, não foram beneficiados pelo programa habitacional criado e executado pelo BNH/SFH.

A autoconstrução se constitui como uma prática corrente para os trabalhadores como forma de garantir sua manutenção na cidade. Tendo o financiamento dos recursos garantidos para a execução das obras, muitas famílias reuniam-se aos finais de semana e feriados para construir suas casas. Em Uberlândia, vários bairros foram erguidos com base nesse modelo de construção, tais como: Aclimação; Nossa Senhora das Graças; Maravilha; Santo Inácio; Jardim Canaã; Tocantins. (SOARES e VASCONCELLOS, 1997, p.7).

Mapa 02: Uberlândia (MG) – Bairros do modelo autoconstrução, financiado pela Caixa Econômica Federal



Elaboração: AMORIM (2022)

Todos eles, sem exceção, localizados distantes do centro tradicional, contribuíram para que sofressem uma segunda dificuldade: mobilizar-se na cidade. Esses bairros também apresentavam uma série de problemas com infraestrutura, como mostrou o jornal local:

O bairro Nossa Senhora das Graças, próximo do Distrito Industrial e entre o Marta Helena, pede socorro. Embora seja um bairro bem localizado, falta acesso às principais vias públicas. Não tem asfalto e a única passagem para o Cruzeiro do Sul possui enorme valeta e nelas correm detritos de esgoto. Os moradores reclamam a falta de recursos, correm o risco de adoecerem devido ao mau cheiro das descargas venenosas que escorrem do Distrito Industrial. O bairro tem 200 residências, está servido por telefone e energia elétrica, mas está invadido pelo mato, o que é lamentável para uma cidade como Uberlândia, que é uma potência em relação às demais do Estado (JORNAL PRIMEIRA HORA – 03/12/1989, p.02).

Ao passo em que se observava uma série de contradições envolvendo o emblemático progresso que, durante anos, as classes dominantes locais tanto aspiravam, manifesta-se, por outro lado, o teor valorativo que a terra urbana adquire em Uberlândia, pois, ao transformar-se em produto, ela [a terra urbana] contribuiu na acumulação ampliada da riqueza e, ao mesmo tempo, na produção de uma cidade para poucos. Além de que, com todo esse desenvolvimento seletivo, cristalizou-se sob a forma de fragmentos suburbanos uma parcela considerável de estratos sociais que, mesmo após uma série de tentativas de acesso à cidade enquanto direito, ainda assim permaneceram invisibilizados.

Como advertiu Amorim (2021, p.74),

Os trabalhadores assalariados, atinentes da história de desenvolvimento de Uberlândia, jamais tiveram o reconhecimento que verdadeiramente lhes pertencem. A história local prefere delegar esse título àqueles que barganham a cidade como propriedade particular (leia-se os agentes imobiliários; os proprietários de terra e, substancialmente, o Estado). Os sentidos e representações atribuídos à urbanidade são substituídos ao passo em que a cidade circunscreve a materialização de novos atores e valores; características estas que diferem, em demasia, da época em que a cidade, em sua égide, era lavrada como o lugar do encontro, das trocas, das relações, das festas, etc.

Nos anos subsequentes, especialmente no início dos anos 1990 com a eleição do ex-presidente Fernando Collor de Melo, outros programas habitacionais de ordem federal foram

criados. Acreditava-se, tal como foi feito inúmeras vezes, que a problemática envolvendo a questão habitacional seria, finalmente, superada. A resposta para essa discussão, por ora, é deixada de lado, pois, bem como sabemos na história brasileira, esse governo esteve envolvido em uma série de escândalos – fato este que culminou, após dois anos, no processo de *impeachment*.

Apesar de seus esforços na construção de conjuntos habitacionais pelo país, tal como aconteceu em Uberlândia originando os bairros Parque Granada, Mansour, São Jorge, Guarani, Paineiras, Aurora, Seringueiras e Laranjeiras, o que se observou foi, mais uma vez, a repetição de um modelo de urbanização atrelado à lógica imobiliária e de atenção às elites locais, com o objetivo de beneficiá-las ao garantir toda a infraestrutura das áreas adjacentes e, portanto, valorizando a terra urbana que lhes pertencem.

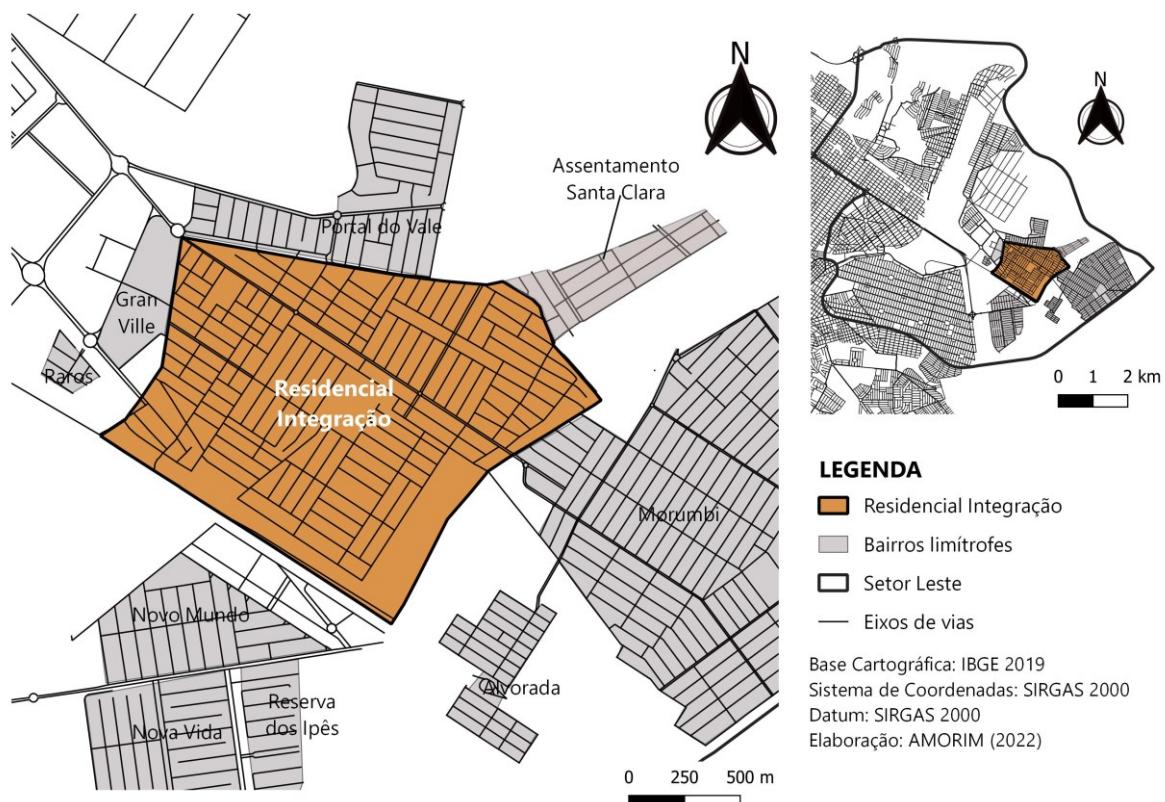
Em linhas gerais, o que se buscou com esse subcapítulo foi analisar que, na história da cidade de Uberlândia, a periferia, demasiadamente, sempre foi concebida como o último espaço de atenção, seja pelas antigas indústrias, construindo habitações para garantir a manutenção da produção; seja pelas imobiliárias, oferecendo habitações sob condições de financiamento que abocanhavam uma considerável parcela do pouco salário recebido pelos trabalhadores, muitas vezes, assalariados; seja, ainda, pelo próprio Estado que, no recorrente discurso de estar interessado em superar a problemática habitacional local e do país, na verdade, colaborou para que os efeitos sofridos pelo desigual acesso à cidade fosse ainda mais agravado.

Trata-se, portanto, de um esforço teórico que se propõe explanar a formação territorial e socioespacial de Uberlândia como produto de um midiático discurso de ufanismo e de progresso que se alinha, sobremaneira, em detrimento daqueles trabalhadores que, verdadeiramente, constroem a cidade; é, ainda, uma representação concreta e simbólica de um projeto excludente, que delimita espacialmente a fragmentação do acesso, do direito, da desigualdade, sob a qual é projetada e fundada, desde seu início, ainda no final do século XIX, quando Uberlândia nem mesmo era idealizada como um grande projeto.

2.2. O Residencial Integração: origem, formação e consolidação de um espaço periférico no Setor Leste de Uberlândia (MG)

Como exemplo de uma realidade de muitos habitantes em países em desenvolvimento que experimentaram recorrentes episódios de exclusão urbana nas últimas décadas, a formação histórica do bairro Residencial Integração (Mapa 03) torna-se representativa nesse contexto, pois foi acompanhada pela incessante busca de seus moradores com o emergente direito à cidade, conforme expressão consagrada por Lefebvre (1991), já considerada nesse trabalho. Esse bairro periférico, localizado no Setor Leste do município de Uberlândia (MG), tem suas origens sob a forma de “ocupação urbana” e não como “invasão”, tendo em vista que uma ocupação urbana é a única forma que um grupo social excluído (CORRÊA, 1993) encontra para pertencer à cidade, com efeito.

Mapa 03: Uberlândia (MG) – Bairro Residencial Integração, Setor Leste (2022)



Elaboração: AMORIM (2022)

O bairro, legalmente aprovado em 2014 como projeto de Lei nº 11.872 (Anexo II), de 18 de julho de 2014, mas com formação territorial que se iniciou no limiar de 1990, carrega em

sua história um longo processo de luta e de pressão popular, caracterizado por irregularidades decorrente de assentamentos e loteamentos clandestinos.

A fim de apreender melhor este subcapítulo, foi estabelecida uma divisão cronológica com o objetivo de elucidar, com maiores detalhes, a história do bairro, tendo em vista as várias transformações que ocorreram durante o processo de ocupação. Além disso, é de fundamental importância valorizar seus precedentes, isto é, quais agentes produtores do espaço urbano estiveram (e ainda estão) envolvidos, bem como quais fatores foram determinantes para que o bairro se consolidasse, até hoje, como um dos espaços periféricos em Uberlândia (MG).

2.2.1. Dom Almir e Prosperidade (1989-1994)

Parte da área que hoje corresponde ao bairro Residencial Integração recebeu inicialmente o nome de Dom Almir. No entanto, a ocupação Dom Almir data de um período ainda mais pretérito e com um outro nome: Vila Rica, ocorrendo inicialmente em 1989 em um terreno pertencente à Empresa Municipal de Construção Popular (EMCOP), localizado no bairro São Jorge, Setor Sul. De acordo com Petuba (2018, p.262), "os primeiros sem-teto foram para lá porque estavam praticamente na rua, sem a mínima condição de pagar aluguel, e os demais ficaram sabendo da existência da ocupação por vizinhos, parentes, ou mesmo por intermédio de outros acampados".

Na ocasião, o acampamento foi nomeado de Vila Rica pelos ocupantes com aproximadamente trinta famílias e permaneceram nesse local durante cerca de quarenta e cinco dias. Após esse período,

(...) foi emitido uma ação de reintegração de posse de modo a requerer que a área fosse desocupada, culminando resistência entre os ocupantes. A maioria deles negavam-se sair do local sem que antes negociassem com o poder público uma outra área para garantir a manutenção da ocupação que já ocorria há quase dois meses, reunindo um várias famílias (PETUBA, 2018, p. 263).

Nesse contexto, é importante fazer menção ao período em que se encontrava Uberlândia. De acordo com Lins e Ferrari (2015), nos anos 1990, a cidade teve fortalecido seu papel de intermediador comercial, sendo testemunhada a modernização dos serviços e

investimentos federais em infraestrutura, "impulsionando a indústria e o comércio e consolidando o Triângulo Mineiro, particularmente o município em questão, como um *carrefour* de fluxos e interações de grande amplitude" (LINS E FERRARI, 2015, p.26). A soma desses atributos serviu como um fator atrativo para que contingentes populacionais de várias localidades do país percebessem que Uberlândia se tornava a principal "cidade-destino", no dizer de Singer (1998), representando um aumento significativo de migrantes em busca de uma melhor qualidade de vida, especialmente emprego e habitação, tendo em vista o *déficit* que se manifestava nas cidades em que residiam anteriormente.

Todavia, como pôde ser visto a partir do exemplo da ocupação Vila Rica, nem todos aqueles migrantes que chegavam à cidade detinham garantias de que conseguiram fácil acesso ao mercado de trabalho, resultando em um grande exército de mão de obra reserva à deriva. A principal justificativa apoiava-se na baixa escolaridade da grande maioria dos migrantes, cabendo-lhes como alternativa recorrer a postos de trabalhos que não exigiam grandes qualificações e, consequentemente, ocupações com baixa remuneração. Outros, ainda recorriam à informalidade como meio de sobrevivência, mas sem muitas garantias, o que se tornava muito comum uma grande quantidade de famílias recém-chegadas na cidade viverem na margem da pobreza urbana, sendo a renda de uma grande maioria muitas vezes inferior ao valor de uma cesta básica (SHIKI e NEDER, 1996, p.24).

Nessa perspectiva, existiam muitos habitantes em Uberlândia que

[...] não tinham como adquirir casa própria, nem mesmo como alugar uma das milhares de casas vazias oferecidas pelo mercado de locação. Reclamavam, então medidas assistenciais e disputavam, com o resto da população, atendimento pelos serviços públicos (PETUBA, 2018, p. 260).

Face ao exposto, é notável observar a dualidade conjuntural que se encontrava a cidade de Uberlândia: de um lado, o cenário positivo na economia local e o reflexo atrativo que isso significou com o aumento exponencial de novos habitantes; por outro, o crescimento descomunal da pobreza nas arestas da cidade, tal como se observou com a ocupação Vila Rica. Essa tônica se acentua com "os processos de urbanização que, dentro de sua própria dinâmica,

criam incongruências entre a estrutura de classes" (OSZLAK, 2017, p.37) expressadas *vis-à-vis* a partir da multilateralidade entre as diferentes formas de resistência, integração e diferenciação que se estabelecem no espaço urbano überlandense.

Retomando a questão que envolve a ação de reintegração de posse da área onde a ocupação Vila Rica se assentava, foi formada uma Comissão de Frente entre os ocupantes para negociar defronte ao poder público municipal. Considerando a grande importância do movimento na busca de garantir um local que assegurasse os moradores sem-teto, também houve forte envolvimento de movimentos sociais e instituições, entre elas, com maior destaque, a Igreja Católica. Toda essa resistência junto à prefeitura possibilitou que os ocupantes fossem transferidos para uma outra área de cidade, garantindo-lhes, ainda que parcialmente, o acesso à terra urbana.

Em 1990, a transferência para a nova área ocorreu sob forte pressão e mobilizou os ocupantes envolvidos em direção a uma propriedade rural (Fazenda Marimbondo), localizado no Setor Leste de Uberlândia, que se encontrava em processo de inventário e em disputa entre os herdeiros. A área em questão, ausente de qualquer tipo de função social há anos, "pertenceu à João da Costa Azevedo, que chegou a possuir terras localizadas entre os bairros Lagoinha, passando pelo Santa Mônica, Segismundo Pereira, Morumbi, Residencial Integração, alcançando até as imediações do Rio Araguari" (PACHECO, 2015, p.118). Lotear a área recém ocupada, portanto, era o grande objetivo, mas que não saía do papel. Foi diante dessa grande "vantagem", considerando que a área em questão estava em estado de abandono, que as famílias ocupantes, sob apoio dos movimentos sociais e instituições, se instalaram em 1990 onde hoje se situa parte do bairro Residencial Integração – à época, loteamento Dom Almir.

No entanto, as ocupações estavam distantes de um fim. Isso porque, em 1991, um ano após a transferência dos moradores para a nova área em questão, uma outra ocupação iniciou-se de forma contígua ao recente assentamento Vila Rica – depois chamado Dom Almir

em homenagem ao arcebispo da Diocese de Uberlândia¹⁷. Para o local, de acordo com Petuba (2018, p. 262) “aproximadamente seiscentas e oitenta famílias migraram e a área por elas ocupada foi denominada Prosperidade” (Mapa 04), como forma de delimitar o loteamento dos novos moradores a fim de, num período futuro, estabelecer juridicamente a regularização fundiária dos lotes de acordo com a ocupação e a posse para cada uma das famílias.

Mapa 04: Uberlândia (MG) – Ocupações Dom Almir e Prosperidade



Fonte: AMORIM (2022)

Como exposto em linhas anteriores, a propriedade rural – à época, ausente de qualquer função social – pertencia à João Costa Azevedo, que era solteiro e não tinha filhos. Ainda em vida, doou suas terras para João Costa Silva e Etelvino Vieira Carrijo no ano de 1954, sob transcrição realizada na Comarca de Uberlândia. As terras doadas a Etelvino Vieira Carrijo, nunca tiveram problemas com regularizações, todavia, a área que corresponde à propriedade

¹⁷ A alteração do nome da ocupação foi decidida entre os ocupantes em homenagem ao bispo Dom Almir da primeira Diocese de Uberlândia que estava envolvido em projetos sociais e se solidarizava com a ocupação. Sendo assim, o assentamento Vila Rica passou a se chamar Dom Almir, em 1992.

de João Costa Silva foi permutada e dividida de forma fraudulenta, como assinala Pacheco (2015, p.119 *apud* OLIVEIRA, 2014).

A tônica que envolve esse processo de transferência de propriedade das terras se agrava quando João Costa Silva, também solteiro e sem filhos, resolve vender suas terras à Lindolfo José Gouveia. Todavia, esta transferência de posse foi adulterada do corpo da certidão que abrangia às terras anteriormente adquiridas por João Costa Azevedo e, posteriormente, doadas à João Costa Silva, como pode ser entendido a partir da representação a seguir, a partir da contribuição de Oliveira (2022), advogado representante dos moradores do atual bairro Residencial Integração.

Gráfico 01: Processo de transferência de posse das propriedades de terra em Uberlândia (MG)



Fonte: OLIVEIRA (2022). Elaboração: AMORIM (2022)

Nesse processo de transcrição uma fraude fica evidente: em 13 de agosto de 1986, quando houve a solicitação de acesso ao registro que comprovava a transferência de posse da propriedade, via compra, entre João Costa Silva e o novo proprietário, Lindolfo José Gouveia, constava em parte de seu corpo a seguinte leitura:

[...] “a doação da transcrição 26.016 (de propriedade de João da Costa Azevedo) e a transcrição 51.075 (sem efeito) (...)” – tornando inexistente a execução da transferência de posse. Além disso, no número de matrícula da propriedade, requerida para acesso em 15 de fevereiro de 2008, que inicialmente pertencia à João Costa Azevedo, dois fatos são revelados: nem a doação e nem a transcrição 51.075 (venda) estavam constando no corpo da certidão, bem como não constava a numeração das transcrições realizadas anteriormente (OLIVEIRA, 2014).

No que concerne às contradições que se apresentaram no registro consultado, ficou evidente que a adulteração da certidão tinha como objetivo romper com a negociação realizada entre João Costa Silva e Lindolfo José Gouveia. A propriedade de terra comercializada em questão representava uma área de aproximadamente 110,4 hectares, abrangendo partes das fazendas Tenda e Maribondo, setor Leste da cidade – sendo esta última parte da área que correspondeu às terras que deram origem ao assentamento Vila Rica; seguido de Dom Almir e, por fim Residencial Integração, como será melhor explicado adiante.

O processo que envolve a posse de terras não assinala de forma particular a formação socioespacial de Uberlândia, mas de praticamente toda a formação socioespacial brasileira. Ter acesso à terra traduz-se como meio e condição para a formação de elites – no caso überlandense, uma elite local e regional. A forma como os proprietários se apossou de tais terras assume uma célebre discussão, com destaque para a grilagem – fenômeno comum que produziu desigualdades sociais assistidas até a atualidade. No setor Leste de Uberlândia, por exemplo, contribuiu para que uma grande área fosse grilada e repartida para vários agentes, considerados pela história e política como uma das expoentes e cursoras do desenvolvimento local. Essas figuras em questão foram as mesmas que se aproveitaram da confusão envolvendo o direito de posse da propriedade da área, como relatou Oliveira (2011, p.17):

"Ocorre que, o Cartório de Primeiro Ofício de Uberlândia não encerra as transcrições permutadas, muito menos diz quais transcrições foram unificadas com a permuta entre Etelvino e João Costa Silva; por isso, a história dos bens de João Costa Azevedo e João Costa Silva sofrem bifurcação, originando diversas fraudes, entre elas uma permuta de terras entre Tubal Vilela, Virgílio Galassi – ex-prefeitos locais, que planejaram, via cartório, a criação de uma nova transcrição, a fim de grilar as terras da região e se apossar delas".

É nesse momento em que se verifica uma contradição veemente no acesso à propriedade, especialmente após a morte de João Costa Azevedo e João Costa Silva, a partir da qual houve um aproveitamento ilícito em fevereiro de 1955 entre as figuras locais mencionadas em linhas anteriores. Entre elas, destacam-se, além de já citado Tubal Vilela e Virgílio Galassi, figuras como Segismundo Pereira, Ruy de Castro e outros, com o objetivo de

grilar as terras de João Costa de Azevedo. Através desta permuta, "foi realizado um esquema de criação de transcrições que sobreponha os direitos da família Costa, justamente para que João Costa Azevedo e João Costa Silva não tivessem fácil acesso às terras" (SILVA, D. R *et al*, 2018, p.10). Tal esquema previa que os documentos criados sofressem alterações em que aumentava ainda mais as áreas em relação ao seu tamanho real, passando de 253 hectares – matrícula original de João Costa Azevedo – para 588 hectares na nova matrícula, a qual fora dividida entre o grupo político citado.

De acordo com Oliveira (2011),

Dentre os proprietários de terra que pertenciam à João Costa Azevedo, Irany Anecy de Souza, um dos herdeiros, entre os 45 existentes, da Fazenda Maribondo, tomou a iniciativa contrariar a permuta irregular que foi criada e resolveu lotear, ilegalmente, uma área pela qual os moradores ocupantes chegaram a pagar pelos terrenos, todavia, não houve qualquer tipo de escritura ou documento equivalente que pudesse servir de comprovação, além de existir desaprovação por parte da prefeitura local – que se colocava a favor da permuta criada pelos políticos locais, verificada a pressão exercida por eles.

Essa iniciativa que partiu de Irany Anecy de Souza motivou a ocupação de novos moradores sem-teto para a área onde já se assentava a ocupação Dom Almir, como já exposto em linhas anteriores. Desse modo, consolidava-se uma dualidade estrutural no acesso à propriedade: de um lado, moradores sem-teto chegavam à área em disputa e erguiam seus barracos, ocupando e margeando para garantir o tão sonhado acesso à terra urbana e, por conseguinte, a casa própria; do outro, é levado ao poder público a permuta, realizada em 1955, entre os políticos locais, para disputar o acesso à propriedade que fora doada por João Costa Azevedo ao seu irmão, João Costa Silva, quando vivos. Nesse ínterim, enquanto não havia uma tratativa efetiva envolvendo o acesso a essas terras, coube aos moradores sem-teto a continuação das ocupações na área em disputa.

Sendo assim, pouco a pouco esses novos moradores foram se consolidando naquilo que, rapidamente, se transformou em uma das maiores ocupações urbanas já observadas nos anos 1990 na história de Uberlândia. A tônica desse processo se agrava ainda mais quando um dos herdeiros, Irany Anecy de Souza, continuou a lotear os terrenos e vendê-los a preços mais

baixos para atender novos migrantes e famílias que se interessavam pelo tão disputado acesso à terra urbana e, consequentemente, o acesso futuro à moradia. Cria-se, portanto, uma desordem que se contrapõe até mesmo na compreensão da verdadeira forma ocupação que existiu dos dois assentamentos: Dom Almir e Prosperidade. Isso porque, assim como houve moradores sem-teto que ocuparam a área sem qualquer tipo de ordem ou planejamento prévio, também houve àqueles que compraram os lotes e ergueram suas casas.

Essa inquietação causou pressão entre os moradores que já se consolidavam na área, especialmente entre aqueles que ocuparam às terras sem pagar por elas, pois acreditavam que seriam removidos do local a qualquer instante. Tal fato culminou na iniciativa de requerer medidas protetivas, especialmente com o apoio da Igreja Católica e demais frentes que pudessem intervir a favor dos moradores tanto do Dom Almir quanto do Prosperidade para garantirem o acesso à propriedade. Como era de se esperar, a prefeitura recusou-se a instalar os equipamentos urbanos necessários à manutenção da população que passou a residir no local. Por não haver outra alternativa, muitos tiveram de se submeter à “clandestinidade” para ter acesso aos serviços de água e de energia elétrica.

Problematizando esse processo, observa-se que,

Os trabalhadores expropriados vão se constituindo e se reconhecendo como construtores da cidade e, portanto, produtores do espaço urbano. Todavia, há de se mencionar que, diferentes dos agentes produtores que tomam o espaço como objeto de mercadoria, os trabalhadores em questão utilizam-se da força de trabalho na produção e reprodução do espaço geográfico (RODRIGUES, 2007).

Em meio ao processo de ocupação da área, é importante destacar o papel da organização da Comissão de Frente na manutenção das famílias que gradativamente iam se fixando no local. De acordo com Lins e Ferrari (2015), além da articulação em várias frentes, como na Câmara dos Vereadores e em outros movimentos sociais, também pertencia ao rol das funções a busca de medicamentos em postos de saúde e de mantimentos junto às ONGs e grupos sociais que se solidarizavam com a ocupação. No interior das ocupações, a comissão

realizava assembleias para informar sobre os trâmites judiciais realizados junto à prefeitura e demais órgãos locais.

A latente emergência de avanços na infraestrutura local mobilizava as famílias ao ponto de terem de utilizar carrinhos de mão para realizar o transporte da água, que outrora somente era fornecido através de caminhões-pipa (Figura 08), figurando-se, assim, uma medida isolada e paliativa da prefeitura a fim de amenizar a ausência de infraestrutura urbana do local. Outros serviços urbanos, tais como coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica – que também deveriam figurar como essenciais na manutenção de qualquer área da cidade, independente da condição social e origem de ocupação – também não eram realizados nas ocupações, contribuindo negativamente para a proliferação de doenças entre outros problemas mais agravantes.

De acordo com o jornal local,

"Os moradores eram obrigados a conviver com a circulação incomum de insetos e animais peçonhentos, com o frio durante às noites de inverno, com o mau cheiro do esgoto a céu aberto entre as ruas abertas para a circulação das pessoas [...] as casas eram verdadeiras choupanas, cobertas de lona plástica e suporte de madeira, sem garantias de segurança no período de chuva, por exemplo" (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, s/p).

Figura 08:
Retirada de água
do caminhão-
pipa pelas
famílias (1991)



Fonte: Correio do Triângulo (1991)

Foi somente em outubro de 1991 que a área correspondente às duas ocupações foi considerada de utilidade pública pela prefeitura, sendo repassada à EMCOP, responsável pela

apresentação do projeto de loteamento para iniciar, a partir de então, as obras básicas de infraestrutura locais. A proposta, fruto do Projeto de Desfavelamento, promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS), tinha como objetivo eliminar “focos de favelização em Uberlândia por meio da liberação do terreno, bem como subsídio para compra do mesmo. Todavia, alguns pré-requisitos eram exigidos, como por exemplo, estar empregado e com os filhos matriculados na rede educacional” (FERRARI, 2013, p.86).

Sendo assim, em 1993 foi construída a primeira Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) no interior do loteamento Dom Almir; em 1994, a primeira Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), além da primeira Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) (Figura 09); por fim, deu-se início do processo de asfaltamento nas principais ruas e avenidas. Foi dessa forma que, gradativamente, houve um avanço social junto à área que se encontrava desguarnecida de qualquer tipo de atenção por parte dos órgãos e secretarias locais.



Figura 09:
Uberlândia (MG) –
Escola Municipal
de Ensino Infantil
(EMEI)

Fonte: AMORIM (2022)

No tocante à tramitação jurídica que envolveu a área correspondente ao Dom Almir e Prosperidade, foi somente em 1993 que os dois assentamentos foram concebidos como um único loteamento – informação efetivamente comprovada através do documento expedido pelo Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis datado de 08, jun./1993 e apresentado pelo advogado local que não media esforços em prol dos moradores das duas ocupações.

"O Juiz de Direito da época deferiu o pedido de cancelamento da matrícula de regularização do loteamento Dom Almir e adjacências [leia-se Prosperidade], permanecendo sem alterações até os dias atuais [até 2014, quando houve a regularização do loteamento anexando-o junto aos demais que se sucederam nos anos subsequentes, formando territorialmente o bairro Residencial Integração]" (FERRARI, 2013, p.85). Adaptado.

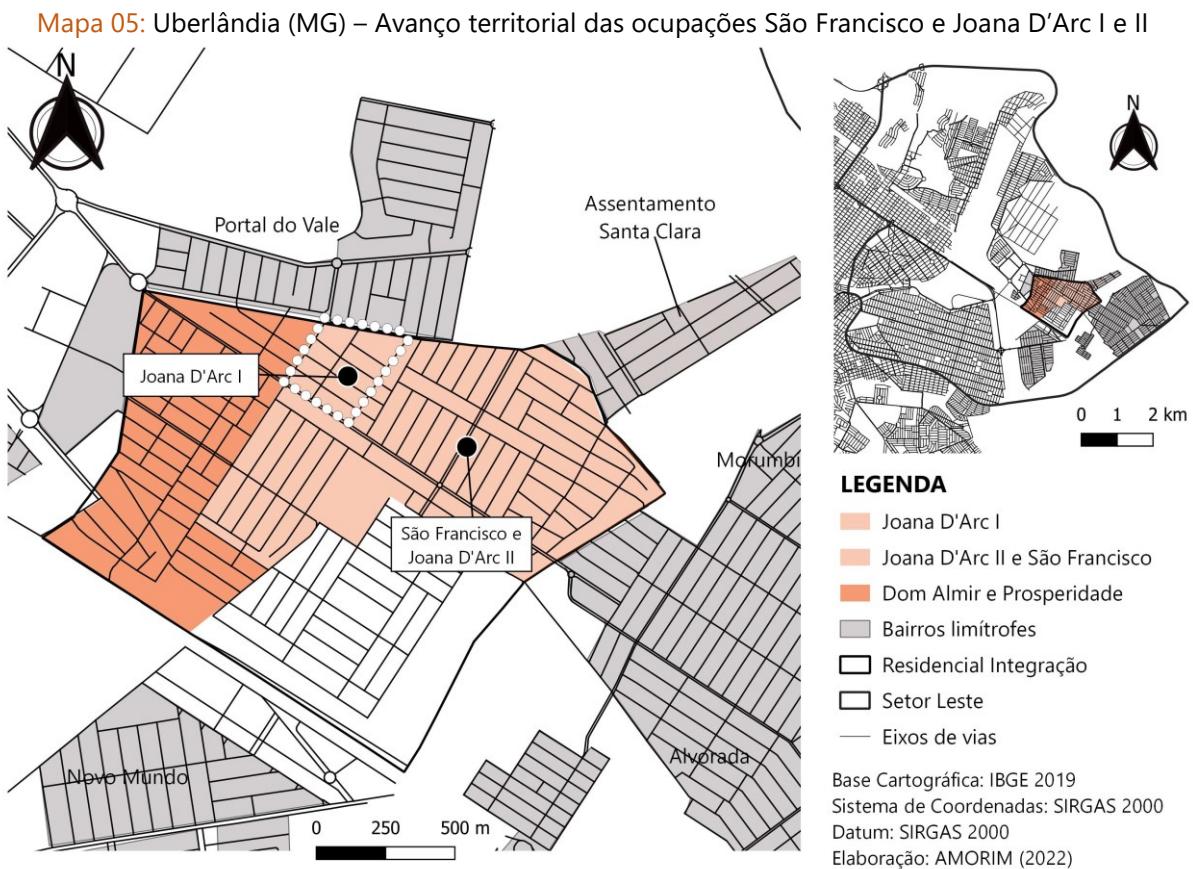
Nessa perspectiva, tendo em vista a irregularidade fundiária que se expunha com relação ao loteamento periférico das duas áreas ocupadas – Dom Almir e Prosperidade, sendo o primeiro o de maior proeminência, haja vista não somente o elevado número de famílias, bem como a área por elas ocupada –, era comum, de acordo com Ferrari (2013, p.86), "os moradores serem referenciados como "sem-teto" pela gestão municipal, bem como pela mídia jornalística". Inclusive, baseando-se a partir de entrevistas realizadas entre os moradores, foi constatado que essa referência coloquial pejorativa, apesar de ter sido reduzida com o passar dos anos, ainda é corriqueiramente utilizada, principalmente entre habitantes ou pessoas que não residem nessa área da cidade.

Para os moradores locais, na verdade, "os sem-teto são, de fato, o contingente que chegou após esse primeiro momento [1991-1994], pois passaram a ter conhecimento de que a prefeitura estaria viabilizando a compra de terrenos e construção da casa própria" (FERRARI, 2013, p.86) – fazendo menção ao processo de desapropriação da área ocupada – e resolveram ocupar as imediações do Dom Almir/Prosperidade – áreas estas que, nos anos subsequentes, viriam a se constituir as demais ocupações irregulares (Joana D'Arc e São Francisco).

2.2.2. São Francisco e Joana D'Arc I e II (1994-1999)

De modo a entender a continuidade das ocupações na área em disputa, quase simultaneamente, novas moradias eram construídas e novos trabalhadores sem-teto e desabrigados tomaram novas áreas do local às quais tiveram como prolongamento das áreas já existentes, seguindo a homogeneização territorial da área que começava a apresentar indícios de que, num futuro não muito distante, se constituiria em mais uma ocupação na cidade de Uberlândia (MG).

Oliveira (2022) em entrevista, relata que o recorte espaço-temporal correspondente ao período entre 1990 e 1993 correspondeu às antigas ocupações Dom Almir e Prosperidade, como frisado no subcapítulo anterior; ao passo em que no ano de 1994 houve uma nova ocupação de proporção territorial pouco expressiva, mas que, com o passar dos anos foi suficiente para se tornar a maior dentre todas as ocupações que configuram o bairro Residencial Integração na atualidade. Essa nova ocupação em questão chamou-se Joana D'Arc I (Mapa 05), ou como relata os moradores, Joana D'Arc Antigo, localizado na porção Nordeste do bairro Residencial Integração, e também ocupado nos limites territoriais das duas ocupações anteriores: Dom Almir e Prosperidade.



Elaboração: AMORIM (2022)

É importante enfatizar essa estratégia de ocupação nos moldes de anexação à área já existente pelo grau de relevância que tal conduta se expressa. Isso porque, ao ocupar-se de uma área cujos moradores já se consolidaram, é evidentemente de maior burocracia ao poder público municipal reverter tal feito, bem como reforça o movimento de coletividade entre os antigos e novos moradores que, a todo custo, continuavam tentando garantir o acesso

definitivo à moradia. Foi desse modo que, gradativamente, conferia-se uma forma consolidada e homogênea daquilo que, no limiar dos anos 1990, viria a revelar uma grande periferia no setor Leste de Uberlândia.

Em entrevista realizada entre alguns moradores que residem nessa repartição do Residencial Integração, uma grande maioria relatou que houve apoio de vários movimentos sociais, especialmente da Igreja Católica, e outros grupos simpatizantes que, a todo instante, estiveram presentes auxiliando com o fornecimento de remédios, alimentos, suporte médico, etc., com o objetivo de mitigar a situação insalubre que muitos moradores viviam nesse período. Além dessas instituições, os próprios moradores do Dom Almir e do Prosperidade também se solidarizavam ajudando na edificação e construção das habitações improvisadas para esses novos moradores.

Como se não bastasse a desassistência por parte do poder público municipal no acolhimento adequado para essas famílias, ainda houve o relato de muitos moradores recorrerem à “gatos de energia” para garantir o acesso à iluminação e à eletricidade – fato este que foi motivo de inquietação entre a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, que se reunia quinzenalmente junto à estatal com o objetivo de apresentar um plano estratégico para “resolver” aquilo que, possivelmente, figurava como um dos mais desafiadores para a gestão municipal.

Figura 10:
Energia clandestina
utilizada pelos
moradores do São
Francisco e Joana
D'Arc



Fonte: PETUBA (2018)

Sobre o assunto, Ramires e Santos (2001, p.77) relatam que

A dimensão social é configurada pelo espaço da pobreza, caracterizada pela falta de moradia, pela falta de condições sanitárias, pelos acessos a equipamentos e recursos sociais. Observa-se que as condições de vida daqueles que convivem com esta situação, em geral, encontram-se em situações de sub-humanidade. As ocupações ilegais da cidade são a expressão material dessas condições.

Na inércia da gestão municipal e de suas respectivas secretarias, especialmente as de habitação e desenvolvimento urbano da época, verifica-se a transferência para os estratos sociais de menor poder aquisitivo, tal como aconteceu com os assentados, a responsabilidade de ocupar áreas que lhes confiram a possibilidade direito à moradia. Nesse movimento, resta aos ocupantes se “ajeitar” de modo que consigam, apesar das condições insalubres e sub-humanas, erguer suas moradias (Figura 11), ainda que distantes de infraestruturas que poderíamos afirmar como adequadas.



Figura 11:
Barracos construídos pelos moradores do São Francisco e Joana D'Arc

Fonte: PETUBA (2018)

No intento do processo de ocupação, cabe ainda explanar a divisão espaço-temporal que envolveu o assentamento Joana D'Arc I e II. De acordo com os moradores que participaram e acompanharam de perto das ocupações, o emprego das duas áreas com a mesma nomeação ocorreu em virtude da segunda área ter sido estendida de forma contínua à primeira – sendo, portanto, inicialmente utilizado o nome Joana D'Arc I (ocupada em 1994) e, anos depois, Joana D'Arc II/São Francisco (ocupada a partir de 1997). Em termos espaciais, a lacuna temporal de

três anos (de 1994 a 1997) que corresponde à clivagem espacial entre as duas áreas apoiou-se na expectativa dos primeiros moradores (Joana D'Arc I) de que houvesse avanços no processo de regularização fundiária – tema que o candidato Zaire Rezende (e também ex-prefeito) defendia nos discursos eleitorais –, o que serviu de motivação para que a área correspondente ao Joana D'Arc II, junto com o São Francisco, fosse ocupada a partir de 1997.

De acordo com Oliveira (2022), o que se verificava no prelúdio dos anos 2000 era um contingente populacional expressivo que se somava à consolidação daquela que, até então, culminava em uma área periférica, desassistida e extremamente fragmentada do tecido urbano consolidado de Uberlândia. Aproximadamente 60% de toda a área que, na atualidade, representa o bairro Residencial Integração já estava ocupada. O que não se pode deixar de mencionar é que, assim como os assentamentos representados pelo Dom Almir e Prosperidade, a ocupação irregular do São Francisco e Joana D'arc II, também foi oriunda de ocupações da propriedade pertencente ao espólio da família Costa Azevedo. Iniciada em 1997, essas duas ocupações contavam com um grupo de aproximadamente 1500 famílias – a maior quando comparada com as ocupações pretéritas que já estavam estabelecidas.

Ao passo em que novos ocupantes chegavam à área, a dependência dos equipamentos instalados no Dom Almir só foi aumentando, o que demandou da Comissão de Frente, sempre atuante, exigir do poder público municipal, através da gestão de Zaire Rezende, uma atenção regular para essa camada da população – conduta esta não observada na gestão de Paulo Ferolla (1993-1996). Foi assim que, paulatinamente, houve um melhoramento da infraestrutura, avançando na oferta de água potável, através de caminhões-pipa (Figura 12), entre outras mais direcionadas em benefício dos moradores.

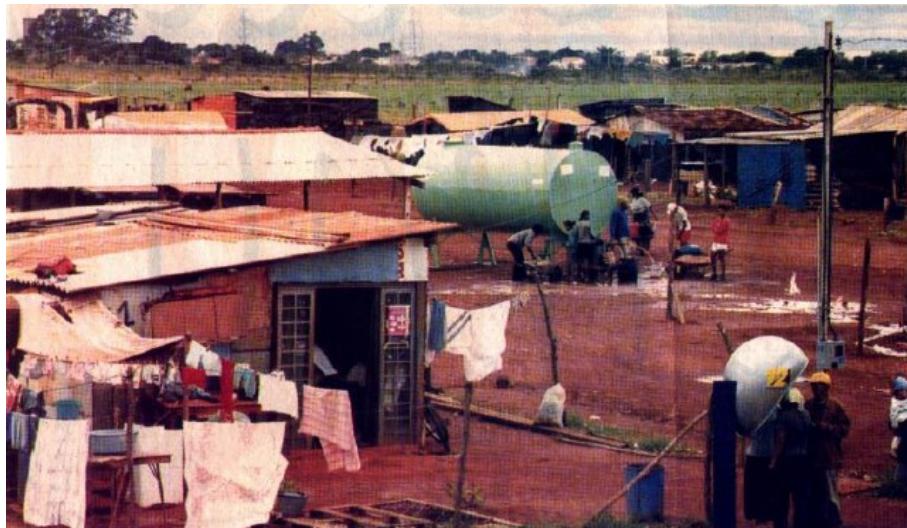


Figura 12:
Uberlândia (MG) –
Famílias no
assentamento Joana
D'Arc II se
abastecendo de água
do caminhão pipa

Fonte: Correio de Uberlândia (2001)

Aspirava-se, nesse período, um eloquente murmurinho vitorioso entre os moradores que já se consolidavam na área, pois já se visualizavam avanços significativos e que conferiam melhorias em termos de qualidade de vida – melhorias estas que, apesar de brandas, significavam muito para quem vivia em condições tão precárias em anos anteriores, tal como foi observado no início da ocupação Vila Rica, no início dos anos 1990.

Em relação aos ocupantes da área que compreendia o Joana D'arc I e II e São Francisco, foi novamente realizada uma grande mobilização popular tanto por parte dos moradores, quanto dos membros que integravam a Comissão de Frente, resultando na aprovação unificada das ocupações Joana D'Arc (I e II) e São Francisco no ano de 2001, conferindo desenvolvimento na escala local que estava em contínuo crescimento.

Analizando o recorte espacial a seguir, extraído do projeto urbanístico elaborado em 2001, é possível observar, além todas as áreas discriminadas, com destaque maior para a área institucional. Esta, desde o período que antecedeu a elaboração do projeto pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e suas respectivas secretarias – que inclui a de desenvolvimento urbano –, atendeu parcialmente aos anseios dos moradores, tais como:

- 1) Construção de uma escola estadual para atender aos alunos do ensino médio;
- 2) Construção do Instituto de Amparo e Assistência aos Idosos (IAAI);
- 3) Construção de postos de saúde;

- 4) Associação dos moradores do bairro;
- 5) Centro comunitário;
- 6) Três templos religiosos;
- 7) Ginásio poliesportivo.

Todos esses equipamentos sociais, de acordo com o projeto, constituiria uma grande porção territorial que atenderia não somente aos moradores locais, mas também atenderia aos moradores adjacentes, como o bairro vizinho, Morumbi. Todavia, há de se mencionar a indesejável construção da Colônia Penal e do CSEUB (Centro Socioeducativo de Uberlândia) por parte dos moradores que, de acordo com o projeto urbanístico, tinha como localização estabelecida a área “central” entre os loteamentos São Francisco e Joana D’Arc I e II. Tal feito, de acordo com o advogado representante social dos moradores, repercutiu negativamente, uma vez que o objetivo central do projeto urbanístico deveria estar comprometido com a promoção de transformações de cunho social e cultural junto ao bairro.

Ainda de acordo com o advogado, a construção da Colônia Penal (Figura 13) e do CSEUB contribuiria negativamente na criação de estigmas junto à população local que, como pôde ser analisado em linhas anteriores, teve sua condição de moradia sob a forma de assentamento – fato este mais do que suficiente para que a população de outros bairros da cidade conceba o bairro como nocivo à preservação da história de “progresso de Uberlândia”; agora, com o aprisionamento de vários detentos no bairro, a tônica negativa só viria a se fortalecer. De acordo com as diretrizes que regem o plano urbanístico, a justificativa para a escolha do bairro como local de construção do presídio e do centro socioeducativo apoiava-se na necessidade latente de uma grande infraestrutura que servisse de aparato de segurança à população local, e seria a Colônia Penal o local em que estariam à disposição profissionais de segurança para atender aos moradores.¹⁸

¹⁸ Um fato contraditório, uma vez que a manutenção da segurança pública se constitui como responsabilidade ímpar da Polícia Federal; Polícia Rodoviária e Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (BRASIL, 1988). Desse modo, não compete como jurisprudência aos agentes penitenciários a responsabilidade de manutenção local do bairro, como sugeriu o Plano Urbanístico.

Figura 13:
Uberlândia (MG):
Colônia Penal
Jacy de Assis



Fonte: AMORIM (2022)

Apesar de toda a discussão envolvendo o poder público municipal e a população local na contestação da construção da Colônia Penal, foi necessário, para o início da regularização do loteamento, a desapropriação temporária da área, considerada de utilidade pública pela prefeitura municipal, conforme Decreto nº 8430 de 9 de março de 2001. Esse fato deixou muitos ocupantes em estado de alerta, pois, mesmo circunscrito judicialmente, o medo e a preocupação de que a área poderia não mais lhes ter direito, caso ocorresse algo de diferente, incutiu em grandes questionamentos. Nesse período, a Comissão de Frente, mais uma vez, desempenhou papel importante e esteve continuadamente ao lado dos moradores, apoiando-os e atualizando-os acerca dos trâmites.

Assim, finalmente a área começou a ser desapropriada e o projeto de loteamento do bairro São Francisco/Joana D'arc foi desenvolvido, respeitando as proporções de áreas estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal. Além disso, também houve preocupação por parte da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano para que fosse reservada uma área ausente de edificações, de modo a garantir a permeabilidade do solo, tendo em vista que a área que hoje representa o bairro Residencial Integração é demasiadamente plana e o curso da drenagem pluvial e do esgotamento sanitário poderiam acarretar em danos à população que ali passaria a residir.

De acordo com Sousa (2004),

Foi também realizada pela Secretaria Municipal de Habitação "uma seleção da população para identificação dos invasores que realmente necessitavam de um lote na área invadida, por meio de cadastro de todos os proponentes, que cumpriam diversos requisitos, tais como: morar na cidade há mais de dois anos, possuir título de eleitor registrado em Uberlândia, ganhar menos de um salário mínimo mensalmente, possuir no mínimo um filho, dentre outros pontos, deste processo, saíram os selecionados que teriam direito ao benefício e então deu-se início à relocação da população para os locais definidos pelo projeto urbanístico aprovado (SOUZA, 2004, p.195).

Em 2001, a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social realizou um levantamento com as famílias de toda a área com o objetivo de traçar o perfil desses moradores. Foi constatado que muitas dessas famílias vieram de outros municípios, principalmente em busca de trabalho, com baixa ou nenhuma escolaridade e estão inseridas principalmente no setor terciário. E como são empregados em serviços que não exigem alto grau de escolaridade, recebem salários menores que um salário mínimo, o que lhes confere o mínimo necessário para garantir a manutenção no local. (PARREIRA, 2016).

Nota-se, a partir dos loteamentos Joana D'Arc e São Francisco, que as questões relacionadas à manutenção da população no local começariam, de certo modo, a ser garantidas, apesar dos percalços que envolveram todo o processo de luta do direito à moradia. O destaque proposital realizado acima é necessário em virtude de que, passados vinte e um anos desde a aprovação do projeto urbanístico, a única atividade social prevista no planejamento social concluída foi a Colônia Penal, em 2006. A segurança tão reafirmada pelos defensores de sua construção vem à tona como forma de contestação, uma vez que foram instaladas cercas de arame de alta tensão na superfície dos muros com mais de dois metros de altura ao redor da área onde os presidiários se recolhem. Desse modo, o questionamento que se extrai a partir disso é: se a Colônia Penal contribuiria para a segurança local, qual seria o real interesse por detrás do reforço na infraestrutura? Risco de rebelião? Talvez.

Desse modo, a área que, a princípio, foi destinada para a construção de vários usos, permaneceu ociosa durante dois anos sem qualquer tipo de avanço no tocante às obras

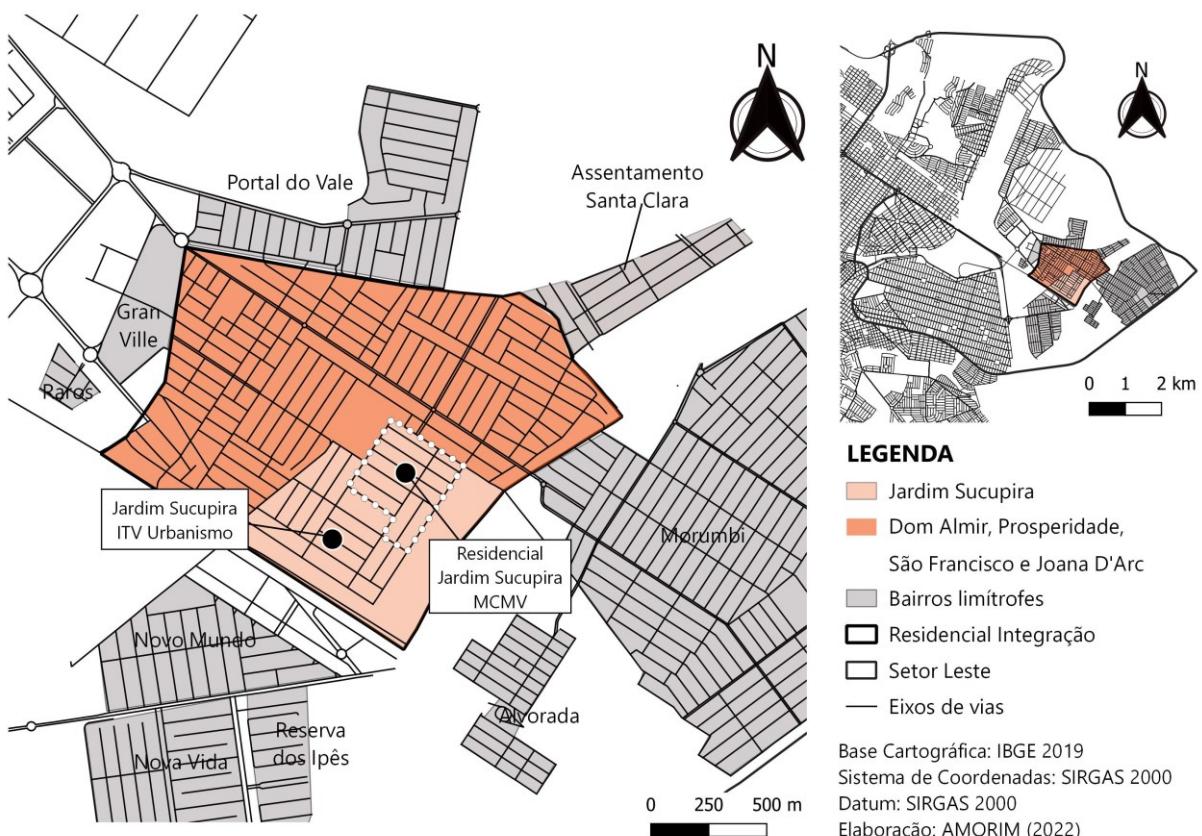
previstas. Abriu-se, assim, uma janela fecunda para que novos ocupantes percebessem que a área, ausente de qualquer tipo de função social, pudesse servir como espaço de moradia. E como o loteamento em questão já havia sido aprovado pelo poder público, restou a esses novos ocupantes utilizarem de critérios socioeconômicos, tal como foi feito com os moradores antigos que já residiam no loteamento.

Estabeleceu-se, assim, uma conjugação homônima do Joana D'Arc que, outrora, era dividido em I e II – uma diferença que se apoiou temporal e espacialmente com a chegada de novos moradores. O que quase ninguém esperava era que, em 2004, passados três anos da regularização fundiária do loteamento São Francisco/Joana D'Arc, novos atores entrariam em cena para registrar uma nova fase na formação territorial do bairro Residencial Integração.

2.2.3. Jardim Sucupira (2004 – [2009-2011])

No intento de estabelecer uma ordem cronológica entre os loteamentos, o último que constituiu a atual formação do bairro Residencial Integração foi o loteamento Jardim Sucupira (Mapa 06). E, diferente de todos os outros, foi somente esse loteamento em questão que, desde sua gênese, teve a aprovação sem qualquer tipo de empecilho pela Prefeitura de Uberlândia, quando foi regulamentado para o início de sua construção no ano de 2004. Trata-se de uma facilidade que deve ser posta em análise, pois, quando comparada aos episódios conflituosos que envolveram os antigos moradores e as ocupações por eles realizadas, revelam incongruências na forma de acesso à propriedade.

Mapa 06: Uberlândia (MG) – Loteamentos do Jardim Sucupira pelo MCMV e pela ITV Urbanismo



Elaboração: AMORIM (2022)

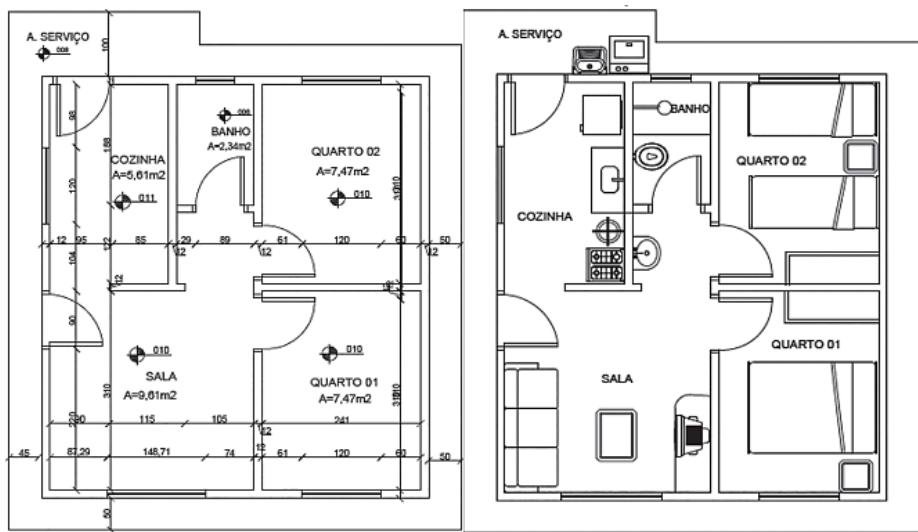
Inicialmente, é de fundamental importância relembrar, tal como foi exposto no subcapítulo envolvendo as ocupações do Dom Almir e Prosperidade que, “enquanto os irmãos João Costa Silva e João Costa Azevedo lutavam pelo direito da posse das terras através de inventários intermináveis, autoridades da cidade permutavam grande parte do que hoje é o Setor Leste de Uberlândia” (PACHECO, 2014, p.120). Essas autoridades em questão trata-se de um grupo político representado por Virgílio Galassi Segismundo Pereira, Irmãos Torrano e Tubal Vilela – sendo este último o mais atuante. Em função da sua posição enquanto figura pública nos anos 1950, recorreu com autoridades ligadas aos cartórios para efetivar o processo de grilagem, a partir do qual foram alteradas as escrituras em detrimento das terras que, outrora, pertenciam à João Costa Silva.

Desse modo, com a alteração dos documentos, seguido do processo conflituoso que nos anos 1990 envolveu o grupo político e também os moradores sem-teto, restou, onde hoje denomina-se o bairro Residencial Integração, uma única área particular pertencente à Tubal

Vilela Silva. Ainda em vida, transferiu a posse do terreno para a ITV Imobiliária – também de sua propriedade – a fim de realizar negociações, mas que somente vieram a ocorrer a partir de 2004, ano em que os terrenos começaram a ser comercializados. A partir desses terrenos, originou-se um único loteamento denominado Jardim Sucupira – ocupado em duas fases.

Uma parte do loteamento, cedido pela ITV Imobiliária à prefeitura de Uberlândia, como regulamenta a Lei Federal nº 6766 (BRASIL, 1979) de Parcelamento do Solo Urbano, corresponde à Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), por meio da Lei Municipal nº 525/2011. Em 2009, nessa área, começaram a ser construídas 270 unidades residenciais unifamiliares (Figura 14), com área de 38,02m² e investimento de R\$ 9.99 milhões, tendo como responsável pela obra a construtora PDCA Engenharia.

Figura 14:
Planta da unidade habitacional no Residencial Jardim Sucupira, Uberlândia (MG)



Fonte: VILLA (2015)

Para a garantia do acesso às habitações, a população beneficiada teve o financiamento regularizado pelo Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa I, destinada para famílias com renda de até R\$1800, a partir da qual foi estabelecido o subsídio de até 90% de subsídio do valor do imóvel, podendo ser pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros, com o objetivo de garantir a manutenção da população local. Assim, a partir de 2011, após a finalização das obras, houve o lançamento do Residencial Jardim Sucupira (Figura 15), onde houve um gradual processo de ocupação. Apesar de caminhar novamente em direção a uma diminuição do déficit habitacional, tal como foi observado com

o período de atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante o século XX, não se observam incrementos no quesito qualidade do ambiente construído.



Figura 15:

Residencial Jardim Sucupira durante o lançamento do empreendimento, em 2011.

Fonte: PDCA Engenharia (2008)

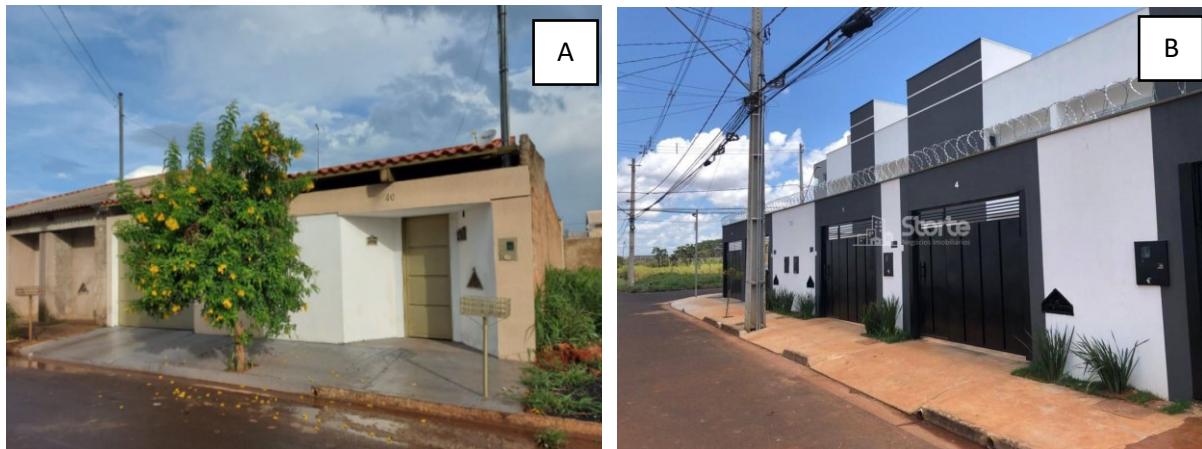
Isso porque, ao analisar os modelos das unidades habitacionais construídas, criadas para atender à família tradicional nuclear (pai, mãe e filhos), "é possível observar que elas não respondem mais de maneira satisfatória às necessidades dos novos modos de morar e perfis familiares da sociedade contemporânea" (VILLA, 2015, p.4)

Já a outra parte do loteamento corresponde à Zona Residencial 2 (ZR2), também estabelecida pela Lei Municipal de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo. A área ocupada a partir de 2009, no entanto, teve como responsável pelo lançamento a Imobiliária Tubal Vilela (ITV). O loteamento da ITV possibilitou que as famílias interessadas nos terrenos financiassem a aquisição, a partir da qual era estabelecido um percentual de juros variável de acordo com a renda apresentada por essas famílias. Os lotes medem 250m², dos quais 10 metros são de largura e os 25 metros restantes de cumprimento, garantindo a homogeneidade das quadras e das ruas do loteamento.

As duas áreas que caracterizam o loteamento em questão, apesar da diferença existente na forma de acesso à moradia, sejam sob a forma de financiamento estatal ou privado, constituem uma característica em comum: a ocupação orgânica do loteamento Jardim Sucupira; pois, diferente de como ocorreu com os assentamentos e ocupações irregulares (Dom Almir, Prosperidade, São Francisco e Joana D'Arc) que caracterizam o bairro Residencial

Integração, esse novo loteamento ocorreu seguindo normas previamente estabelecidas, cujas diferenças se apresentam materialmente no próprio arranjo espacial representado pelas ruas e quadras planejadas, bem como as habitações nelas construídas (Figuras 16 e 17).

Figura 16 e 17: Uberlândia (MG) – Residências multifamiliares, loteamento Jardim Sucupira (2021)



Fonte: AMORIM (2021) [A]

Fonte: Imobiliária Storte (2021) [B]

Outro aspecto que contribui nessa análise apoia-se na homogeneidade das habitações construídas pelo e a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, onde as fachadas foram gradativamente alteradas e ficando vez mais próximas daquelas construídas a partir dos terrenos comercializados pela ITV Imobiliária, lançados no ano de 2009.

"Por iniciativa própria, a grande maioria dos moradores foram gradativamente alterando a fachada das habitações, optando pela construção de muros para delimitar suas casas, provavelmente em busca de maior privacidade e segurança, como também seguindo um costume cultural brasileiro de que toda casa deve ser murada (VILLA, 2015, p.21).

Na atualidade, ao caminhar pelas ruas do loteamento Jardim Sucupira, dificilmente são notadas diferenças entre as habitações. No entanto, a manifestação de outras diferenças se expressa quando se analisa a composição e a origem dos núcleos familiares nesse loteamento. Isso porque, ao passo em que os moradores que tiveram o financiamento pela ITV Imobiliária possuem uma renda salarial média de aproximadamente três/quatro salários mínimos, os moradores beneficiados pelo financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida apresentam uma condição de renda oposta: aproximadamente um salário mínimo e meio -

equivalente a R\$ 1.818 (um mil, oitocentos e dezoito reais), como foi relatado pelos moradores durante as entrevistas de campo.

Outro ponto que mais uma vez revela incongruências está no acesso à moradia. Enquanto os moradores beneficiados pelo financiamento da ITV tiveram que declarar renda igual/acima que três salários mínimos via emprego formal – *isto é, emprego vigente, registrado via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)* –, os moradores beneficiados pelo financiamento do MCMV tiveram de declarar renda igual/acima que um salário mínimo e meio – *podendo apresentar como meio de comprovação outras formas de rendimentos, diferentes daqueles entendidos como formais, tais como: pensões, aposentadoria, bolsa família, FGTS, etc.*

Tabela 02: Condições de renda e de financiamento dos moradores do Jardim Sucupira

	Programa Minha Casa Minha Vida	Imobiliária Tubal Vilela (ITV Urbanismo)
Renda média	R\$ 1.818 (mensais)	Entre R\$ 4.848 e R\$ 6.060 (mensais)
Condições de financiamento	Emprego formal/informal ou outros meios que comprovem renda, tais como: pensões, aposentadoria, benefícios sociais, que somados, devem apresentar renda igual/superior a um salário mínimo e meio	Emprego vigente, devendo estar comprovado através da carteira de trabalho (CTPS) e apresentar renda mínima igual ou superior a três salários mínimos vigentes.

Fonte: Pesquisa de campo. **Responsável:** AMORIM (2022)

Essas questões são basilares na compreensão da formação social do loteamento, pois assinalam que “a propriedade plena da moradia não é condição suficiente para que a localização de um espaço residencial seja identificada com posição social ocupada pela periferia na hierarquia socioespacial da cidade” (RIBEIRO, p.6, 2008). Além disso, também contribui para o estabelecimento de clivagens que, apesar de anteceder a chegada de novos moradores para o loteamento em questão, assinalam distorções que também se expressam sob a forma desigual do acesso à moradia – sendo a renda um componente importante para o local de moradia.

Nota-se, assim, a partir da consulta e análise do loteamento Jardim Sucupira, que existe uma tônica em relação ao padrão de construção e de localização dos empreendimentos faixa I do PMCMV. Como analisou Chaves (2020, p.76), “são reservadas para implementação

desses residenciais as regiões mais desvalorizadas e periféricas das cidades brasileiras, independentemente do seu tamanho ou da região em que se localizam". Esse fato traz consigo uma série de desarranjos para o cotidiano das pessoas que ali passam a residir, mesmo que por outro lado, essas mesmas pessoas se sintam realizadas ao conquistarem a tão sonhada casa própria.

CAPÍTULO 3

O RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO E AS VOZES DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

"(...) os pobres, exatamente por serem pobres, têm dificuldade de ter voz, de formular, organizar e, sobretudo, expressar suas necessidades, transformando-as em demandas por justiça. A pobreza os joga, sem piedade, no mundo dos "incapacitados", uma vez que não lhes foi dado o direito de se capacitarem para exercer a própria voz. Esse fato, por se, constitui a expropriação de sua humanidade." (PINZANI, 2017, s.p.).

3.1. Roteiro, entrevistas e perfil dos cidadinos do Residencial Integração

Como discutido no capítulo anterior, o estabelecimento de clivagens socioespaciais, resultantes de ações adotadas por singulares agentes produtores do espaço urbano (Estado, promotores imobiliários e proprietários fundiários), contribui decisivamente para que a cidade, em seu interior, apresente distorções que não se resume à composição de sua forma, mas também no fracionamento de possibilidades em detrimento de cidadinos que calejam diante da desigualdade social enfrentada cotidianamente.

O afastamento de estratos sociais de menor renda, sob a condição involuntária – como aconteceu em Uberlândia com a construção de empreendimentos habitacionais em áreas distantes do conjunto da cidade –, intensifica a ocorrência de processos que, sob a ótica do cotidiano, impossibilita o acesso a várias potencialidades que o urbano, em sua gênese, tem a capacidade de oferecer. Constitui-se, assim, uma fragmentação do espaço que não se apresenta de forma singular ao distanciamento físico, relacionada à condição de moradia, mas também em outros sentidos, estabelecendo, dessa forma, a produção de uma cidade cujo usufruto se restringe àqueles citadinos transeuntes da sociedade líquida contemporânea, como designou Bauman (2001).

Considerando o amálgama que envolve toda essa discussão, torna-se representativa a condição dos citadinos do bairro Residencial Integração como objeto de análise – tema central do presente trabalho –, pois, como exposto, a forma pela qual uma parcela significativa da população local teve o acesso à moradia ocorreu de forma contrária daqueles que pagaram por elas. Além dessa tônica conceber uma multiplicidade de significados, vem à tona uma segunda questão: se a moradia representou para os moradores do Residencial Integração uma pauta emergente, de modo que se tornasse, portanto, um direito, *como se configura o cotidiano desses citadinos, atinentes da conjunção e compreensão das práticas espaciais, e, portanto, do processo de fragmentação socioespacial?*

Para responder à pergunta, bem como atender aos objetivos específicos propostos nesta pesquisa, basilares na compreensão das práticas espaciais e, consequentemente, do cotidiano dos citadinos do Residencial Integração, foi indispensável a realização de entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, foi previamente elaborado um roteiro dividido em sete seções: 1) Perfil do entrevistado; 2) Cotidiano e cidade; 3) Onde compram? 4) Como se locomovem? 5) Emprego e ocupação; 6) O bairro Residencial Integração, a partir dos quais foram formuladas 32 questões (Anexo 1), devidamente fundamentadas de acordo com as experiências e vivências desses moradores. É importante destacar, inclusive, que o objetivo por detrás de utilizar entrevistas semiestruturadas como procedimento metodológico apoia-se na possibilidade que esta abrange na ampliação de questões e diálogos que, a princípio, não estavam previstos, o que possibilita à pesquisa, bem como aos resultados obtidos, uma análise ainda mais profunda do tema em tela.

Para a análise das entrevistas e das informações através delas obtidas, foram selecionados 10 citadinos, de modo que os cinco assentamentos/loteamentos (Dom Almir, Prosperidade, São Francisco, Joana D'Arc e Jardim Sucupira) fossem contemplados com dois entrevistados(as) cada. É importante ressaltar que a quantidade de entrevistas selecionadas – 10/18 (dez de dezoito), foi suficiente para compreender as questões relativas às cinco dimensões utilizadas como elementos analíticos (*habitat*, mobilidade/trabalho e consumo/lazer) propostas nesta pesquisa. Além disso, ao analisar as 18 entrevistas realizadas, foi observada a ocorrência padronizada entre as respostas fornecidas pelos citadinos, as quais, *grosso modo*, começaram a se repetir, daí a necessidade de reduzi-las a dez (10).

Também se constitui de fundamental importância ressaltar que os nomes dos(as) entrevistados(as) abaixo apresentados(as) não correspondem aos verdadeiros nomes destes, a fim de preservar a identidade, bem como as opiniões e relatos por elas(as) fornecidos(as).

Tabela 03: Perfil dos(as) entrevistados(as) do bairro Residencial Integração

Nome	Idade	Gênero	Origem	Profissão	Estado civil	Escolaridade
Cecília	53	F	Dom Almir	Dona de casa	Casada	E.F.I
Adriana	21	F	Dom Almir	Desempregada	Solteira	E.F.C
Victor	25	M	Prosperidade	Estudante	Solteiro	E.S.I
Eliana	52	F	Prosperidade	Diarista	Divorciada	E.F.C
Josefa	53	F	São Francisco	Autônoma	Viúva	E.M.C
Socorro	46	F	São Francisco	Babá	Casada	E.F.C
Paulo	47	M	Joana D'Arc	Catador	Solteiro	E.F.C
Osvaldo	64	M	Joana D'Arc	Aposentado	Casado	E.M.C
João	35	M	Jardim Sucupira	Barbeiro	Divorciado	E.S.C
Kennedy	39	M	Jardim Sucupira	Garçom	Casado	E.M.C

E.F.I – Ensino Fundamental Incompleto

E.F.C – Ensino Fundamental Completo

E.M.I – Ensino Médio Incompleto

E.M.C – Ensino Médio Completo

E.S.I – Ensino Superior Incompleto

E.S.C – Ensino Superior Completo

Fonte: AMORIM (2022). **Elaboração:** AMORIM (2022)

Por último, é importante destacar que na redação do texto – especialmente nos subcapítulos a seguir – foram utilizadas de forma recorrente os termos nativos utilizados pelos citadinos do Residencial Integração (bairro), que inclui a menção aos antigos assentamentos,

ocupações irregulares, bem como o nome do loteamento comercializado (Jardim Sucupira) pela ITV Imobiliária no bairro. A importância de utilizar os termos nativos se apoia na compreensão da territorialidade e do próprio cotidiano das pessoas nos lugares vividos (SOUZA, 2013, p.144), que inclui o processo envolvendo a formação histórica e social dos cidadãos desde os anos 1990, quando ainda não se constituía o que hoje, racionalmente, a prefeitura denomina como bairro Residencial Integração, no Setor Leste de Uberlândia (MG).

3.2. Fragmentação do cotidiano na (im)produção das práticas espaciais

Com base na metodologia empregada nesta pesquisa, utilizou-se as dimensões objetivas e subjetivas (*habitat*, mobilidade/trabalho e consumo/lazer) já comentadas com a finalidade de compreender o alcance das práticas espaciais, atinentes na produção do cotidiano, analisando o bairro Residencial Integração, localizado no Setor Leste de Uberlândia (MG). Nesse sentido, essas cinco dimensões tiveram de ser subdivididas, a fim de analisa-las com maiores detalhes a partir das entrevistas e trabalhos de campo realizados.

Todavia, é de fundamental importância ressaltar que, apesar de dividir as dimensões, todas elas, sem distinção, são interdependentes, e também carregam superposições. A casa pode, ao mesmo tempo, representar o espaço do *habitat*, do espaço social (ambiente), do trabalhar e/ou lazer. Assim como os espaços de consumo também podem condicionar o trabalho e o lazer. O objetivo em si não é separar, mas distinguir. A distinção não implica, necessariamente, na separação e nem mesmo sobreposições entre as dimensões sub e objetivas e subjetivas.

3.2.1. O(s) habitat(s)

Segundo Lefebvre (1991), as cidades modernas substituíram a ideia de habitar, que estaria intimamente relacionada à vivência plena do espaço urbano, por uma noção de *habitat* – a moradia reduzida à função de abrigar, submetida à cotidianidade alienada. De acordo com o mesmo autor, “a racionalidade que se impõe no urbano, fragmentado, que intensifica as segregações de classe, para além de espoliar direitos civis e sociais, estaria também espoliando de uma grande parcela social o direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991, p.139).

Com base no excerto, é possível observar o quanto complexo se apresenta a noção de *habitat*. A justificativa para a utilização recorrente da palavra em itálico apoia-se na

problemática que seu significado tem adquirido, especialmente após os anos 1970, quando no Brasil as políticas habitacionais deram origem a uma expressiva quantidade de residências para classes sociais de baixo poder aquisitivo, com o objetivo de diminuir o *déficit* observado à época. E bem sabemos que esse problema, além de não ter sido resolvido, desencadeou uma outra questão: *de que adianta oferecer à população uma casa (leia-se habitat) que está isolada de tudo que podemos chamar de cidade?* Esse questionamento, basilar para a compreensão não somente do direito à moradia, mas das condições pretéritas acerca desse direito, torna-se bastante representativa, pois nos permite compreender como o *habitat* é concebido para os cidadãos do Residencial Integração, objeto de análise do trabalho.

Entre as perguntas realizadas junto aos cidadãos entrevistados, uma delas baseou-se, inicialmente, na condição de moradia com o objetivo de identificar se o imóvel era alugado, próprio ou cedido por algum terceiro(a). Dentre os 15 entrevistados, a grande maioria – treze – relatou que a casa é própria; no entanto, houve situações em que alguns cidadãos, por iniciativa própria, retornaram a pergunta a fim de entender se a moradia era própria na condição de aquisição ou na condição de concessão – cedida por outrem –, como aconteceu com Cecília, moradora do Dom Almir:

A casa é minha, é própria mesmo, mas se você tiver querendo saber como eu fiz pra ter essa casa, aí é outra história. Essa casa aqui foi uma luta danada, meu amigo. Em 1991, quando eu cheguei aqui com meu marido e meus filhos, a gente morava em barracos de lona. A prefeitura tentou tirar a gente, mas o pessoal da igreja e do movimento pressionou bastante e aí em 1999 que a gente realmente passou a ter direito à casa e do terreno em que ela fica. Cecília, 53, Dona de casa – Dom Almir.

O relato de Cecília possibilitou entender uma série de questionamentos que nem mesmo a entrevista semiestruturada objetivava alcançar. Um deles foi perceber que a condição de moradia de Cecília tem como origem um longo processo de luta iniciada nos anos 1990, quando o Dom Almir – à época, concebido como assentamento – estava em processo de ocupação por várias famílias carentes. Além disso, também revelou que o significado de "casa adquirida" soa, para Cecília, como diferente daquele entendido como casa cedida – forma pela qual Cecília obteve acesso à moradia.

Outro morador, desta vez, do Joana D'Arc, também apresentou um relato semelhante, mas, no entanto, identificando um elemento que o torna bastante simbólico na leitura que se extrai envolvendo o *habitat*.

É uma confusão essa pergunta porque eu tenho a carta que comprova que eu paguei pelo terreno. Não cheguei a pagar tudo, mas eu paguei uma parte. Aí a prefeitura diz que esse meu imóvel é irregular, porque ele pertence a outra pessoa. Mas se eu paguei por ele, independente da história, ele é meu. Não é assim que funciona em qualquer lugar? Além disso, eu também participei do movimento para que não nos tirassem da ocupação, entendeu?

Paulo, 47, Catador – Joana D'Arc.

Paulo, por sua vez, relata que a condição de moradia dele representa um espaço que, desde o princípio, sempre foi seu pelo fato de ter pago pela posse. E, ainda que não exista o reconhecimento desta por parte da prefeitura, também justifica reafirmando que, via de regra, a posse de uma propriedade ocorre quando o pagamento é realizado – como ocorreu com o terreno onde atualmente está construída sua casa. Além disso, avigora sua defesa relatando que lutou para além de seu próprio benefício, mas na busca de garantias para que a população assentada do Joana D'Arc também tivesse direito de posse do terreno que ocupavam. Constitui-se, dessa forma, uma manifestação simbólica de defesa em prol da moradia (*habitat*) em que reside e do ambiente que ocupa com os demais cidadinos (*habitats*).

Tanto para Cecília quanto para Paulo, o *habitat* expressa uma multiplicidade de significados que se colocam para além do acesso à terra urbana, mas também de todo o processo que envolveu a luta para garantir o direito à moradia. Na conjunção desses significados, um terceiro elemento se apresenta para confrontar a relação do *habitat* coletivo – leia-se o bairro em que residem (Residencial Integração) – com o conjunto da cidade. Trata-se de compreender o teor valorativo que o espaço de moradia representa para esses cidadinos, pois, quando são confrontados se possuem interesse de residir em algum outro bairro de Uberlândia, a opinião entre eles é equivalente.

Morar aqui significa muito para mim, pois é a minha casinha, lugar onde meus filhos cresceram e estão até hoje [...] com esses financiamentos da Caixa, já tive a oportunidade de pagar parcelas baratas para morar lá no Mansour, Monte Hebron, mas eu imagino que não seria a mesma coisa que morar aqui... a gente sofreu muito, e hoje tendo a posse do terreno, não tem porque sair daqui.

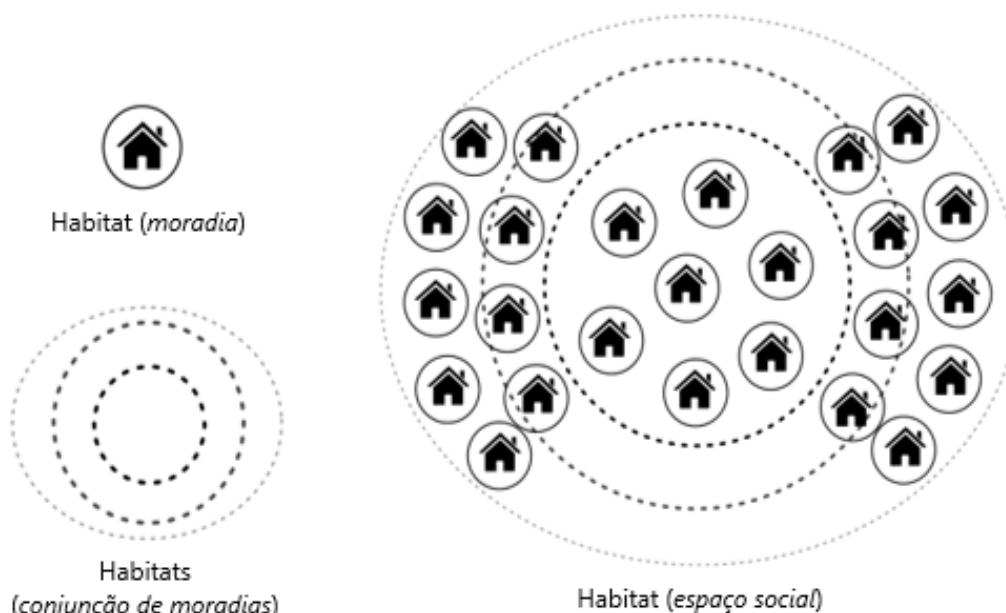
Cecília, 53, Dona de Casa – Dom Almir.

De modo semelhante, Paulo também expressa o sentimento de pertencimento que carrega com relação ao *habitat* em que reside atualmente:

Pra mim, que vim de Salinas [Norte de Minas Gerais] e ter uma casa e um emprego, já tá ótimo. É claro que eu não posso deixar de falar que o pessoal da cidade vê a gente como se a gente fosse do crime. É por isso que prefiro ficar por aqui mesmo no bairro pra evitar confusão. Paulo, 47, Catador – Joana D'Arc.

Mais uma vez, percebemos que o *habitat* é concebido sob múltiplos significados que se conjugam no envolto de uma dualidade estrutural – ora concebido enquanto espaço de moradia, ora enquanto condição de espaço social (Figura 18) – cuja escala de análise tende a sofrer alterações que variam de acordo com o alcance das experiências cotidianas desses cidadãos. Em outras palavras, entendemos que a noção de *habitat* é sempre relativa, pois pode revelar a manifestação de um cotidiano diminuto, isto é, com práticas espaciais reduzidas, como pôde ser visto a partir do relato de Paulo, ao afirmar que "*o pessoal da cidade*" os julga como criminosos, insinuando que os cidadãos do bairro Residencial Integração são causadores da insegurança urbana, e que, para "*evitar confusão*", preferem ficar reclusos no bairro.

Figura 18: Compreensão dos habitats na leitura da produção do bairro Residencial Integração



Elaboração: AMORIM (2022)

O que não se pode deixar de mencionar na leitura que se extrai da cidade é sua heterogeneidade, fato este que a torna múltipla de significados, valores, culturas; por essa razão, não devemos nos ater a uma análise singular de suas formas; mais que isso, devemos

contemplar fundamentalmente o seu conteúdo. No caso dos moradores do Residencial Integração, que atribuem valor simbólico e material ao *habitat* em que residem, entendemos que estes se encontram numa posição de retaguarda do processo de valorização que a ação do Estado promove, inserindo-os em espaços longínquos, destituídos de seus empregos, identidade e memória.

Esses últimos elementos, memória e a identidade, inerentes à construção do indivíduo, quando relacionados aos citadinos Cecília e Paulo, reincidem para entendermos o modo como o *habitat* se apresenta na produção das práticas espaciais e, portanto, do cotidiano desses moradores. Para isso, basta identificar a origem dos dois moradores em questão a fim de entender as razões pelas quais tiveram de se submeter para garantir o acesso à moradia que, na atualidade, ambos detêm posse.

Por que eu vim pra cá? Eu sempre fui pobre. Eu e minha família sempre fomos. Em 1989 quando a gente morava em Buriti Alegre [Goiás], a gente sofreu maus bocados depois que o meu esposo foi demitido. E como não tinha como pagar aluguel, nem mesmo voltar a morar com meus pais, porque já tinham falecido, ficamos no relento, sabe? E aí foi muito difícil. Só depois de uns dois meses, ficamos sabendo pelas irmãs da igreja católica que a gente frequentava que em Uberlândia um grupo estava se organizando com famílias de vários locais para tentar pegar um pedacinho de terra. Não se falava em invadir, porque era feio, mas de tentar garantir uma casinha pra gente morar, entendeu? Cecília, 53, Dona de Casa – Dom Almir.

De modo semelhante, Paulo relata como foi chegar ao Joana D'Arc no limiar dos anos 1990, quando ainda se constitua como assentamento na cidade de Uberlândia:

Foi como eu te disse. Eu sou natural de Salinas, norte de Minas Gerais. Você que estuda deve saber que lá, mesmo que seja Minas, é bem diferente desse lado do estado, né? É sertão puro meu amigo, quente demais (...) tinha mês que a gente ganhava cesta básica, tinha mês que não. Eu vim com meu pai em 1997, mas aí ele faleceu quatro anos depois. Quando a gente chegou, o Dom Almir já existia, e aí o pessoal ajudou muito a gente. Pra evitar tomar a terra da gente, eu e meu pai ficamos sabendo que um senhor chamado Irany, um dos herdeiros da Fazenda Maribondo, estava recebendo o dinheiro dos lotes do Joana D'Arc. Pagamos pra ele uma parte pra garantir o barraco da gente. Paulo, 47, Catador – Joana D'Arc

A justificativa de ambos os citadinos se apoia na busca por uma condição de vida oposta à que viviam em Buriti Alegre (GO) e em Salinas (MG), respectivamente, de miséria e

de sobrevivência. Além disso, observamos que a mudança para Uberlândia acontece de forma coercitiva à conjuntura social em que se encontravam. E bem sabemos que em situações como a de Cecília e de Paulo, de chegar em um novo lugar para fixar-se nele, apoiamo-nos na leitura e compreensão da produção de uma nova territorialidade com relação ao ambiente que esses cidadãos tiveram de se apropriar, e que, ao fazerem isso, manifestam-se tensões de ruptura das memórias e das identidades que foram socialmente construídas por esses indivíduos.

O *habitat* ao qual se inserem na atualidade é, portanto, nutrido simbolicamente como resposta aos anseios e às constantes inquietações que durante muito tempo esses cidadãos sofreram antes de chegar em Uberlândia. No entanto, essas mesmas condições vêm se repetindo sob uma tônica ainda mais nociva envolvendo episódios revestidos de "opiniões"¹⁹, que, no seu âmago, revelam discursos de preconceito e, portanto, de exclusão social, como destacado por Eliana, 52 anos, diarista e moradora do Prosperidade:

Eu moro aqui no Prosperidade desde 1993 [...] quando cheguei a situação era muito precária. Perdi um filho que até hoje não consigo acreditar [silêncio] ele morreu de frio e eu não tinha coberta suficiente pra todos. Faleceu com apenas dois anos [...] depois de muitos anos, finalmente consegui erguer minha casa com meu ex-marido. A gente tem uma boa relação, sabe? Vira e mexe ele me conta que quando tá procurando um emprego e a mulher [recrutadora] fica sabendo da morada [endereço] dele, inventa mil motivos pra dizer que ele não atende os [aos] requisitos da vaga. Balela! É preconceito puro, só porque ele mora aqui no Prosperidade. Digo isso porque até minha filha já passou por isso várias vezes. E aí eu prefiro que ela me ajude como diarista nas casas que eu atendo. Eliana, 52, Diarista – Prosperidade.

O relato de Eliana é bastante representativo e coabita na intensificação do processo de fragmentação socioespacial com o qual os cidadãos do Residencial Integração têm vivenciado cotidianamente. Em decorrência da experiência descrita por Eliana, observamos que a condição de moradia e, desse modo, do *habitat* que o concebe como seu, são utilizados como pretexto de rejeição para que recrutadores descartem candidatos – como o seu ex-marido – residentes de bairros periféricos, distantes e "violentos". Trata-se de uma situação recorrente, pois o mesmo também aconteceu com sua filha, a qual, depois de inúmeras

¹⁹ Essas opiniões, em questão, referem-se aos discursos recorrentes que moradores de outros bairros de Uberlândia têm enunciado em detrimento dos cidadãos do Residencial Integração, denominando-os como indivíduos violentos e, desse modo, responsáveis pelos episódios de assaltos, frutos e crimes que ocorrem na cidade.

tentativas de ser empregada formalmente, restou como alternativa trabalhar junto com a mãe na função de diarista.

Esses episódios de exclusão, que também podem ser traduzidos como “negação à diferença”, negligenciam o acesso desses cidadãos às possibilidades e potencialidades próprias da sociedade urbana e acabam por gerar conflitos que estão na essência do processo de fragmentação socioespacial. Busca-se, em tela, entender que a negação de uma possibilidade²⁰ (*algo que nem mesmo aconteceu*) se apoia sob a justificativa do local de moradia dos cidadãos do Residencial Integração ser o causador da insegurança urbana, como pôde ser observado a partir do relato de Eliana, quando menciona as dificuldades enfrentadas por seu ex-marido e sua filha na busca por um emprego formal.

No intento dessa problemática, o que merece nossa atenção especial é a utilização recorrente de imagens e discursos relacionados à insegurança produzida pela mídia (Figura 19) que, além de incutir o *habitat* (leia-se espaço social/bairro) como responsável pela disseminação da insegurança urbana, também contribui para representar um marcador identitário contra os cidadãos locais.



Figuras 19: Representação da violência criminosa pela mídia no Joana D'Arc e Prosperidade

Grupo é detido após esconder drogas em casa abandonada no Joana D'Arc, Uberlândia

Fonte²¹: G1 Triângulo (2016)

Com eles foram encontrados 270 papelotes de cocaína. Ocorrência foi registrada na tarde desta quinta-feira (9).

Evidencia-se, desse modo, que através do papel da mídia na produção das representações da violência e da consequente configuração do imaginário do bairro como inseguro, tem competido aos recrutadores das empresas utilizar-se dessas representações

²⁰ É importante salientar que não se objetiva nessa discussão negligenciar a problemática do transporte público existente em Uberlândia, associado às condições difíceis de locomoção e de oferta do serviço que não se restringem aos cidadãos do Residencial Integração, mas em toda a cidade, especialmente nos bairros distantes. Trata-se de uma questão que compete à gestão municipal na busca por melhorias junto à população que se beneficia pelo serviço prestado. Ciente do burocrático processo, restam às empresas como alternativa a seleção de candidatos de acordo com a distância existente entre o local de moradia e de trabalho, a fim de evitar contratemplos de seus funcionários, tais como atraso, tempo de deslocamento, etc.

²¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/05/10/grupo-e-detido-apos-esconder-drogas-em-casa-abandonada-em-uberlandia.ghtml>>. Acesso em 17/04/2022.

simbólicas para excluir dos processos seletivos aqueles candidatos cuja origem precede uma condição periférica e violenta, como pôde ser analisado através das narrativas de Eliana (Prosperidade) e de Paulo (Joana D'Arc). Constitui-se, assim, mais uma vez a instauração de processos de exclusão social em detrimento dos citadinos do bairro Residencial Integração, tornando-o distantes não apenas fisicamente, mas também subjetivamente das amenidades e potencialidades que caracterizam a urbanidade no seu âmago, implicando no consequente não-reconhecimento do direito *equitativo* à cidade.

Em meio aos constantes embargos que alguns citadinos do Residencial Integração vem adquirindo, entendido como um espaço social inseguro e inapto à *suntuosidade* – de modo sátiro à forma como o conjunto da cidade passa a representar para esses moradores, isto é, um espaço distante de ser consumido/experimentado em suas múltiplas escadas –, outros, no entanto, apontam para uma apreensão do bairro sob uma perspectiva um pouco diferente das narrativas já descritas anteriormente, como foi o caso de João, 35 anos, morador do Jardim Sucupira.

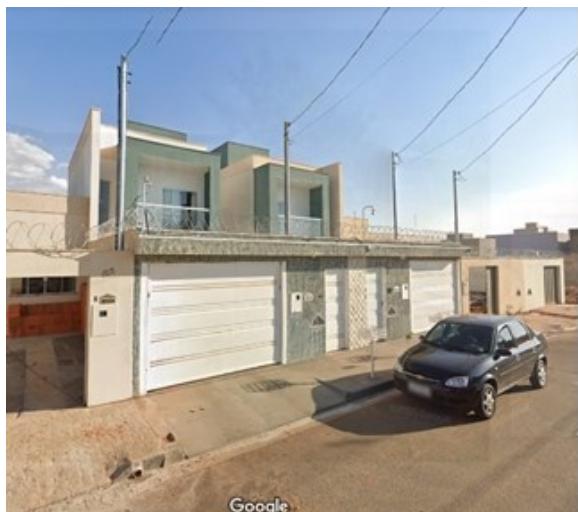
Estou aqui já vai fazer sete anos. Vim sozinho depois que me separei da minha ex-esposa. Como no São Jorge [bairro de Uberlândia] eu já cortava cabelo na sala da minha antiga casa, resolvi me mudar pra cá e abrir minha própria barbearia, coisa que eu já queria fazer faz tempo. Graças a Deus e ao meu esforço, hoje consigo garantir um bom rendimento, coisa que daria inclusive pra financiar uma casa em meu nome. Mas não faço por opção. O bom do [Jardim] Sucupira é que, diferente do São Jorge, o bairro é maior e percebo que é muito mais organizado, as ruas são maiores, iluminação pública bacana, o comércio vem crescendo – comum de qualquer bairro novo, né? E mesmo que eu pague aluguel, tenho em um mesmo lugar minha barbearia e minha casa [sic] então pra mim é um bairro agradável, é só não se misturar com coisa errada. João, 35, barbeiro, Jardim Sucupira.

A narrativa de João, barbeiro e morador do Jardim Sucupira denota a existência de uma divisão social que se materializa dentro do próprio bairro. Sendo o Jardim Sucupira o único loteamento do bairro Residencial Integração que se originou sem qualquer tipo de embargo por parte do poder público municipal, é evidente que existirão nessa porção infraestruturas mais adequadas e de maior organização em termos de tamanho das quadras e das ruas, bem como dos loteamentos e das habitações (maiores) de modo comparativo aos demais loteamentos que compõem o bairro Residencial Integração.

Essa hipótese se confirma quando são comparadas, via registro fotográfico, a estrutura das residências nas áreas que correspondem ao Jardim Sucupira e Prosperidade (Figura 20 e 21) – cuja fachada, calçada, asfalto, bem como a disposição organizada do sistema viário se conjugam de modo a conceber que, internamente, isto é, dentro do próprio bairro se estabelece uma divisão social do espaço.

Um outro fato que justifica essa tendência apoia-se nas condições de renda que as famílias moradoras do loteamento Jardim Sucupira tiveram de apresentar para ter acesso ao financiamento, como exposto na Tabela 02 (página 104), que deveria estar na faixa média entre R\$ 4.848 e R\$ 6.060 mensais. São elementos que se apresentam de forma contrária às condições que os moradores do Prosperidade, Dom Almir, São Francisco e Joana D'Arc tiveram de se submeter para, enfim, garantir o acesso à moradia, como já exposto.

Figuras 20 e 21: Habitações localizadas no Jardim Sucupira e Prosperidade.



Fonte: Google Earth (2022)



Fonte: AMORIM (2022)

Essas distorções se reforçam tanto quanto se ampliam quando João justifica o aluguel como uma opção, pois com os rendimentos que recebe mensalmente através da barbearia são suficientes para arcar com as despesas da casa e do trabalho, bem como do aluguel em questão. Justifica, ainda, que também conseguiria, sem prejuízos, arcar com o financiamento de uma nova residência, tal como ocorreu com muitos moradores do loteamento vizinho, cujo acesso ocorreu por meio do financiamento estatal, do Programa Minha Casa Minha Vida, como fora discutido no capítulo II deste trabalho. O relato de João possibilitou revelar, portanto, informações bastante representativas: a dupla conjugação que o espaço do *habitat* expressa –

moradia e trabalho, pois, ao passo em que ele utiliza o espaço de moradia como ambiente privativo (moradia), também o faz aproveitando-se do espaço para atender os clientes na barbearia (trabalho).

A dessemelhança entre os discursos apresentados (Cecília, Paulo, Eliana e João) nos possibilita entender o quanto a leitura extraída do bairro ainda se constitui como produto da formação socioespacial que herda do período em que se iniciou a ocupação dos assentamentos no limiar dos anos 1990-2000. Essa assertiva, no entanto, se descontrói quando verificamos no bairro a presença de estratos sociais com renda superior à população antiga, que teve sua origem sob a forma de assentamento, como exposto. Observa-se, desse modo, a cristalização de diferenciações que se apresentam no interior do bairro, sendo o *habitat* (moradia) e a forma como ocupam esse *habitat* (espaço social), e no exterior, a partir da relação desconexa que se estabelece entre o bairro e o conjunto da cidade.

Ainda que ocorra uma tentativa de o poder público municipal eliminar a manifestação dessas diferenças criando, no ano de 2014, o bairro Residencial Integração, como prevê o projeto de Lei 11.872, com o objetivo de remover do imaginário da população überlandense que existiram, na história da cidade, assentamentos e ocupações irregulares (Figuras 22 e 23), não se observa, com o mesmo interesse, a utilização racional do novo nome pela população local; pelo contrário, a utilização simbólica dos assentamentos ainda é bastante viva.

Figura 22 e 23: Alteração da sinalização do bairro Prosperidade para bairro Residencial Integração



Fonte: AMORIM (2022)

Posta essas questões, é necessário salientar que essa mudança, não bem aceita pelos cidadãos, se justifica com base em duas explanações, a seguir:

- I) Dentre os entrevistados nessa pesquisa, somente dois manifestaram a necessidade emergente de as antigas ocupações receberem um nome, pois já não mais podiam continuar sofrendo a dificuldade recorrente de ter que se

- submeter à constantes explicações sobre o local em que residem – tendo sempre que mencionar a história pretérita para esclarecer que a área corresponde aos antigos assentamentos e ocupações irregulares;
- II) De modo contrário aos dois citadinos acima, aqueles que ainda fazem o uso do termo nativo dos assentamentos [que hoje se denomina como bairro], justificam que a prefeitura não ofereceu nenhum tipo de consulta para que o bairro recebesse a denominação atual. Pelo contrário. Só foi notada a mudança pela população depois que a SETTRAN, em 2018, começou a substituir as antigas placas com os nomes dos antigos assentamentos para o nome atual do bairro. Citaram, inclusive, que é fundamental a adoção de um nome para a área, mas que esta deve ser escolhida de forma unânime por todos os moradores que residem no local, de modo a estabelecer uma decisão democrática entre os envolvidos.

Essa desconexão que se estabelece entre os antigos assentamentos e o loteamento também se apoia de modo contraditório em relação ao nome escolhido pela prefeitura para “homogeneizar” todos os *habitats* que se localizam no bairro. O nome “Residencial Integração” além de não possibilitar uma verdadeira integração entre os assentamentos (representados pelo Dom Almir, Prosperidade, São Francisco e Joana D’Arc) e o loteamento Jardim Sucupira, também distancia de uma efetiva integração com a cidade, explicada a partir dos relatos dos citadinos que se veem desguarnecidos de experiências urbanas. Institui-se, assim, a seguinte hipótese: *ao utilizar-se a denominação Residencial Integração, a prefeitura comprehende a existência de um bairro eminentemente integrado que se conjuga pela infraestrutura adequada ao perfil dos moradores com suas múltiplas residências, aproximando-se de uma concepção harmônica habitacional no Setor Leste de Uberlândia.*

Distante de ser verdade, bem sabemos que a propriedade plena da moradia não é condição suficiente para que a localização de um espaço residencial seja identificada com posição social ocupada pelos citadinos periféricos na hierarquia socioespacial da cidade. Posto isso, manifesta-se um questionamento: em que medida, portanto, a morfologia social do Residencial Integração o aproxima do conjunto da cidade? E sendo a diferenciação um dos elementos que conduzem o processo de fragmentação socioespacial – tema de análise nesse

estudo –, observamos que o *habitat* apenas se constitui como uma parte do escopo analítico dentre os cinco que estruturam o presente trabalho, como será discutido adiante.

3.2.2. Mobilidade e Trabalho

A mobilidade, também concebida uma prática espacial, se constitui como uma das cinco dimensões de análise nesse trabalho para apreender o cotidiano, pois reflete a maneira como vivem os citadinos do Residencial Integração, expressando seus diferentes modos de locomoção, bem como as relações sociais que se estabelecem às esferas da apropriação da cidade e, portanto, do espaço urbano em suas múltiplas escalas.

No intento de compreender a relação que se constitui entre as dimensões de mobilidade e de trabalho, partimos da perspectiva de que um cidadão transeunte é, de certo modo, um indivíduo que se utiliza de meios de locomoção para garantir sua mobilidade, seja ela realizada a pé, de bicicleta, sob a utilização de transporte particular ou público. Todavia, bem sabemos que no âmago do processo de fragmentação socioespacial conjugam-se desafios sob a prevalência da mobilidade que muitos cidadãos se encontram, podendo revelar uma série de episódios excludentes, sendo a dificuldade de locomoção na cidade uma delas. De modo igual, também (co)existem aqueles cidadãos cuja condição de trabalho não requere a ocorrência efetiva de mobilidade intraurbana, tendo em vista que a realização plena de sua atividade laboral ocorre de forma conjugada à moradia em que residem.

Este fato sinalizou a necessidade de realizar uma análise ainda mais aprofundada nessa pesquisa com base na seguinte questão: *o que leva um cidadão do Residencial Integração preferir trabalhar em casa? Estariam lidando com uma escolha desse indivíduo, ou de uma condição (social, econômica, cultural) que reverbera na tomada dessa decisão?* Para responder a essas questões, tomamos como procedimento metodológico a adoção de entrevistas semiestruturadas, assim como aconteceu com a dimensão *habitat*. A partir dessas entrevistas, foi possível, através de mapas cartográficos, a representação dos percursos urbanos realizados pelos cidadãos do Residencial Integração. Somente assim, com base na análise nas práticas espaciais realizadas por esses cidadãos, é possível identificar o quanto abrangente/reduzida elas se apresentam, o que nos permite avaliar o grau e a qualidade das relações socioespaciais entre os cidadãos, o bairro e o conjunto da cidade.

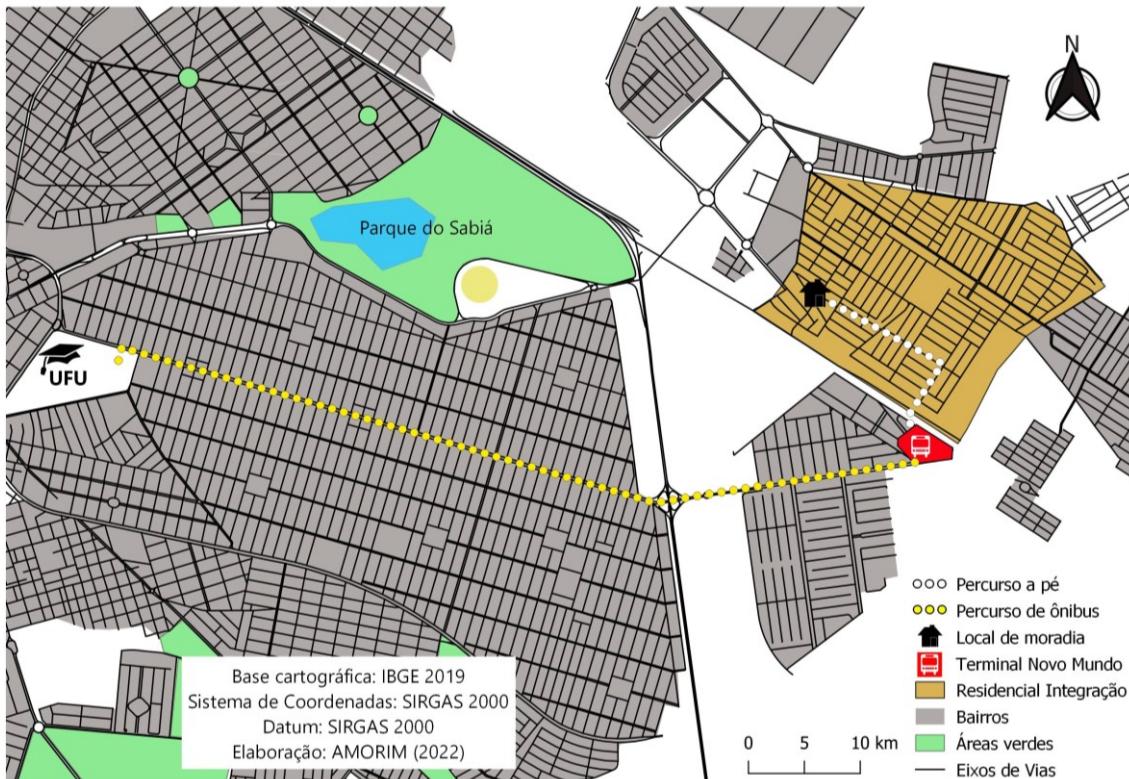
Com base nas entrevistas, o bloco 4 (Anexo I), que corresponde à forma como os cidadinos se locomovem, houve distorções entre as respostas, pois estavam intimamente relacionadas ao destino e a frequência que necessitavam se locomover. Como o objetivo nesta seção corresponde à relação entre mobilidade e trabalho, nos restringiremos, por ora, em estabelecer os percursos urbanos que se realizam com base nessas duas dimensões, de modo a permitir que no subcapítulo seguinte, que envolve consumo e lazer, também possam ser analisadas com base na mobilidade – indispensável para a realização e produção das práticas espaciais.

Quando questionados acerca do local em que trabalham, tomemos o relato de Victor, 25 anos, estudante e morador do Prosperidade:

Sou estudante na UFU desde 2018 e até hoje sofro bastante, pois tenho que pegar até três linhas [ônibus] para chegar até o Campus Santa Mônica. Pra você ter uma ideia, eu prefiro ir a pé até o Terminal Novo Mundo do que esperar um ônibus aqui na porta de casa, porque ele só passa de 50 em 50 minutos. De qualquer forma, se eu pegar ele aqui na porta de casa, ainda assim terei que esperar o ônibus T610, porque é com ele que eu desço em frente à UFU.
Victor, 25, estudante, Prosperidade.

O relato de Victor nos permite observar a complexidade que envolve seu percurso (Mapa 07). Sendo o ônibus o principal meio de locomoção, não restam outras alternativas senão espera-lo para, enfim, chegar ao local de destino: a Universidade Federal de Uberlândia. Nessa ocasião, apesar de a Universidade não se constituir diretamente como um trabalho formal para Victor, entendemos que a relação que se estabelece entre os estudos e o estágio [também realizado na Universidade], representa uma atividade laboral, pois o entrevistado além de receber proventos, também cumpre a jornada semanal de 25 horas.

Mapa 07: Percurso urbano realizado por Victor (estudante) de casa à universidade



Elaboração: AMORIM (2022)

De acordo com Victor, em linha reta, a distância entre o bairro Residencial Integração (local de moradia) e a Universidade (estudo/estágio) é de aproximadamente **cinco** quilômetros. Realizando esse mesmo trajeto utilizando-se das linhas de ônibus existentes no bairro e a baldeação necessária para chegar à Universidade, além de ocorrer um aumento de distância física, também se observa o aumento de tempo gasto na espera do transporte, tendo em vista a baixa sazonalidade da frota de ônibus no bairro em que reside, como pode ser observado a partir da oferta da frota (A630), capturado por meio do aplicativo *Google Maps*:

Figura 24:
Tempo de espera
da linha A630
(Terminal Novo Mundo)

Fonte:
Google Maps.
Acesso em 22/04/2022

A630	sentido TERMINAL NOVO MUNDO	07:46
A230	sentido DOM ALMIR	08:16
A630	sentido TERMINAL NOVO MUNDO	08:36
A230	sentido DOM ALMIR	08:49
A230	sentido DOM ALMIR	09:22
A630	sentido TERMINAL NOVO MUNDO	09:26
A230	sentido DOM ALMIR	09:55
A630	sentido TERMINAL NOVO MUNDO	10:16

Com o tempo mínimo de espera de 50 minutos entre uma linha e outra, além de provocar um excessivo desgaste ao cidadão que aguarda pelo transporte, caso se atrasse e perca o ônibus, este ainda tem de lidar com a superlotação do veículo que tem sua rota iniciada no Terminal Umuarama até alcançar seu destino final, o Terminal Novo Mundo. Em todo o trajeto, o ônibus busca passageiros dos bairros: Umuarama, Alto Umuarama, Custódio Pereira, Gran Ville, Residencial Integração, Alvorada e, por fim, o bairro Novo Mundo.

Figura 25 e 26: Linha A630 – Terminal Novo Mundo



Fonte: Leandro Alves (2018). Acesso em 22/04/2022.

Considerando o tempo de espera de cinquenta minutos do ônibus entre uma linha e outra, Victor relata em entrevista que recorre a uma segunda alternativa para garantir um acesso mais fácil à linha T610 que parte do Terminal Novo Mundo, a fim de economizar mais tempo e, assim, chegar mais rápido à Universidade, onde estuda semanalmente. Essa alternativa, considerada insegura, exige que Victor realize a travessia da rodovia BR-452 (Figura 27) a pé para sair do Residencial Integração e alcançar o Terminal, onde encontram-se outras linhas de ônibus que fazem o percurso até a Universidade. Ainda que se trate de uma alternativa mais rápida, bem sabemos que os riscos de acidentes também aumentam, pois não há adoção de medidas de segurança viária, como faixa de pedestre e nem mesmo passarelas.

Figura 27:
Rodovia BR-452 e
percurso clandestino
ao bairro Residencial
Integração, Uberlândia
(MG)



Fonte: Google Earth (2022)

Em termos de distância, a passarela mais próxima está localizada no bairro Alvorada (Figura 28), a cerca de 800 metros do bairro Residencial Integração. Apesar de se caracterizar como uma opção segura, não somente Victor, mas vários outros cidadãos relataram que preferem fazer a travessia insegura (Figura 26), pois para alcançar a passarela uma série de percalços se apresentam: ausência de calçada no canteiro da rodovia; longa distância entre o bairro e a passarela com aproximadamente 1,4 quilômetros (entre o ponto limite do bairro com a passarela, e entre a passarela e o Terminal Novo Mundo); sem contar o deslocamento que se inicia no local de moradia no bairro Residencial Integração até o limite do bairro (1km).

Em janeiro de 2022, após uma série de tentativas de diálogo com a Secretaria de Trânsito e Transportes (SETTRAN), foi questionada acerca da existência de algum projeto viário que atendesse aos moradores do Residencial Integração e também aos passageiros que descem no Terminal Novo Mundo, para evitar que continuassem sofrendo com o problema da ausência de infraestrutura viária, e assim, realizar a travessia de forma segura. A resposta foi negativa e a justificativa apoiou-se sob a justificativa de que o bairro Residencial Integração é muito novo, o que requere do poder público municipal e de suas respectivas secretárias a realização de estudos para definir quais serão as principais obras a serem realizadas no local.

Figura 28: Percurso realizado entre o bairro Residencial Integração e o Terminal Novo Mundo



Fonte: Google Earth. Elaboração: AMORIM (2022)

O segundo percurso foi realizado pela entrevistada Socorro, 46 anos, moradora do São Francisco (Residencial Integração). Reside no bairro há 20 anos com seu esposo (49 anos) e seu filho (23 anos). Ana possui ensino fundamental completo e trabalha como babá em uma casa de família no Jardim Karaiba, bairro de classe média de Uberlândia de segunda a sexta-feira. A análise do seu percurso foi baseada em um dia comum de trabalho.

Eu trabalho de segunda a sexta-feira como babá no Jardim Karaiba. Conseguí esse emprego em 2013, depois que fui demitida do meu antigo trabalho. Então pelas contas, estou nessa função [ocupação] tem uns nove anos. Eu ganho dois salários, então pra mim foi uma ótima escolha, porque antes eu ganhava só um [...] durante a semana vou de carona com meu esposo dois dias [segunda e terça], porque ele faz um caminho que me deixa perto de lá, mas o restante dos dias tenho que ir de ônibus. Não é porque andar de carro é mais confortável, sabe, mas é que quando vou de carro chego muito mais rápido, e não preciso ter que pegar três ônibus como acontece quando meu marido não pode me levar [às quartas, quintas e sextas-feiras]. Socorro, 46, Babá, São Francisco.

Distante de conceber o deslocamento de Socorro como confortável por utilizar-se de um carro, notamos que quando ela faz menção a esse meio de transporte, imediatamente é possível identificar que, para a realidade do bairro em que ela reside, ter um automóvel como meio de transporte se apoia numa posição social oposta à grande maioria das famílias locais, na qual a grande maioria da população faz uso do transporte público. No entanto, ainda que nos antecipemos julgando o núcleo familiar de Socorro como superior por fazer uso do transporte individual, é importante ressaltar que o carro em questão não é de propriedade da família, mas da empresa que seu marido trabalha.

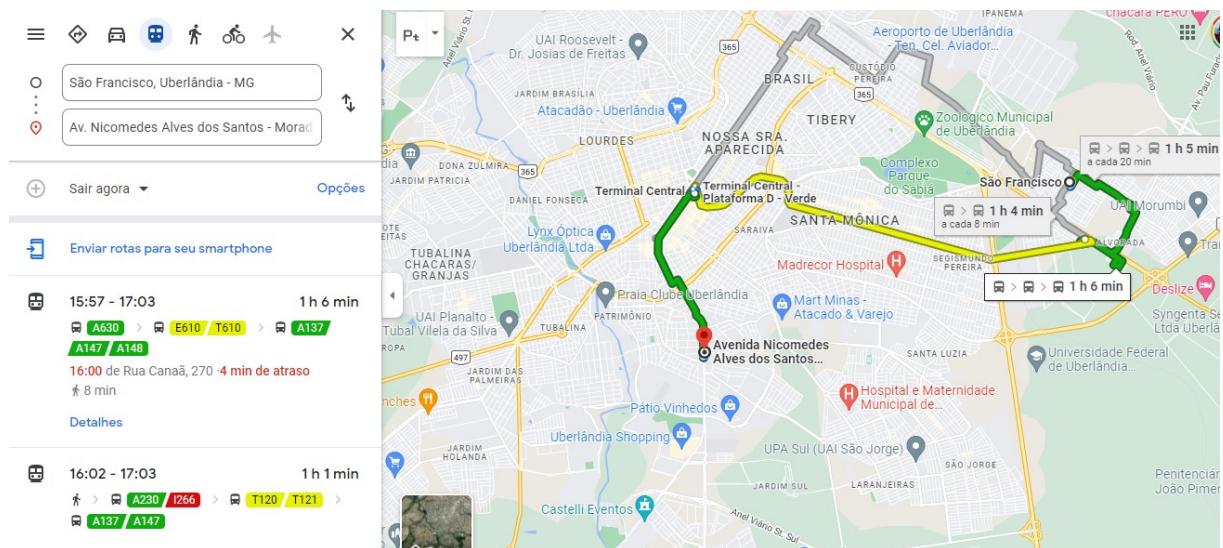
Meu marido está com o carro da empresa de segunda a sexta, porque ele trabalha como representante comercial de bebidas pela Ambev. Aí como ele atende os bairros aqui perto [Morumbi, Integração, Novo Mundo, Alvorada, etc.], não faz sentido para ele e pra empresa devolver o carro depois do expediente, que geralmente acontece por volta de 17h30, porque é nesse horário que muitos comerciantes fazem negócio, e aí como a gente mora perto, ele acaba ficando com o carro. E olha, essa informação que eu tô te passando é segredo, porque a empresa jura que só ele faz uso do carro [...] então, por favor, mude meu nome quando for escrever seu trabalho. Socorro, 46, Babá, São Francisco.

O cuidado que Socorro pede é respeitado, inclusive alterando o nome da empresa que seu esposo trabalha, a fim de garantir a segurança de todos os(as) colaboradores(as) que contribuíram relatando um pouco do seu cotidiano. O que não poderíamos deixar de enfatizar

é que a utilização do transporte da empresa que Socorro usufrui a ajuda encurtando tempo e distâncias físicas, tendo em vista que seu esposo a leva para o Jardim Karaiba de forma direta, sem a necessidade de baldeação como acontece quando ela tem de recorrer ao transporte público para chegar ao local de trabalho às quartas, quintas e sextas-feiras.

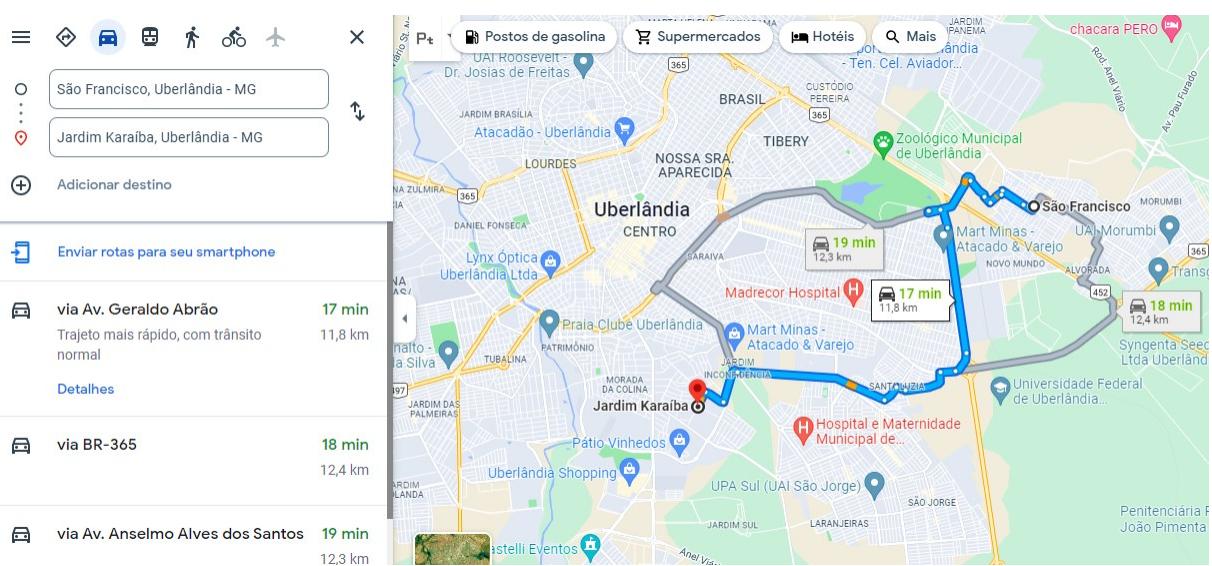
Com base na narrativa de Socorro, foi possível ilustrar uma comparação utilizando-se as duas formas de deslocamento que ela realiza a fim de estabelecer uma análise mais assertiva, como pode ser observado abaixo:

Figura 29: Percurso realizado por Socorro às quartas, quintas e sextas-feiras (Ônibus)



Fonte: Google Maps (2022)

Figura 30: Percurso realizado por Socorro às segundas e terças-feiras (Carro)



Fonte: Google Maps (2022)

No primeiro deslocamento (Figura 29), é possível observar que a distância percorrida é maior quando comparado com o segundo deslocamento (Figura 30) no qual Socorro utiliza o carro. Em números, o tempo percorrido de carro às segundas e terças-feiras, de acordo com o itinerário informado por Socorro, é de, em média, 17-20 minutos com uma distância de aproximadamente 12km entre o local de sua residência (Residencial Integração) e o local de trabalho, localizado no bairro Jardim Karaiba. O mesmo deslocamento, quando realizado sob a utilização do transporte público é variável, pois depende do tempo de espera que o ônibus leva para chegar aos terminais que Socorro aguarda às quartas, quintas e sextas-feiras.

Apesar de o tempo ser variável por causa da espera, foi possível mensurar a distância percorrida com base nas três linhas de ônibus que Socorro utiliza três dias da semana e o tempo médio que o ônibus leva para chegar ao destino final de cada baldeação:

Tabela 04: Distância física e tempo percorrido pelas linhas de ônibus (A630, T610 e A142²²)

Ônibus	A630	T610	A142	TOTAL
Distância (km)	2,3km	8,5km	3,8km	14,6km
Tempo (min)	17min	27min	15min	60min (1 hora)

A230: Dom Almir – Terminal Novo Mundo

Fonte: Google Maps

T610: Terminal Novo Mundo – Terminal Central

A147: Terminal Central – Shopping Park

Com base na tabela acima, é possível observar que às quartas, quintas e sextas-feiras Socorro gasta o tempo equivalente a três percursos de carro – sem levar em consideração o tempo de espera de cada um dessas linhas que, de acordo com a entrevistada, tende a ser maior quando está no Terminal Central, pois o horário em que inicia sua jornada de trabalho, 07h00, é um horário de pico na cidade, tendo em vista a quantidade de passageiros que se dirigem para esse terminal, considerado o de maior fluxo na cidade (Figura 31).

Apesar de o recurso utilizado (Google Maps) ter filtrado o horário diurno (Figura 29) para selecionar as linhas e identificar o tempo estimado para o deslocamento de Socorro ao trabalho, é importante destacar que não há, no bairro, nenhuma outra linha que não às identificadas na Tabela 04, como substituição, o que ratifica a análise apresentada. Além disso, com relação ao tempo estimado de cada linha também na Figura 24, apesar de nos horários

²² Essas foram as linhas mencionadas pela colaboradora Socorro durante a entrevista, o que não implica necessariamente que ela utilize outras linhas quando se encontra em um dos terminais de ônibus (Central ou Novo Mundo), a fim de chegar mais rápido ao local de trabalho.

de maior pico (segunda a sexta-feira) ocorrer um aumento de linhas, estas não apresentam considerável mudanças, pois, como foi demonstrado através do percurso de Victor, os ônibus que atendem ao bairro passam de 50 em 50 minutos – o que reforça, mais uma vez, para compreender os desafios que a população do bairro Residencial Integração enfrenta para se locomover cotidianamente na cidade.



Figura 31:
Fluxo de
passageiros no
Terminal Central de
Uberlândia (MG)

Fonte: AMORIM (2022)

O terceiro percurso utilizado como objeto de análise nesse trabalho foi realizado com a colaboração de Josefa, 53 anos, autônoma, viúva e também moradora do São Francisco. Inicialmente, ao ser questionada sobre sua profissão, relutou e informou apenas que era autônoma, sem entrar em detalhes quanto a sua profissão. No decorrer da entrevista, especialmente no campo em que se discutia mobilidade, ela relevou que tinha muitas dificuldades de entregar as encomendas, principalmente bolos aos seus clientes. Então, questionei se era doceira e ela confirmou no mesmo instante.

Tenho muita dificuldade de entregar minhas encomendas, porque como não tenho carro, acabo tendo que pedir Uber ou 99pop. Aí o que eu faço: embuto o valor do bolo com a corrida, mas nem sempre dá certo. Já tive muito prejuízo, porque os motoristas quando veem no GPS que tem que chegar aqui no [Residencial] Integração, já cancelam logo a corrida. E olha que eu pago caro por ela, e ainda assim cancelam! Vira e mexe, quando eu estou no carro às vezes pergunto para o motorista o motivo de tantos recusarem a corrida. Na maioria das vezes dizem que é por causa do bairro. E sempre pergunto: como assim "do bairro?". Eles dizem que é por causa da violência que o povo fala. E olha que aqui nem é essas coisas, gente. Deixam de ganhar dinheiro porque querem!

Josefa, 53, Autônoma, São Francisco.

O relato de Josefa é bastante representativo, pois nos antecipa três possíveis análises:

- I) O local de trabalho da entrevistada ocorre em sua própria moradia (leia-se habitat);
- II) Pelo fato de entregar as encomendas e utilizar-se dos aplicativos *Uber* e *99Pop* para realizar as entregas, enfrenta desafios no tocante à mobilidade;
- III) E também ainda sofre estigmas de violência que se relacionam com a origem do bairro (assentamentos e ocupações irregulares).

No intento de dividir essas três análises, inicialmente utilizemo-nos da primeira que está relacionada à conjugação de sua moradia com a mobilidade. Durante a entrevista, quando questionei acerca de seu trabalho – se sempre foi doceira ou se trabalhou nesse segmento –, Josefa relatou que, em função da pandemia, foi demitida do seu antigo trabalho. E como já possuía a habilidade com doces e bolos, não pensou duas vezes senão abrir seu próprio negócio, tendo em vista que, mesmo no período de isolamento social, as famílias ainda assim mantinham o interesse de comemorar, ainda que estivessem reclusos em suas moradias.

Pra mim foi um susto, eu fiquei desesperada. Como sou viúva e meus filhos não moram mais comigo, foi uma loucura! Peguei o dinheiro do acerto e comprei mais algumas coisas, porque o que acontece: eu sempre fazia os bolos e os docinhos no meu antigo trabalho e pessoal lá no início que ficava encomendando pra mim. Foi difícil, mas ao mesmo tempo foi um alívio, porque minha renda aumentou bastante durante a pandemia [...] é que o pessoal mesmo em casa não queria deixar em brancos os aniversários. E eu entendo perfeitamente. Então o que eu fiz: comecei a usar o meu perfil pra divulgar meu trabalho, entendeu? Hoje o pessoal até brinca: eita, Josefa, virou a boleira do Integração, eu não me aguento e me divirto bastante. Josefa, 53, Autônoma, São Francisco.

O apoio das antigas colegas de trabalho fez com que ela tivesse de adaptar sua casa junto ao trabalho – situação que, segundo Josefa, não se caracterizou como um problema, já que como reside sozinha, todo o ambiente foi adaptado de acordo com suas necessidades e sem causar nenhum tipo de incômodo. Todavia, relatou que tem sofrido um empecilho que, de início, não passava pela sua mente: *como fazer para entregar as encomendas se não posso carro?* A solução encontrada, de acordo com Josefa, foi utilizar-se dos aplicativos *Uber* e *99Pop*, pois ambos possuem a função “entrega”, sem que exista a necessidade de se deslocar até o local de entrega das encomendas (casas dos clientes).

No início, ao utilizar dessa opção de entrega, percebeu que um problema constantemente acontecia: as encomendas que eram entregues aos condutores chegavam no destino final com danos, principalmente os bolos que quebravam ou tinham a decoração danificada, causando prejuízos para Josefa. A solução encontrada foi ela mesma levar as encomendas utilizando da função convencional do aplicativo (corrida comum). Quando finalmente achou que o problema estava resolvido, Josefa começou a lidar com o desinteresse dos motoristas em relação às corridas que Josefa solicita, que, na grande maioria das vezes, são recusadas quando identificam no aplicativo a origem da corrida – o bairro Residencial Integração, onde Josefa reside.

Quando questionados acerca dos motivos que o fazem recusar tantas corridas, os motoristas, de acordo com Josefa, justificam relatando que a violência existente no bairro Residencial Integração é o principal motivo, pois no próprio aplicativo é comum que apareça uma *pop-up* (notificação), informando que o bairro em questão se trata de uma zona de risco. Essa zona de risco, baseada segundo indicadores das duas empresas, além de causar impactos sociais como a própria exclusão de Josefa e de muitos outros cidadãos que utilizam o aplicativo como meio de transporte, também recrudesce a criminalidade, bem como os estigmas sobre o bairro Residencial Integração.

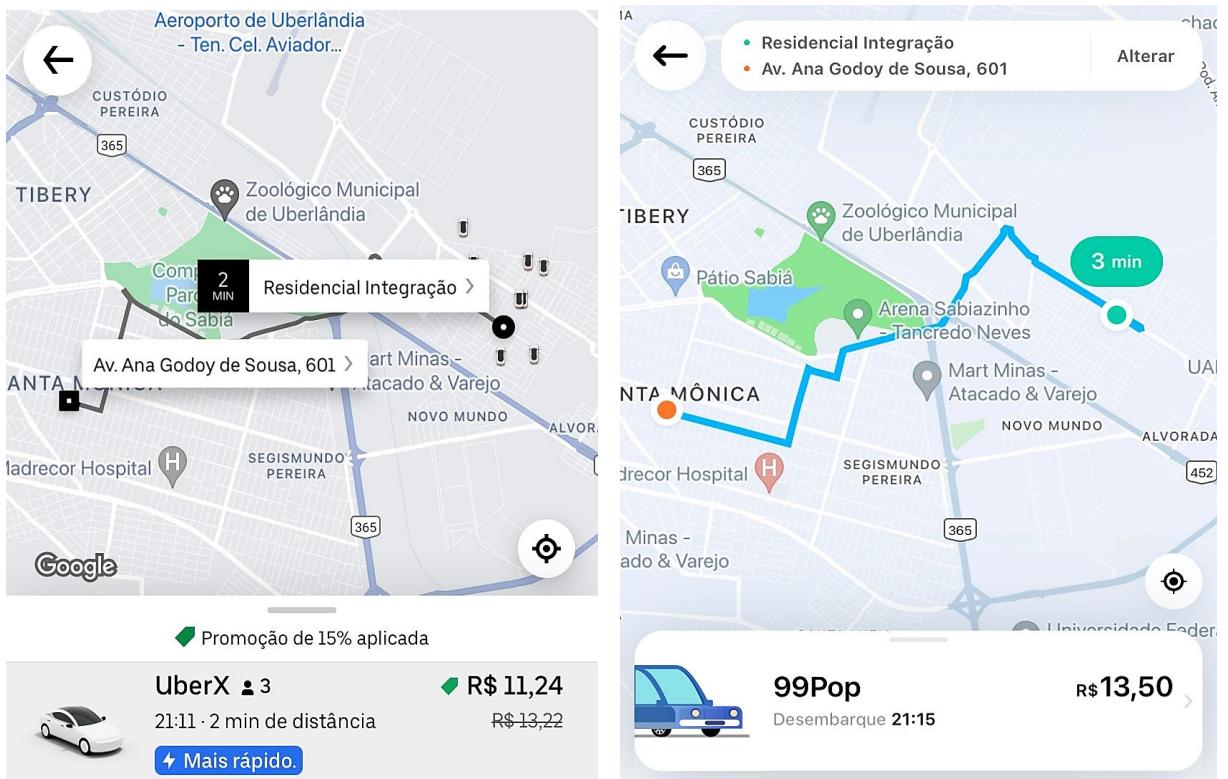
Josefa, além de enfrentar problemas como esse que se relaciona ao estigma sofrido pelo bairro, também destaca que o valor cobrado pelas viagens também a faz, em alguns casos, ter que recusar encomendas, prejudicando o seu trabalho e seus rendimentos, já que trabalha como autônoma e não é beneficiária de direitos trabalhistas, tais como INSS e FGTS, por exemplo. De acordo com o horário em que Josefa tem que levar a encomenda, o preço pode variar bastante, como relatou durante a entrevista:

O preço médio daqui do Integração até o Santa Mônica, por exemplo, custa R\$12, mas dependendo do horário eu tenho que pagar mais de R\$20. Aí se você soma a ida e a volta, já dá pra ter uma noção da despesa que tenho com transporte, né? Esse problema seria resolvido se os motoristas viessem buscar a encomenda e levasse direitinho, sem quebrar o bolo como acontece bastante, porque aí eu não teria que pagar a volta, entendeu? Josefa, 53, Autônoma, São Francisco.

Ao realizar duas simulações utilizando os aplicativos mencionados por Josefa, Uber e 99 Pop, houve uma considerável aproximação (Figura 32 e 33), fato este que ratifica a

informação revelada pela entrevistada. De modo igual, quando essa mesma simulação é realizada em horários de pico (17h00-18h00), por exemplo, o preço das corridas aumenta consideravelmente, podendo, em alguns casos, ultrapassar mais de 80% do valor original.

Figura 32 e 33: Simulação de corridas entre os bairros Residencial Integração e Santa Mônica



Fonte: Uber e 99 Pop (2022). Consulta realizada em 28/03/2022

Apesar de todos esses empecilhos, Josefa acredita consideravelmente que esses problemas podem melhorar no futuro, pois segundo ela mesma:

Aqui no bairro tem muita gente de bem, trabalhadora, e mesmo que existam pessoas que mexam com o trâfico, não devemos ser culpados pelos aplicativos (...) todos precisam garantir o ganha pão, e aqui no Integração não é diferente (...) quem sabe lá na frente com a melhoria do bairro isso pode mudar. Josefa, 53, Autônoma, São Francisco.

Nos três percursos analisados (Victor, Socorro e Josefa), foi possível identificar as dificuldades enfrentadas pelos três citadinos em seu cotidiano. Ainda que pese a singularidade de cada um dos entrevistados de acordo com a abrangente ou reduzida mobilidade dentro da cidade, manifestam-se distorções comuns que implicam nocivamente na capacidade de os citadinos se locomoverem dentro da cidade. Estabelece, deste modo, a cristalização de

desafios que se conjugam tanto pela questão envolvendo a baixa sazonalidade do transporte público em termos de oferta e de quantidade, e também dos serviços de transporte particular, tais como 99 Pop e Uber, que, apesar de atender o Residencial Integração, implica em uma série de cancelamento das corridas justificada pelo estigma da violência, como narrado por Josefa nas entrevistas.

Sabemos que esses desafios não se configuram como uma particularidade do bairro Residencial Integração, pois sabemos que em Uberlândia (MG), outros bairros, principalmente àqueles criados recentemente, tal como o Residencial Pequis, localizado no Setor Sul da cidade –, também sofre com esses problemas relativos à mobilidade, como foi analisado por Chaves (2020). Apesar de ambos os bairros serem concebidos como espaços periféricos, a diferença com o Residencial Integração se propõe em problema ainda mais nocivo: o estigma da violência. E sendo a violência utilizada como pretexto para que muitos motoristas de aplicativos, como apontado por Josefa nas entrevistas, se recusem a oferecer o serviço, observamos que se materializam distorções que estão muito além de uma separação física/territorial, mas também simbólica/subjetiva, onerando os cidadãos do Residencial Integração de se locomoverem na cidade, ainda que paguem regularmente pelo serviço.

Sendo a mobilidade urbana um direito de todo cidadão e dever do Estado, visando garantir a promoção da cidadania, da inclusão social e da qualidade de vida à totalidade da sociedade, e o trabalho, também como um direito de todo cidadão a condições justas e favoráveis de trabalho, por qual motivo os cidadãos do Residencial Integração ainda não fruem desses direitos? O que se observa, na prática, é a sujeição da lógica fragmentária no bairro e nos indivíduos e que, somada à posição social, além de afetar consideravelmente as práticas espaciais por eles realizadas, acabam por segmentar as experiências cotidianas.

Por isso, a situação econômica (condicionante), associada à área urbana por eles ocupadas (reflexo, para na sequência ser também condição), constituem um par conflituoso que implica consideravelmente na realização da mobilidade intraurbana desses cidadãos – que tende a se ampliar ainda mais quando se propõe analisar outras dimensões objetivas e subjetivas, tais como o consumo e o lazer.

3.2.3. Consumo e Lazer

Partindo do pressuposto de que a vida cotidiana é o lugar do consumo, reconhecemos que, de um lado, ela se apresenta como banalidade e repetição (GOES; SPOSITO, 2017, p.51); por outro, é invadida pelos meios de comunicação em massa que a torna um simulacro do mundo e de participação num mundo associado ao "prazer de comprar", do qual parcela significativa da população brasileira vem sendo cada vez mais excluída - e, de modo igual, acometendo os citadinos do bairro Residencial Integração.

Analisando inicialmente as principais avenidas e ruas do bairro Residencial Integração (Figura 34), é possível observar com destaque a Avenida Solidariedade, a principal de todo o bairro, que praticamente cruza todo o bairro – explicada pelos seus dois quilômetros de extensão. Nela, localizam-se comércios e serviços, fazendo com que se apresente como a via de maior circulação de motocicletas, bicicletas, carros e pedestres, o que contribui para que ocorra um constante movimento de lojistas, consumidores e estudantes, de modo geral.

Figura 34:
Avenida
Solidariedade,
bairro Residencial
Integração,
Uberlândia (MG)



Fonte: Google Maps (2021)

Toda essa concentração de atividades comerciais e de serviços, considerada cada vez mais crescente de acordo com a população local entrevistada, é resultado de uma série de fatores: facilidade ao crédito, conjugação do ambiente residencial com o comercial, amenidade locacional em detrimento das ruas que não se apresentam com o mesmo fluxo de consumidores, entre outros. No entanto, é de grande importância identificar, na escala do bairro, quais são as principais atividades que se localizam a fim de concebê-las, ou não, como suficientes para atender a população local.

De acordo com as pesquisas de campo realizadas, o bairro Residencial Integração apresenta uma considerável variedade de atividades comerciais e de serviços, mas que, no entanto, se apresentam em descompasso com a extensão do bairro.

Tabela 05: Principais atividades comerciais e de serviços no bairro Residencial Integração

Bairro/Divisões	Residencial Integração				
	Dom Almir	Prosperidade	São Francisco	Joana D'Arc	Jardim Sucupira
Supermercados	1	0	0	2	1
Farmácia/Drogaria	0	0	0	4	1
Restaurantes/Lanchonetes	1	1	0	6	0
Açaí/Sorveteria	1	0	0	2	1
Barbearia/Salão de Beleza	3	0	0	2	1
Serviços automotivos	0	0	1	1	2
Vestuário e afins	3	0	1	3	1

Fonte: AMORIM (2022)

Analizando a tabela acima, é possível observar que as áreas correspondentes ao Prosperidade e São Francisco são, respectivamente, àquelas que menos dispõem de atividades comerciais e de serviços quando se compara com o Dom Almir, Joana D'Arc e Jardim Sucupira. A justificativa, com base nas pesquisas de campo, apoiou-se na disposição das ruas e das principais avenidas, cuja maior circulação de pessoas e de automóveis ocorre principalmente na Avenida Solidariedade – que cruza praticamente todas as áreas, com exceção do Prosperidade, que está localizado às margens da rodovia BR-452.

Figura 35 e 36: Supermercado e Açougueira na Avenida Solidariedade (Residencial Integração)



Fonte: AMORIM (2021)

Ainda que ocorra a concentração de atividades em uma única avenida do bairro, foi de fundamental importância observar, com base nas entrevistas realizadas, que a grande maioria da população recorre a esses estabelecimentos por um principal motivo: a distância

entre o local de moradia e o serviço/comércio. No entanto, apesar de em Uberlândia existirem outros estabelecimentos comerciais e de serviços, é somente na escala do bairro que os citadinos do Residencial Integração ainda têm a opção de recorrer a formas de pagamentos diferentes daquelas convencionais e usualmente utilizadas na atualidade, tais como: à vista, crédito, débito, cheque e PIX, por exemplo.

Adriana, 21 anos, mãe-solo e moradora do Dom Almir, relata que antes da pandemia de COVID-19, quando morava com sua mãe (*in memoriam*) era comum se deslocar até o *Carrefour* ou mesmo no Megamix (redes de supermercado) para realizar compras, pois utilizavam do vale alimentação no valor de R\$ 550 reais que sua mãe recebia mensalmente. Após perder sua mãe, entrou em desespero, pois não sabia como lidar com a responsabilidade do lar, de seu filho de dois anos e com ausência inesperada da mãe – uma vítima dentre as mais de 600 mil de COVID-19 no Brasil.

Depois que perdi minha mãe as coisas ficaram muito difíceis. Eu lembro desde pequeninha quando a gente veio morar aqui ela lutou muito pra que a gente tivesse o nosso barraco! Perder ela foi um baque pra mim... pra você ter ideia, os R\$ 550 do vale alimentação que ela recebia do trabalho ela dedicava uns R\$ 250 pra comprar as coisas do meu filho recém-nascido... hoje as coisas mudaram muito. Eu ralo bastante sozinha [...] só eu e Deus. Os preços subiram demais. Eu moro sozinha atualmente e o custo é alto. Carne mesmo eu não compro tem mais de seis meses, depois que meu auxílio acabou. Só entra frango e ovo aqui em casa. E quando compro frango, o homem do açougue ao lado que vende pra mim e ele espera todo início de mês até o meu dinheiro do bolsa [família] cair. Adriana, 21, desempregada, Dom Almir.

As condições socioeconômicas de Adriana, além de retratar uma situação explícita de pobreza e de abandono, justificada pela perda recente de sua mãe e também do pai da criança – o qual, apesar de não ter sido mencionado, não a ajuda nas despesas da casa e nem mesmo na criação do filho –, revelam também um outro desafio que se explica pela relação entre a segmentação do consumo e a forma de pagamento utilizada para adquirir alimentos, como a carne de frango, citada na entrevista. Quando Adriana destaca “*ele espera todo início de mês até o meu dinheiro do bolsa família cair*”, observamos que a forma de pagamento firmada entre ela e o comerciante é realizada sem o pagamento prévio até o início do mês subsequente, quando recebe os proventos estatais oriundo do Governo Federal.

No entanto, apesar de a condição socioeconômica não se constituir como um objeto direto de análise, esta foi de fundamental importância na identificação de fragilidades que muitos(as) entrevistados(as) sofrem cotidianamente, como se observou com a situação de Adriana. Quando questionada se tinha alguma outra fonte de renda que não fosse o bolsa família, Adriana revelou que recebia cestas básicas do grupo Ação Moradia e, assim, compensava a manutenção da alimentação junto com seu filho.

Quando questionada acerca do lazer, Adriana responde afirmando que seu lazer se resume ficando em casa cuidando de seu filho, assistindo televisão ou jogando baralho com as amigas vizinhas na calçada de casa.

Eu não gosto muito de sair de casa, então fico muito aqui cuidando do meu filho. Quando era solteira e não tinha filho, ainda saia até a escola com o ônibus que a prefeitura dava, mas depois que terminei ganhei o bucho [engravidiei] (...) minhas amigas aqui da vizinhança me ajudam muito também e aí duas delas estudaram comigo. A gente joga sempre baralho aqui na calçada. Às vezes minha irmã que mora em Goiatuba vem pra Uberlândia e fica aqui em casa, aí ela sempre traz uns mantimentos e também fica um pouco com meu filho. Como ele é muito novo, ainda não tenho coragem de deixar ele na creche, entendeu? Adriana, 21, desempregada, Dom Almir.

Muito além do habitat, o relato de Adriana nos permite entender a quanto excluída ela está sobre a cidade em que reside, pois, com base nas experiências cotidianas por ela vivenciada, que inclui o consumo, observamos que o lazer, elemento inerente ao direito à cidade e, portanto, à urbanidade, é estritamente negado, justificado pelo fato de não ser possuidora de nenhuma outra opção que não seja permanecer no *habitat* em que reside. Além disso, dos poucos recursos que possui, estes são insuficientes para a manutenção das despesas comuns, que inclui a compra de medicamentos, fraldas e alimentos para o seu filho, pois, de acordo com Adriana, seu filho é portador de poliomielite²³ (paralisia infantil).

Kennedy, 39 anos, morador do Jardim Sucupira relata que desde o ano de 2014, quando passou a morar no bairro, tem observado melhorias significativas, mas que não acompanham a real necessidade dos citadinos localmente. Um desses exemplos, de acordo

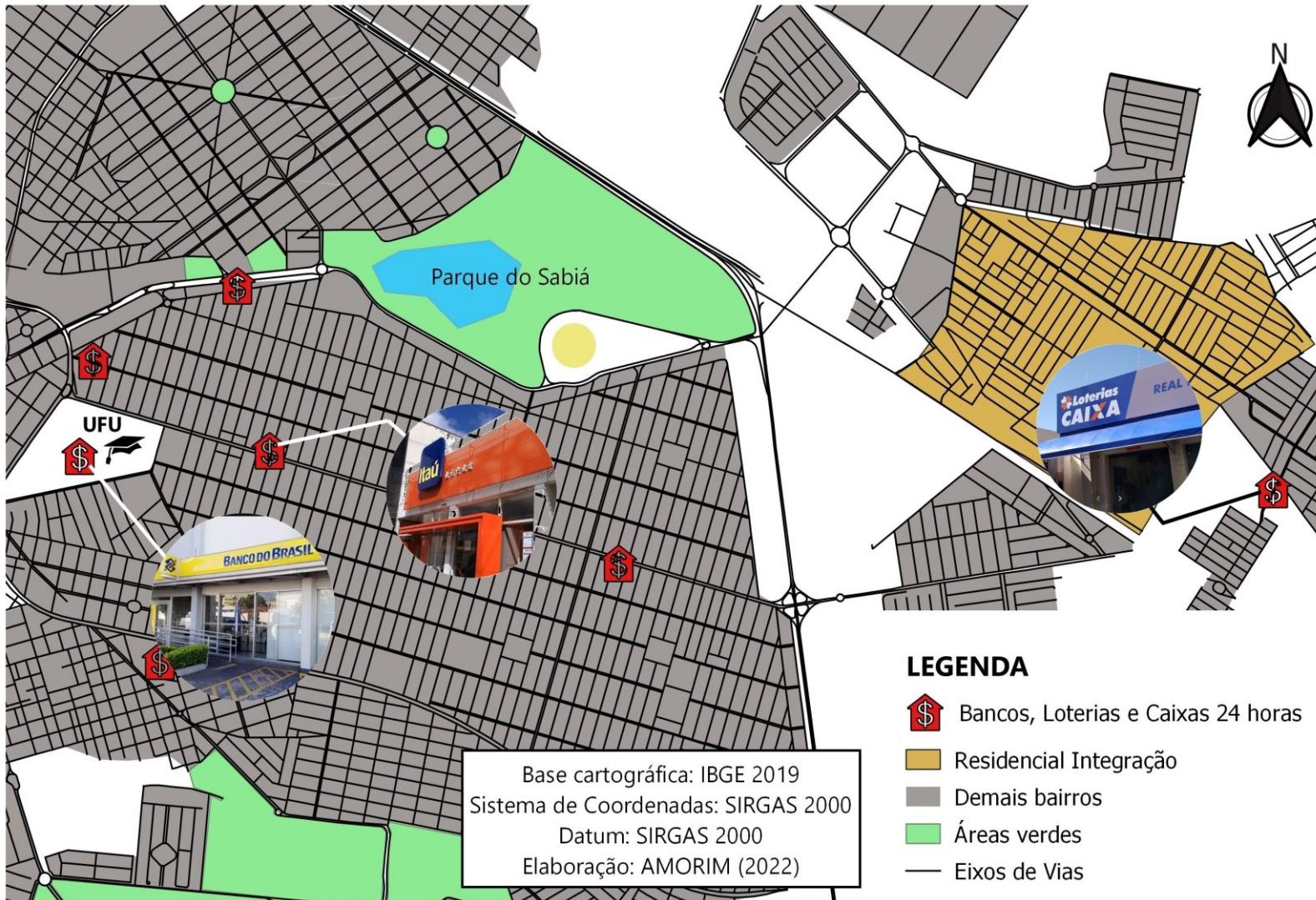
²³ Após a realização dessa entrevista, entramos em contato com o representante dos moradores e a Ação Moradia manteve contato com Adriana, com a qual passou a manter contato frequente e entrou na lista de beneficiárias da ONG recebendo, mensalmente, alimentos e demais itens necessários para os cuidados de seu filho.

com Kennedy, está no fato de ter de se locomover para o bairro vizinho, Morumbi, para realizar um pagamento de um boleto, por exemplo.

É extremamente difícil... não é porque o bairro é novo que a gente tem que ser esquecido, entendeu? Tantos bairros menores que esse tem uma infraestrutura melhor e a gente aqui ainda fica esperando que a prefeitura instale uma lotérica aqui. Pra fazer isso, tenho que ir até o Morumbi. E mesmo que ele seja perto, é a única lotérica que tem aqui perto [...] então você já imagina como deve ser a fila... quando é a primeira semana do mês que todo mundo recebe, dificilmente você passa menos de uma hora na fila... é uma coisa absurda! Kennedy, 39, garçom, Jardim Sucupira.

O descontentamento expressado por Kennedy reforça o distanciamento que o bairro Residencial Integração sofre diante da ausência de infraestruturas consideradas basilares para qualquer cidadão, independentemente de sua origem, CEP ou endereço. Com relação à ausência de loterias, foi possível identificar por meio das atividades de campo que, de fato, não há a presença de nenhuma atividade bancária no Residencial Integração. A única lotérica mais próxima está localizada no bairro vizinho Morumbi, a cerca de 1km de distância (Mapa 08) do local de moradia de Kennedy (Jardim Sucupira).

Mapa 08: Uberlândia (MG) – Atividades bancárias (Lotéricas, Agências Bancárias e Caixas 24h)



Elaboração: AMORIM (2022)

Com base no mapa acima, é possível identificar que depois do Morumbi, o outro bairro que dispõe de atividades bancárias é o bairro Santa Mônica – distante não somente do Morumbi, mas também de uma considerável quantidade de bairros no Setor Leste, incluindo o bairro Residencial Integração – objeto de análise desse trabalho. Estabelece-se, desse modo, desafios que coabitam na prevalência não somente envolvendo o consumo de serviços, isto é, utilizar-se do espaço urbano como produto dos fixos e fluxos que nele se manifestam e, portanto, consumindo-o, e também na prevalência da mobilidade, uma vez que Kennedy, assim como os demais cidadãos do Residencial Integração, necessitam se locomover para outros bairros, tal como o Santa Mônica para uma atividade bancária (bancos e afins).

De modo igual, quando Kennedy é questionado acerca de seu lazer: para onde vai, com qual frequência, ou, ainda, como faz para se locomover até o local, nos é respondido que, pela distância entre o local de moradia e o local onde pratica lazer, acaba preferindo ir semanalmente ao Parque do Sabiá (Fotos 37 e 38) para correr e passear com sua esposa e seus filhos durante os finais de semana, já que de segunda a sexta-feira trabalha como garçom em um restaurante localizado no Centro de Uberlândia.

Figuras 37 e 38: Parque Municipal do Sabiá (Uberlândia – MG)



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. Acesso em 27/04/2022.

A distância entre o Parque do Sabiá e o bairro Residencial Integração é relativamente curta (2km), fato este que leva muitos cidadãos não somente do bairro, mas também de outros adjacentes escolherem essa área da cidade para o exercício de atividades de lazer. Como alternativa, Kennedy também recorre ao Center Shopping para, junto com sua família, irem ao cinema e aproveitam para fazer um lanche na praça de alimentação.

Não é sempre, mas quando meus filhos e minha esposa queremos comprar alguma coisa no shopping, aproveitamos pra ir no cinema e a gente come na praça de alimentação do Shopping do Santa Mônica [Center Shopping Uberlândia]. Mas é como eu disse: não é sempre, porque as coisas estão muito caras e de nada adianta ir no shopping pra se divertir e não comprar pelo menos uma casquinha de sorvete. Kennedy, 39, garçom, Jardim Sucupira.

O relato de Kennedy é bastante representativo, pois, ao mesmo tempo em que utiliza o shopping para a realização de práticas de lazer, como ir ao cinema e à praça de alimentação tomando o espaço do shopping como um ambiente – diga-se de passagem – “público”, imediatamente denega o sentido que esse mesmo espaço representa. Afinal, sendo o shopping um espaço de consumo, o qual, de certa forma, incentiva a permanência, ao mesmo tempo não conduz a espontânea sociabilização, afinal, o consumo é um ato eminentemente individual e, portanto, condicionante à permanência em espaços como esse (ALVES, 2020).

Observamos, assim, que a vivência, a percepção e as representações também se alteram de acordo com a condição socioeconômica dos cidadãos, os quais se entrelaçam no estabelecimento do local, em que dia da semana e com qual frequência vão utilizar-se da cidade para a realização de práticas espaciais ligadas ao lazer. É importante ressaltar, outrossim, que a segmentação do acesso vivenciado por Kennedy não se resume em ambientes externos ao bairro em que reside, mas no interior dele também, pois é identificada a carência de infraestrutura urbana de espaços públicos de lazer, o que nos revela, deste modo, a cristalização de um espaço de resistência para uma grande maioria dos cidadãos que acabam não vivenciando as mesmas experiências (Figura 39 e 40).

Figuras 39 e 40: Crianças utilizando o espaço das ruas para a prática de lazer (Residencial Integração)



Fonte: AMORIM (2022)

Em termos de espaços livres e públicos formais, o bairro Residencial Integração conta somente com uma quadra poliesportiva pertencente à EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) que, de acordo com a diretora da escola, é cedida ao público externo das 18h00 até às 21h00 (contraturno do horário da escola), onde o público pode utilizar do espaço para realizar atividades de forma livre, e também aos sábados até às 22h00. No entanto, o que mais se observou durante os trabalhos de campo foi uma significativa quantidade de crianças ocupando lotes privados desocupados, caracterizados por espaços informais, além das ruas onde praticavam brincadeiras como bolinhas de gude e pipa (Figuras 41 e 42), por exemplo.

Figuras 41 e 42: Crianças brincando nas ruas e em lotes privados do Residencial Integração



Fonte: AMORIM (2022)

Essas observações se agravam ainda mais quando conversamos com Osvaldo, aposentado, 64 anos, morador do Joana D'Arc. Osvaldo revelou durante as entrevistas que reside com sua esposa e seus dois filhos – os quais também são casados –, que por ser aposentado e beneficiário do INSS, acaba transferindo a responsabilidade de resolver problemas do lar para os filhos, tais como: realizar pagamentos de boletos (água, energia, IPTU, etc.), mas principalmente compras de alimentos, limpeza e de higiene pessoal. Estes últimos, de acordo com Osvaldo, tem sido cada vez mais desafiador, pois, como nos foi relatado:

Geralmente quando minha mulher e meus filhos vão fazer as compras do mês, eles vão no Dial [supermercado local], mas esse supermercado nem tem tudo, e aí eles acabam preferindo ir no SuperMax ali no Morumbi, e aí vão de carro mesmo por causa do peso e da distância. Mas é complicado, porque aqui mesmo no bairro eles só aceitam no débito ou nesse tal de pix que todo mundo usa. E como a gente prefere o crédito pra dar conta de pagar outras despesas, como o meu plano de saúde, aí meus filhos e minha mulher vão lá no Morumbi ou então no Carrefour, mas esses aí são mais difíceis, porque são longe e também gasta mais

gasolina [...] então você economiza um pouco, mas gasta na gasolina. Eu só não vendi esse carro ainda porque quem usa mesmo são meus filhos, porque pra mim ele nem tava mais nessa garagem. Eu nem saio de casa, você tá vendo essa muleta? Fico aqui sentado aqui o dia todinho no terraço. Osvaldo, 64, aposentado, Joana D'Arc.

Aliado ao consumo, a narrativa de Osvaldo nos possibilita compreender as dificuldades que ele e seu núcleo familiar enfrentam quando têm de recorrer ao supermercado para realizar compras mensais, que incluem alimentação, produtos de limpeza e de higiene pessoal. Na condição de aposentado e beneficiário do INSS, possui despesas muito elevadas quando justifica a reserva de uma grande parte do salário para cumprir com o pagamento do plano de saúde (particular), enquanto a outra parte é utilizada com despesas do lar.

De acordo com as experiências que seus filhos e esposa vivenciam, o supermercado local do bairro somente aceita duas formas de pagamento: à vista ou no débito, fazendo com que somente as despesas básicas sejam compradas nesse estabelecimento. Por isso, quando seus filhos resolvem fazer compras grandes – geralmente as mensais –, estes recorrem a grandes supermercados, como o SuperMaxi (Figura 44), localizado no bairro Morumbi – ou, ainda, o hipermercado Carrefour (Figura 43), localizado no bairro Tibery, que aceitam todas as formas de pagamento, incluindo crédito, cheque pré-datado e PIX, por exemplo.

Figura 43 e 44: Uberlândia (MG) – Hipermercado Carrefour e Supermercado SuperMaxi



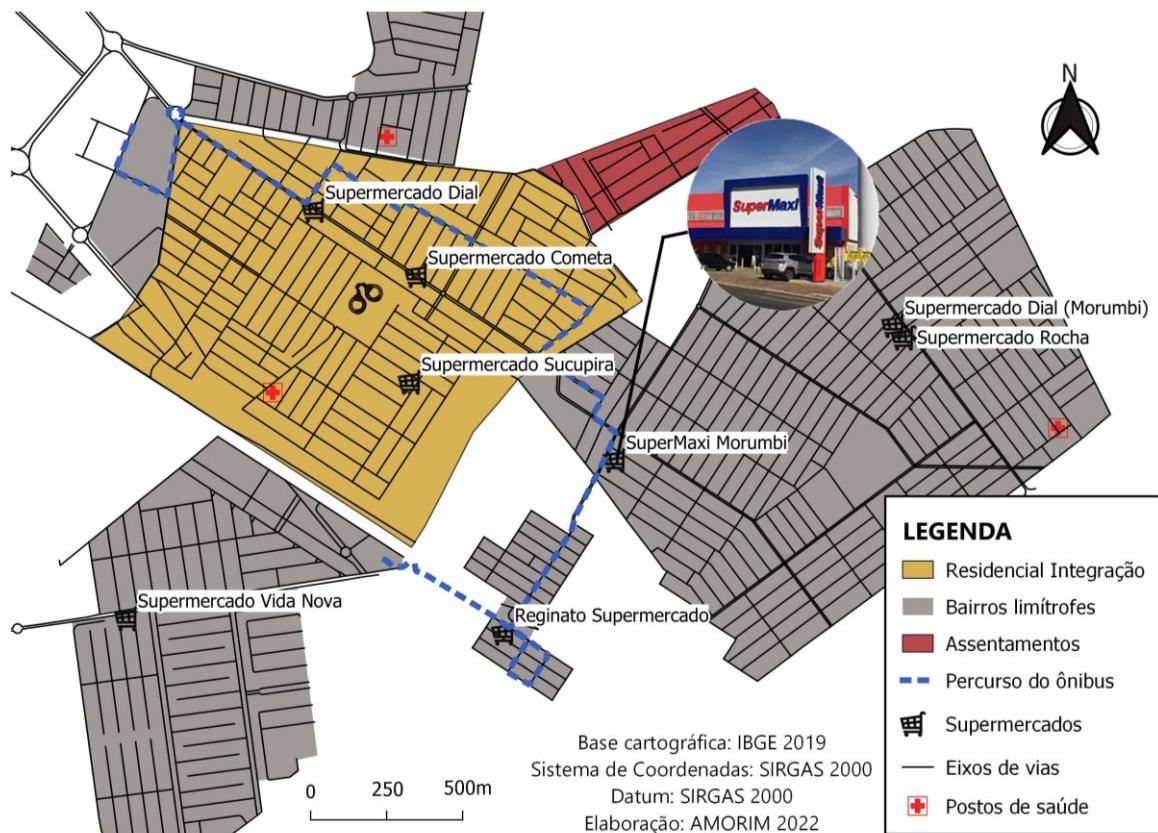
Fonte: Google Earth (Captura). Acesso em 24/04/2022

O consumo de Osvaldo configura-se, desse modo, de acordo com as possibilidades que os dois supermercados mais distantes oferecem, o que, no entanto, exige do consumidor a necessidade de se deslocar para outros pontos da cidade, como no Morumbi – supermercado SuperMaxi – e no bairro Tibery – hipermercado Carrefour (o de maior porte em Uberlândia).

Nota-se, assim, os desafios que a população do bairro, bem como os comerciantes vivenciam: de um lado, os citadinos do Residencial Integração não dispõem de grandes opções, pois, já que uma considerável maioria da população não dispõe de carro particular, acabam tendo de recorrer aos supermercados locais e se submeterem a formas limitadas de pagamento (à vista ou débito); do outro lado, os comerciantes locais adotam somente essas duas formas de pagamento pelo fato de não possuírem uma infraestrutura tão robusta como ocorre com as grandes redes de supermercado, além de que, segundo os proprietários, são cobradas taxas de coparticipação pelas maquininhas de cartão de crédito.

Observada a ausência supermercados de grande porte que, geralmente, oferecem à população preços e produtos variados, muitos citadinos do Residencial Integração se locomovem para outros bairros da cidade para encontrar outros estabelecimentos (Mapa 09).

Mapa 09: Uberlândia (MG) – Supermercados localizados no bairro Residencial Integração e adjacências



Elaboração: AMORIM (2022)

No entanto, sendo o deslocamento um outro desafio que afeta a grande maioria desses citadinos, considerando que uma grande maioria não possui transporte individual e que também sofre com a baixa sazonalidade do transporte público, muitos acabam tendo que se

utilizar de meios convencionais, como se deslocar a pé ou de bicicleta, ainda que esses estabelecimentos se localizem em longas distâncias.

Outros elementos que se conjugam ao consumo também podem ser analisados afundo nessa pesquisa como a educação, por exemplo. Sendo o consumo do espaço atrelado à prática espacial e, ainda, inerente ao cotidiano, a educação se constitui como mais um objeto de análise, apesar de este não ser o principal objetivo do trabalho. Apesar disso, em algumas entrevistas, foi observada a chegada de adolescentes que estavam retornando da escola entre 16h00 e 17h00, enquanto nos dias em que as entrevistas foram realizadas mais cedo, também se observou a chegada de adolescentes entre 11h30 e 12h30. Nesse sentido, aproveitando-se da chegada dessas crianças e adolescentes, questionamos sobre onde estudavam e as respostas, mais uma vez, contribuíram para assinalar o quanto o bairro Residencial Integração sofre o processo de fragmentação socioespacial:

Esse mais velho que tá chegando agora tá no segundo ano [Ensino Médio]. Ele sai de casa cedo, porque nem aqui no Integração e nem no Morumbi tem escola pra ele. As únicas escolas que tem aqui só ofertam até o 9º ano, daí ele tem que ir a pé até o Alvorada [bairro vizinho]. Kennedy, 39, garçom, Jardim Sucupira.

Quando Kennedy é questionado acerca da forma como seu filho faz para chegar à escola, ele afirma que paga mensalmente um serviço de transporte particular, pois tem muito receio dos riscos de acidentes envolvendo a rodovia BR-452 e os limites entre os bairros Residencial Integração e a escola do filho, localizada no bairro Alvorada.

Até hoje fico me perguntando porque a prefeitura não construiu uma passarela entre o Integração e o Novo Mundo – onde se localiza o Terminal de mesmo nome. Não é só as crianças que fazem a travessia, mas também os adultos, porque se a gente for mesmo seguir em linha reta até a passarela “mais próxima” vamos gastar mais de 20 minutos a pé até o Alvorada. É desrespeitoso. É por isso que eu prefiro pagar a van [transporte] para os meus dois filhos chegarem com segurança na escola. O gasto é alto, mas é melhor gastar do que sofrer um acidente. Kennedy, 39, garçom, Jardim Sucupira.

Ainda que pese, mais uma vez, a problemática envolvendo a mobilidade, o que não se pode deixar de destacar é a ausência de infraestruturas básicas, como a de uma escola de ensino médio para atender não somente os filhos de Kennedy, mas também um grande contingente de adolescentes que carecem de um ambiente para estudar. A alternativa mais

próxima, como pôde ser observado, localiza-se no bairro vizinho Alvorada na Escola Estadual Lourdes de Carvalho – que, apesar de “próxima” (a depender da área em que a moradia se localiza no bairro Residencial Integração) – recai em um obstáculo: a rodovia BR-452, onde os riscos de acidentes são altos, tendo em vista a alta velocidade que os transportes se movem com aproximadamente 70km/h.

A soma de todos esses atributos revela o processo de exclusão com qual a população do bairro Residencial Integração se insere, bem como acentua e dificulta as desigualdades existentes, ainda que o bairro seja reconhecido desde o ano de 2014, após aprovação da gestão municipal. Assinala-se, deste modo, que o direito à cidade, enquanto totalidade de direitos sociais e, portanto, representação do acesso às infraestruturas urbanas, não se apresenta para todos os estratos sociais de forma equânime. As áreas urbanas periféricas ocupadas pelos cidadãos, conjugada à fragmentação socioespacial imposta, são decisivas nesse contexto.

Nesse sentido, a forma como os cidadãos do Residencial Integração interage e constrói a visão de si e dos outros moradores que habitam outros bairros, no conjunto da cidade, é atravessada por uma série de representações excludentes, tal como acontece com a demarcação socioeconômica, por exemplo. Foi muito comum observar a partir da narrativa dos moradores do Residencial Integração a dificuldade de acesso justificada não apenas pela dificuldade de mobilidade, como já descrito em linhas anteriores, mas na impossibilidade de se locomover e de estar em outros ambientes da cidade por questões socioeconômicas. O peso dessas entrevistas denota o quanto um bairro – leia-se território urbano –, (des)integrado à cidade, encontra-se distante socialmente das possibilidades, dos timbres, da harmonia que tanto Lefebvre (1991) aspirava para que todos os cidadãos tivessem em seu cotidiano.

Aos cidadãos do Residencial Integração, todavia, restam-lhes como produto desigual do espaço urbano a limitação das práticas espaciais, o menor grau de apropriação do espaço urbano e, consequentemente, a redução dos direitos que deveria envolver qualquer cidadão, independentemente de sua origem, renda, etnia ou religião: o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procuramos fornecer elementos que contribuissem com a reflexão acerca do processo de fragmentação socioespacial em Uberlândia, tomando como objeto de estudo o bairro Residencial Integração, cuja história de formação se inicia no limiar dos anos 1990, ainda sob a forma de assentamentos e ocupações urbanas irregulares. Nesse sentido, buscamos apresentar, por meio de cinco dimensões analíticas objetivas e subjetivas (*habitat*, trabalho, mobilidade, consumo e lazer) as relações socioespaciais que se produzem de modo comparativo entre a escala local (bairro) e o conjunto da cidade. Para isso, foram relacionadas as práticas espaciais que se estabelecem no cotidiano dos citadinos do Residencial Integração, objeto de estudo.

Com ritmos e intensidades distintas, além de práticas próprias, a fragmentação socioespacial tem sido evidenciada em cidades tanto de porte médio quanto em cidades que estão em fase de transição, como Uberlândia (MG), constituindo, assim, um processo que não se resume aos espaços urbanos de padrões metropolitanos. Além disso, apesar de uma série de pesquisadores da Geografia Urbana utilizarem desse processo para analisar estratos sociais de classe média e alta, como aqueles que residem em condomínios residenciais fechados, é de fundamental importância destacar que a fragmentação socioespacial não apenas afasta, mas exclui citadinos de bairros periféricos, especialmente àqueles que, por não haver grandes alternativas, acabam residindo nas franjas da cidade.

O conteúdo que se extrai na leitura do processo de fragmentação, além de conduzir a incapacidade que muitos citadinos sofrem, justificada pela (in)experiência urbana, também os tornam invisibilizados de toda a metamorfose que envolve o espaço urbano em suas múltiplas escalas, que incluem aspectos sociais, econômicos, políticos e, fundamentalmente, culturais. Restringir, pois, um citadino de todos esses elementos, significa torná-lo inapto, desconhecido ou, ainda, estranho à cidade em que reside. Como foi mencionado na redação do presente trabalho: ainda que o citadino do Residencial Integração faça parte da cidade, este não se sente pertencente a esta, uma vez que suas experiências urbanas se limitam à escala local, pelo menos para uma maioria significativa dos moradores.

Por meio das entrevistas e das pesquisas de campo, foi observado que alguns entrevistados teceram grandes elogios sobre o bairro – relatando que gostavam de morar nele, que não era violento, que se tratava de um ambiente familiar, calmo, etc. No entanto, ainda que reconheçamos a liberdade de conferir voz a esses citadinos, bem sabemos que por detrás de uma série de adjetivações positivas se revela uma exclusão estrutural sem que eles mesmo a percebam. Para os estratos sociais de baixo poder aquisitivo, como os citadinos do Residencial Integração, o acesso à moradia está fortemente vinculado ao simbolismo de realização material, de sensação de segurança familiar. Posto isso, para esses moradores, o usufruto de um *habitat* não somente atende, como também supera tudo aquilo que, em tempos remotos, não fazia nem mesmo parte do seu imaginário social.

Em outras palavras, significa dizer que, para quem sempre viveu no limiar da pobreza urbana, da insuficiência do acesso à moradia, do trabalho, da renda, etc., e, hoje, ter acesso a um ambiente que pode ser chamado de seu, constitui-se uma conquista mais do que

satisfatória – na visão dos citadinos. O que não se pode deixar de lembrar é que o direito à cidade não se apoia unicamente no acesso à moradia; mais que isso, significa ter acesso à urbanidade, aos timbres do espaço urbano, à mobilidade, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer, isto é, a fruição plena do espaço por todos, sem distinção – direitos esses que, todavia, são violados a uma grande maioria da população brasileira, e em especial, aos citadinos do Residencial Integração.

Essa violação de direitos, quando analisada por meio das práticas espaciais segmentadas, produzem um cotidiano diminuto que afeta consideravelmente o modo de vida dos citadinos, pois, na prevalência de dificuldade de mobilidade para o trabalho, para a escola, para o consumo, para o lazer, ou ainda, para o *habitat*, constitui-se um rompimento das relações para além da escala do bairro, reforçando o processo de fragmentação socioespacial. Na conjunção de todos esses elementos, observamos que se configura um distanciamento que está para além de um afastamento territorial/físico do bairro em relação à cidade, como também se desdobra no aprofundamento de diferenças ao ponto de estilhaçar a rede de relações entre diferentes estratos sociais no conjunto da cidade.

Na atualidade, é descabido atribuir o Residencial Integração a uma favela ou um assentamento – apesar de este ter se originado dessa forma –, no entanto, é importante enfatizar que o bairro se caracteriza como um ambiente ignorado e marcado pela ausente atenção do poder público municipal. Apesar de na Avenida Solidariedade (a principal do bairro) existir uma série de comércios e de serviços, estes não podem ser classificados como critério de qualidade de vida e de infraestrutura à população local, uma vez que a garantia de consumo nesses estabelecimentos ocorre por meio do acesso à renda. Além de que, verificada à ausência do Estado na criação de infraestruturas adequadas à população local, o que se observou foi que competiu aos citadinos do bairro a responsabilidade de tornar o seu território (leia-se *habitat* – o bairro) adequado às suas necessidades, como foi observado a habitual adaptação de casas geminadas ao comércio, à prestação de serviços, entre outros.

Nesse sentido, observamos como a produção desigual do espaço e, especialmente, a produção de descontinuidades (espaciais e simbólicas) do tecido urbano, auxilia na constituição da fragmentação socioespacial. Estabelece-se, assim, *habitats* segregados, apartados do todo social, locais onde os citadinos permanecem, de certo modo, cativos de seu espaço, uma vez que as dimensões da vida urbana, tal como às escolhidas para compreender

as práticas espaciais (*habitat*, trabalho, mobilidade, lazer e consumo), reforçaram a hipótese apresentada no presente trabalho, impedindo uma interação para com o resto da cidade.

Por último, e não menos importante, o que se observou de forma explícita foi a herança depreciativa que os cidadinos ainda sofrem com relação à forma como tiveram o acesso à moradia. Para muitos, ainda é frequente a narrativa de pessoas que não residem no bairro afirmarem que o Residencial Integração se trata de um ambiente violento, onde o tráfico de drogas circula facilmente – sugerindo que a causa da pobreza desse bairro existe por culpa dos próprios cidadinos, o que torna ainda mais nocivo o processo de fragmentação socioespacial e cada vez mais distante de ser superado.

Para se alcançar uma maior equidade territorial, é necessário o investimento em bairros periféricos, como o que se analisa nesse trabalho: o Residencial Integração - que, na verdade, mais se trata de uma integração (des)integrada. Além disso, é de vital importância atender às demandas por meio de consumo coletivo, como praças, áreas verdes, ambientes comunitários, tendo em vista o grau de abandono e de invisibilidade que a grande maioria dos cidadinos se encontram, por conta de seus baixíssimos rendimentos econômicos. No intento de amenizar as determinantes do processo de fragmentação socioespacial, faz-se necessária a adoção de melhorias no sistema de transportes para esses cidadinos, especialmente no aumento da qualidade e no número de linhas, aliado ao barateamento dos custos, pois, para se vivenciar o espaço urbano, é imprescindível que haja a reunião, a relação, o encontro e a oportunidade do convívio entre as diferenças.

Somente assim conseguiremos nortear um caminho que possibilite a superação da fragmentação socioespacial, ainda que se faça necessária a adoção de uma estratégia política intimamente aliada aos interesses daqueles que se encontram invisibilizados dos timbres que regem o espaço urbano. E essa estratégia política deve apoiar-se, fundamentalmente, na presença e na ação principalmente dos indivíduos que são vítimas desse processo de fragmentação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Henrique Vitorino Souza. **Urbanização Líquida: uma interpretação da urbanização contemporânea a partir do pensamento de Zygmunt Bauman.** 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020, 173f.

AMORIM, Paulo Henrique Silva de. **O processo de descentralização de Uberlândia (MG): análise do eixo comercial João Naves de Ávila.** (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), 2021, 88f.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.** Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del058.htm. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros:** Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

CAPRON, G. **Quand La ville se ferme. Quartiers résidentiels sécuritisés.** Paris, Bréal, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido:** práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.

CHAVES, Gabriel Augusto da Silva. **Segregação socioespacial e programa "Minha Casa Minha Vida"**: uma análise do Residencial Pequis em Uberlândia (MG). (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), 2020, 154f.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-122, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escalas e práticas espaciais. **Cidades**, Presidente Prudente. v. 4, n.6, p.61-72, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. **Revista brasileira de geografia**, v.61, n.1, p. 127-134, 2016.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE**. (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza (CE), 2010, 109f.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE**. (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza (CE), 2010, 109f.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente (SP), 400f.

DE SOUZA, Lidiane Cristina Lopes Garcia. **O programa minha casa minha vida em uma cidade média**: Dourados-MS: uma análise do processo de segregação socioespacial. 2020. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados (MS), 205f.

DEBORD, G. **La sociedad del espectáculo**. Paris: Editions Gallimard, 1967.

FERRARI, Juliana Pena. **Pelo “Direito à Cidade”:** estudo sobre a trajetória do Bairro Dom Almir (Uberlândia, MG). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), 116f.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana.** Ensaios de Geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUIRRIEC, Patrick Le. Segregação e mixité socioespacial: conceitos e realidades na França. **Vivência.** UFRN/CCHLA. Natal. n.34, p. 29-37, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1999.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. InterfacEHS– **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.2, n.4, p. 1-30, 2007.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLZER, Werther. A geografia humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90. **Revista brasileira de geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, n. 1/4. p. 109-146, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1991.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, 2021.

LINS, Hoyêdo Nunes; Ferrari, Juliana Pena. Produção de espaço e defesa do direito à cidade: crônica de uma saga urbana em Uberlândia (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.17, n.1, p.23-44, 2015.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR.** 2008. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente (SP), 352f.

LUMMIS, Douglas. Igualdade. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARES, Rízia. Mendes. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: O caso de Vitória da Conquista/BA. **II Simpósio de Estudos Urbanos:** A dinâmica das cidades e a produção do espaço, 2013. Maringá. **Anais** [...] Maringá: Seurb, ago. 2013. p.1-19. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/mares-rizia-mendes.pdf>. Acessado em: 03 abr. 2022.

MARICATO, Ermínia; OLIVEIRA, Francisco de (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: AlfaOmega, 1979.

MASSEY, Doreen. **Regionalismo: alguns problemas atuais.** São Paulo, Cortez, 1981.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MORCUENDE, Alejandro González. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, 2021.

MOREIRA, Ruy. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica da Sociedade. **GEOgraphia**, Niterói (RJ), v.3, n.5, p.15-32, 2009.

MOREIRA, Ruy. Uma ciência das práticas e saberes espaciais. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v.13, n.2, p. 26-43, 2017.

MOURA, Gerusa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, nº 32, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, Maria Angélica de Magrini. **Vida em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**, 2013. (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente (SP), 482f.

OSEKI, Jorge Hagime. O Único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

OSZLAK, Oscar. **Merecer la ciudad:** los pobres y el derecho al espacio urbano. Buenos Aires: EDUNTREF, 2017.

PACHECO, Rafael Araújo. **A influência das elites e das políticas públicas na configuração do espaço urbano:** uma crítica a partir do Setor Leste de Uberlândia (MG), 2015. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 149f.

PADUA, Rafael Faleiros de. Pensando a noção de prática socioespacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **Geografia urbana crítica: teoria e método.** São Paulo, Contexto, 2018.

PARREIRA, Fernanda Vilela Martins. **Rede Integrada:** Proposta projetual de intervenção urbana e arquitetônica para o bairro Residencial Integração, Uberlândia - MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. 154f.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades.** Petrópolis: Vozes, 2006.

PETUBA, Rosangela Maria Silva. Pelo direito à cidade: memórias de uma ocupação de terra no Bairro Dom Almir, em Uberlândia (MG), 1990-2000. **História Oral**, v. 21, n. 1, p. 259–280, 2018.

PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, n.19, p. 33-56, 2001.

RIBEIRO, Romulo José. **Índice Composto de Qualidade de Vida Urbana - Aspectos de Configuração Espacial, Socioeconômicos E Ambientais Urbanos.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, Brasília, 2008, 238f.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTANA, João Paulo Monte de. **O espaço urbano contemporâneo e o sujeito total insurgente.** 2013. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Rio de Janeiro (RJ), 114f.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão.** 7^a. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHIKI, Shigeo & NEDER, Henrique Dantas. **Condições socioeconômicas das famílias na periferia de Uberlândia.** Uberlândia: CEPES/Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia, 1996.

SILVA JUNIOR, Renato Jales. Onde moram os pobres: habitar e disputar a cidade. **Tempos Históricos**, v. 21, n. 1, p.70–99, 2017.

SILVA, Deivisson da Silva. *et al.* **Ocupação Zaire Rezende II: uma luta pelo direito de morar.** In: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. 2018, Salvador (BA). URBFavelas [...] Salvador, 2015, p.1-21.

SOARES, B. R. **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia.** 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, B. R. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado** - imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: Imagens e Representações.** In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Cd-room- HP 12C. Buenos Aires, 1997.

SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnaçao Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafios. **Ciudades** (Puebla), Cidade do México, v. 59, p. 37-43, 2003.

SODRÉ, Reges. Prática espacial, habitus e espaço urbano: ensaio de geografia da vida cotidiana. **Geopauta:** Vitória da Conquista, v.5, n.1, p. 1-31, 2021.

SOJA, Edward Willian. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha Koiffmann.; COSTA, Rogério Haesbaert.; SILVEIRA, Carmen Beatriz. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SOUZA, Cristiane Barbosa de. **Planejamento viário e Sistema de Informações Geográficas:** estudo da regularização do Assentamento São Francisco / Joana D'arc. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. 156f.

SOUZA, Marcelo Lopes. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão apenas de sobrevoo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades:** Presidente Prudente. v. 4, n.6, p. 101-114, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2013.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A análise urbana na obra de Milton santos. **Caderno Prudentino de Geografia:** Presidente Prudente, n. 21, p.25-42, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; SOUZA, Marcelo Lopes.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**, Dourados, n. 4, 1996.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

STRAFORINI, R. O Ensino de Geografia como Prática Espacial de Significação. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 175-195, 2018.

UBERLÂNDIA. **Lei Municipal nº 11.872, de 18 de julho de 2014.** Denomina de bairro Residencial Integração e delimita a área urbana que especifica e dá outras providências. Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2014/1187/11872>>. Acesso em 21 de abril de 2022.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Contribuições para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018.

VILLA, Simone Barbosa. **Novos formatos familiares em habitações de interesse social: o caso do conjunto habitacional Jardim Sucupira em Uberlândia.** In: 3º CIHEL - Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono. 2015, São Paulo (SP). Ansis [...] São Paulo: CIHEL, 2015. p.1-22.

ANEXOS

Anexo I – Formulário de entrevista aplicada junto aos cidadãos do Residencial Integração

ENTREVISTA Nº _____	DATA:	HORÁRIO:	BAIRRO/ÁREA:
BLOCO 1: PERFIL DO ENTREVISTADO			
IDADE:	PROFISSÃO:	SITUAÇÃO CIVIL:	POSIÇÃO NA FAMÍLIA:
CONDIÇÃO DE MORADIA Aluguel () Própria () Cedida ()	QUANTAS PESSOAS RESIDEM NA CASA? 1 (); 2 (); 3 (); 4 ou mais	FAIXA DE RENDA: -1SM () 1SM () 1 a 2SM () 2 a 3SM () +3SM	ESCOLARIDADE: () Fund. () Médio () Superior () Pós-Grad.
BLOCO 2: COTIDIANO E CIDADE			
Você gosta de morar no bairro?	Você considera o bairro bem estruturado em termos de infraestrutura urbana, espaços públicos e demais tipos de serviços urbanos prestados?	Como você avalia a ligação desse bairro com o restante da cidade?	Em quais espaços da cidade é que você pratica atividades de lazer? Por que escolhe esses espaços?
BLOCO 3: ONDE COMPRAM (ESPAÇOS E TIPOS DE ESTABELECIMENTOS)			
Bens e consumo de serviço, como compras de supermercado, eletrodomésticos, etc., onde você compra?	Poderia informar quais as áreas preferenciais de consumo/compra? Centro? Camelódromo? Shopping? Centro de bairro? Galerias? Em outra cidade?	Quais estabelecimentos você mais frequenta?	Por que escolhe essas áreas e estabelecimentos para comprar tais produtos e serviços?
Utiliza a internet ou algum aplicativo para compras? Para que produtos e serviços?	Qual a forma de pagamento mais utilizada? () À vista (dinheiro) () Crédito () Débito () PIX () Promissória () Cheque	Faz compras com vendedores a domicílio? Avon, Natura, etc. Com vendedores que frequentam os ambientes de trabalho ou casas de amigos e parentes? De que forma? Geralmente quais tipos de produtos e serviços você consome/compra/adquire?	

BLOCO 4: COMO SE LOCOMOVE?			
Que meios de transporte utiliza com mais frequência para fazer compras?	Usa outros meios (carro, moto, táxi, ônibus, a pé, bicicleta; carona)? Se não, por quê?	Combina compras e lazer no mesmo espaço? A escolha dos locais de compra e lazer está relacionada ao meio de transporte disponível?	Há lugares da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?
BLOCO 5: EMPREGO E OCUPAÇÃO			
Onde trabalha (bairro)?	Seu trabalho é formal ou informal?	Como foi para conseguir o emprego? Passou por alguma entrevista? Indicação? Parentesco?	Há quanto tempo está nesse emprego?
BLOCO 6: O BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO			
Alguma vez já sofreu algum tipo de preconceito ou foi mal visto(a) ao informar que reside aqui?	Já se sentiu intimidado(a) ou inseguro(a) andando dentro do bairro?	Para você, o que falta para o bairro Residencial Integração?	Quando se refere ao bairro, faz menção ao bairro Integração ou ao antigo nome? Ex: Dom Almir; Prosperidade; Joana D'Arc, etc.

Elaboração: AMORIM (2021)

Anexo II – Lei N°11.872, de 18 de julho de 2014 (Criação do bairro Residencial Integração)

LEI Nº 11.872, DE 18 DE JULHO DE 2014.

DENOMINA DE BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO E DELIMITA A ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço Saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Bairro Residencial Integração a área territorial urbana com início na rotatória inominada com acesso para a Av. WV14, segue pela Av. WV14 no sentido sudeste até encontrar outra rotatória inominada, segue por esta à direita até encontrar a Rua da Esperança, segue por esta no sentido sudeste até encontrar a via projetada - prolongamento da Rua Esperança, segue por esta no sentido nordeste, depois sudeste até encontrar a Área Verde D, pertencente ao Loteamento Santa Mônica II - Setor B, segue pelo limite desta, no sentido sudoeste até encontrar a Rua Pai Nossa, segue por esta no sentido sudoeste até encontrar a Av. Solidariedade, cruza-se esta pelo alinhamento da Rua Pai Nossa, segue por esta no sentido sudoeste até encontrar a via projetada - prolongamento da Rua da Pureza, segue por esta no sentido noroeste até encontrar a via projetada - prolongamento da Rua da Visão, segue por esta no sentido sudoeste até encontrar a Rodovia BR-452 (Uberlândia/Araxá), que sobrepõe a Rodovia BR-365, segue pela sobreposição dessas duas rodovias no sentido noroeste até a lateral na subestação da CEMIG, segue por esta no sentido nordeste e pelo alinhamento da lateral da CEMIG até encontrar a Av. Manoel Lúcio, segue por esta no sentido noroeste até encontrar a Av. Firmamento, segue por esta no sentido nordeste e depois noroeste até encontrar a rotatória inominada, segue por esta à direita até encontrar a Av. WV14, ponto onde se iniciou esta descrição.

Art. 2º Ficam oficializados todos os nomes de vias públicas e logradouros compreendidos no perímetro descrito no artigo anterior.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as duplicidades, as descontinuidades e as denominações com letras, com números não formadores de datas e outros casos previstos em lei.

Art. 3º O Poder Executivo deverá, por meio do setor competente, comunicar a denominação do bairro descrito no artigo 1º desta Lei e os respectivos limites aos órgãos interessados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 18 de julho de 2014.

Gilmar Machado